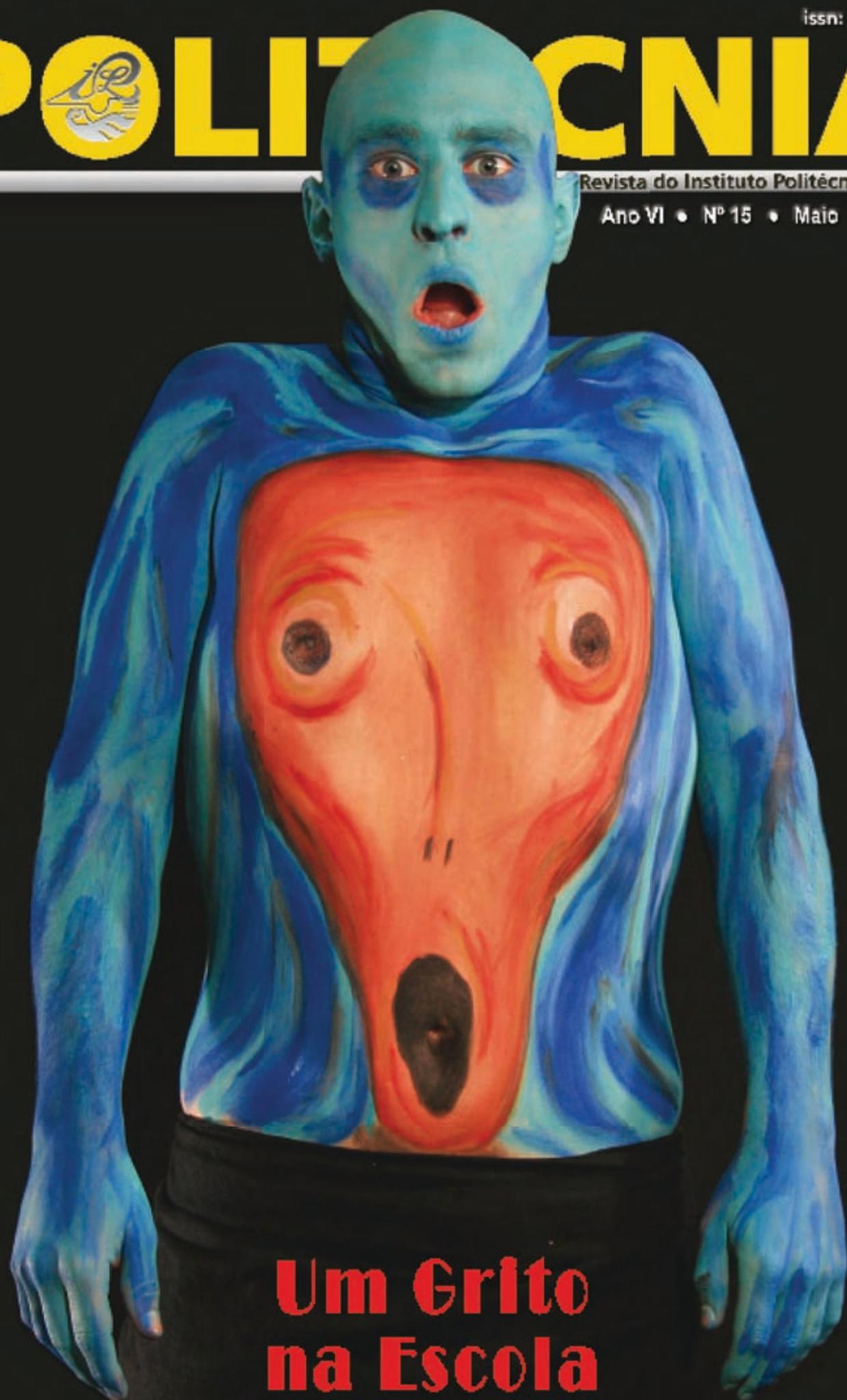


issn: 1645-006X

POLITÉCNIA

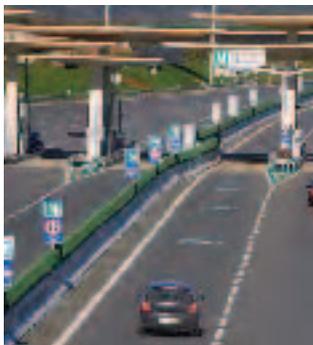
Revista do Instituto Politécnico de Lisboa

Ano VI • Nº 15 • Maio 2007



**Um Grito
na Escola
de Teatro**

20



O Instituto Superior de Engenharia de Lisboa está a desenvolver, em conjunto com a Brisa, um novo identificador de portagens, que irá substituir o sistema actualmente em funcionamento na Via Verde. Esta inovação irá permitir viajar pela Europa e atravessar diferentes sistemas de cobrança de portagem com o mesmo identificador. A experiência, coloca Portugal na vanguarda, está a ser atentamente observada por outros países europeus.

24

Os pais portugueses deveriam generalizar o hábito de ler livros às crianças e dialogar com elas. A advertência é da professora Inês Sim-Sim, da Escola Superior de Educação de Lisboa, que em entrevista à *Politecnia* diz recear que no futuro comecem a faltar professores no ensino básico. A docente é a actual coordenadora do Programa Nacional do Ensino do Português.



34



Um grito de criatividade, irreverência e talento ecoa pelos corredores da Escola Superior de Teatro e Cinema onde os alunos de Design de Cena aprendem novas técnicas de caracterização. Os exercícios de body painting criaram uma onda de curiosidade e produziram resultados surpreendentes. A resposta ao desafio, lançado pela professora Dulce Monteiro, ultrapassou os objectivos propostos.

39

A pianista Olga Prats, docente da Escola Superior de Música de Lisboa, é a protagonista desta edição da *Politecnia* que assim se associa à homenagem evocativa dos seus 55 anos de carreira. Mulher de grandes paixões, a artista diz que a música é a bússola que orienta e dá sentido à sua vida.



Sumário

- 5** [Parar Para Pensar](#)
L. M. Vicente Ferreira
- 6** [Amanhã Será Notícia](#)
A televisão digital em debate
- 9** [Ronda das Escolas](#)
Bolsas de Mérito do IPL
- 13** [Novo e Interessante](#)
Um pintor na Escola de Dança
Alface & Zandré
- 14** [Grande Reportagem](#)
Danças no Alentejo
Paulo Silveiro
- 20** [O Acontecimento](#)
Revolução na Via Verde
António Serrador e Outros
- 24** [Grande Entrevista](#)
Inês Sim-Sim e os professores
Vanessa de Sousa Glória
- 31** [Memória](#)
O sonho do Instituto das Artes
Eugénia Vasques
- 34** [Em Foco](#)
Body Painting na Escola de Teatro
Vanessa de Sousa Glória
- 39** [A Protagonista](#)
Olga Prats: 55 anos de carreira
Paulo Silveiro
- 46** [Mala Diplomática](#)
Fórum Internacional de Publicidade
As Relações Europeias da ESCS
Maria Emília de Sousa
- 48** [Estante](#)
Mais Caminhos de Conhecimento
Clara Nunes Correia e Rui Carneiro
- 56** [Belas Artes](#)
Prémios do Dia Mundial da Poesia
na Escola Superior de Educação
- 65** [Prémio Internacional](#)
Escola de Cinema vence na Índia
Sofia Gomes
- 66** [Tribuna Livre](#)
Fernando Crespo

ESTATUTO EDITORIAL

1. A revista Politecnia é uma publicação quadrimestral, editada pelo Instituto Politécnico de Lisboa, que assegura e disponibiliza informação de referência sobre a vida do IPL e a actividade das oito escolas que o integram;
2. A Politecnia respeita a Constituição da República e as leis que se enquadram nos direitos, obrigações e deveres da Imprensa, tendo em conta o Código Deontológico dos jornalistas. E compromete-se a respeitar os direitos e deveres inerentes à liberdade de expressão e ao direito a ser informado, observados que sejam os princípios consignados neste Estatuto Editorial;
3. A Politecnia rege-se por critérios de rigor e honestidade, sem dependências de ordem ideológica, política ou económica, no respeito integral pelos Estatutos e a Lei Orgânica do IPL;
4. A Politecnia elege como público de referência as instituições (económicas, políticas e sociais) da sociedade civil e o corpo docente das oito escolas do IPL, e os alunos, pais e educadores em geral;
5. A Politecnia quer contribuir para a unidade do IPL e a afirmação da sua cultura própria, em prol do desenvolvimento em Portugal de um Ensino Superior de qualidade, apostado na qualificação profissional dos alunos;
6. A Politecnia diferencia os artigos de conteúdo opinativo dos artigos informativos e reserva-se o direito de interpretar e comentar, nos seus espaços de opinião, os factos e acontecimentos de âmbito educativo que se relacionem com a sua actividade;
7. A Politecnia está aberta à colaboração de todos os docentes do Instituto Politécnico de Lisboa que tenham contributos, no domínio da Educação, importantes que queiram partilhar;
8. A Direcção da Politecnia reserva-se o direito de não publicar a colaboração não solicitada, que considere não ter a qualidade pretendida;
9. A responsabilidade dos textos publicados é inteiramente assumida pelos seus autores;
10. A Politecnia participa no debate dos grandes temas da actualidade educativa, relacionados com o Ensino Superior, tendo em vista a discussão de questões de interesse para o IPL e a troca de ideias entre aqueles que se preocupam e dedicam ao seu desenvolvimento e prestígio.

POLITEC1976 **NIA**

Ano VII Número 15 Maio 2007

Director

L. M. Vicente Ferreira

Editor

Orlando Raimundo

Corpo Redactorial

Bárbara Gabriel, Jorge Silva, Paulo Silveiro, Sérgio Vilanova e Vanessa de Sousa Glória e Catarina Neves (estagiária)

Fotografia

Bernardo Cid, Catarina Neves, David Lopes, Dulce Monteiro, João Costa, Marina Almeida, Nazaret Nascimento, Pedro Pina, Pedro Vieira, Sofia Gomes e Centro de Documentação Gulbenkian

Colaboradores Permanentes

Luísa Marques, Luís Osório, Paulo Morais-Alexandre e Sérgio Azevedo

Correspondentes

Carla Carujo, Francisco Paulo e Hélder Morais (Engenharia), João Costa (Dança), Lucy Wainwright (Educação), Manuel Esturrenho (Música), Margarida Saraiva (Teatro e Cinema), Maria João Berkeley Cotter (ISCAL), Maria João Gonçalves (Tecnologias da Saúde), Jorge Veríssimo (Comunicação Social) e Rita Ferreira (Tecnologias da Saúde)

Colaboram neste número

Ana Sofia Pereira, António Serrador, Clara Nunes Correia, Eugénia Vasques, Eunice Freitas, Fernando Crespo, Fernando Fortes, Fernando Serra, Francisco Costa Pereira, Hélder Fanha Martins, João Monteiro Marques, João P. Silva, Maria Emília de Sousa, Maria João Serrão, Patrícia Brito, Ricardo Prata, Rui Canário, Tiago Abreu

Grafismo e Paginação

Orlando Raimundo (coordenador), Paulo Silveiro e Vanessa de Sousa Glória

Propriedade

Instituto Politécnico de Lisboa
Estrada de Benfica, 529
1549-020 Lisboa
Telefone: 217 101 200
Fax: 217 101 236
e-mail: gci@sc.ipl.pt site: www.ipl.pt

Redacção, Admin. e Publicidade

Estrada de Benfica nº 529
1549-020 Lisboa

Impressão

Tipografia Peres
Rua das Fontainhas, Lote 2 Venda Nova
2700-321 Amadora

Depósito Legal- 158054/2000

ISSN- 1645-006x

Tiragem: 4 000 exemplares

Capa: Vanessa de Sousa Glória; Foto de Dulce Monteiro; Criação de Luciana Fabi Birindelli

A Nova Lei de Autonomia do Ensino Superior

RECENTEMENTE foi-nos distribuída para discussão a nova proposta de lei de autonomia das instituições, agora intitulada de regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior.

Esta não é a lei de reforço autonómico que as instituições vinham sistematicamente reclamando. De facto, não se vislumbra em nenhuma área, neste novo projecto de lei, o reforço de autonomia das instituições. Bem, pelo contrário. O que se nota é um enorme retrocesso face à lei actual, com a intenção clara e premeditada da perda de autonomia que as instituições já tinham adquirido e a derivação para um modelo autocrático.

Ao concretizar-se a sua aplicação tal como agora nos foi apresentada, verificar-se-á a substituição do modelo de representação por eleição democrática por modelos que assentam na designação ou nomeação dos representantes institucionais. Mesmo o Conselho Geral, em que 70% da sua composição será eleita e os restantes 30% será nomeada, não garante a representação no órgão de todas as unidades orgânicas ou suprime praticamente a representação institucional de corpos como são, por exemplo, os funcionários não docentes e os alunos.

E se o défice de funcionários e alunos no Conselho Geral, órgão máximo da instituição, pode ser prejudicial, a não representação de todas as unidades orgânicas neste conselho ou a falta do seu representante institucional com direito a voto irá retirar ao órgão a articulação do todo, perdendo-se a eficácia da interacção e da coordenação, que é fundamental para o desenvolvimento das organizações. Tanto mais que não está previsto, nesta proposta de projecto-lei, outro órgão institucional, onde todas as unidades orgânicas possam estar representadas.

Por outro lado, a padronização que é imposta deixa pouca margem para novas experimentações governativas ou para aplicação de modelos diferenciados de governação. Mesmo



L. M. Vicente Ferreira

O cavar das dicotomias, como aquelas que configuram o ensino universitário versus o ensino politécnico, subalternizando um dos sistemas, é um erro que a sociedade pagará muito caro no futuro

quando se anuncia a possibilidade de escolha para o modelo fundacional, este, para além de parecer uma opção orientada, tendo um destinatário, não apresenta soluções claramente incentivadoras de mudança para as instituições públicas.

A flexibilização quer de formas de governo, quer de opções políticas estratégicas das instituições, aspecto fundamental que deveria estar equacionado na nova proposta de lei, para que as instituições pudessem enfrentar os desafios da globalização do Ensino Superior, é liminarmente excluída e, em vez dela, temos um modelo de orientação tutelar uniforme, rígido, dicotómico e estrangulador do desenvolvimento de um ensino superior criativo e suficientemente inovador, capaz de desafiar o futuro e de garantir a sobrevivência das instituições de ensino superior nacionais.

Paralelamente à uniformização e padronização do sistema, vimos emergir um processo de hierarquização em que a figura do director, de

formulação unipessoal e, nalguns casos, de nomeação, projecta-nos para o modelo primordial de organização de base militar, que hoje se desentranha completamente dos modelos organizacionais das sociedades modernas e dinâmicas. Refira-se, além do mais, que a nomeação pode fazer prevalecer critérios em que o mérito é relegado para um plano meramente secundário.

Outro aspecto que não podemos deixar de salientar é a menorização do Ensino Politécnico que, mais uma vez, vimos também manifestada neste documento. De facto, pequenas nuances tais como: não ser um “*Ensino de alto nível*”, não serem instituições que se devam orientar para a “*criação*” e para a “*difusão*” do conhecimento, que tenham de ter um Conselho “*Técnico-Científico*”, ou, ainda, o dar a subentender que os seus docentes não possuem a dignidade para serem designados para assumir o cargo de Reitor ao invés do que sucede com o cargo de Presidente para o qual se poderá designar qualquer docente universitário, são paradigmáticas de uma desvalorização social sistemática do ensino tecnológico.

Numa sociedade que se auto-intitula meritocrática, a padronização de modelos tais como os que são propostos, ou, o cavar das dicotomias, como aquelas que configuram o ensino universitário versus o ensino politécnico, subalternizando um dos sistemas, é um erro que a sociedade pagará muito caro no futuro.

As sociedades precisam de elites, mas de uma matriz elitista diferenciada em função do que se fez, das competências adquiridas e não onde se fez. Só desta forma se anulará a diferenciação e distinção por “*castas*” e se promoverá a diferenciação e distinção por múltiplas formas de mérito. Tanto mais que a diferenciação que se pretende acentuar é a dicotomia ciência versus tecnologia, e a desvalorização desta última, que também precisa de elites de mérito, é um enorme risco para a sustentação económica e social das sociedades.

ESCS debate televisão digital

Coube à Escola Superior de Comunicação Social o privilégio de ser o único estabelecimento do Ensino Superior de Lisboa a acolher a conferência sobre a *Televisão na Era Digital*, promovida pela RTP no âmbito das comemorações do seu 50º aniversário. A sessão foi uma antevisão deste admirável mundo novo, que será posto à disposição dos portugueses num prazo máximo de cinco anos.



foto de Pedro Pina

A mesa que presidiu à sessão: Vicente Ferreira, Augusto Santos Silva, Almerindo Marques e António Belo

A CONFERÊNCIA, que contou com a presença de Almerindo Marques, presidente do conselho de administração da RTP, e Augusto Santos Silva, ministro dos Assuntos Parlamentares, abriu o debate às questões do futuro. Estiveram em análise temas tão controversos e interessantes quanto o são a inovação tecnológica, o desenvolvimento da indústria de conteúdos,

a interactividade ou as transformações de natureza social. Tendo sempre presente – ou não fora esta uma sessão promovida pela RTP – o papel que cabe ao serviço público de televisão no Portugal do século XXI.

O presidente do Conselho Directivo da ESCS, António Belo, anfitrião da conferência, sublinhou a importância da escolha da Escola Superior de

Comunicação, que tem mantido um excelente relacionamento com a RTP, e aplaudiu o facto de a televisão pública ter associado às suas comemorações o ensino superior.

A relação entre a escola e a RTP é já longa. Os alunos beneficiam da colaboração de técnicos da estação, que acompanharam o apetrechamento e manutenção do parque tecnológico. E da experiência dos seus jornalistas, alguns dos quais são ali professores, É o caso, por exemplo, de José Alberto Carvalho e Florbela Godinho, sem esquecer o Eng.º Ismael Augusto. De resto, a ESCS tem um programa semanal na RTP 2 o E2, feito pelos alunos, que ultrapassou já as 100 edições.

Na sessão usou naturalmente da palavra o Presidente do IPL, Vicente Ferreira, que lembrou que a ESCS é uma escola de referência na área do conhecimento da comunicação, o que

O fim da fita magnética

O Director de Engenharia e Tecnologias da RTP, Francisco Mascarenhas, explicou como se posiciona o canal público face ao desafio da TV digital. Falou, por isso, do plano tecnológico da RTP, que assumiu como prioridade o desafio gigantesco de processar a transição da gravação dos conteúdos em fita magnética

para um método que procede à gravação em servidores.

O técnico assegurou que a RTP está a desenvolver um projecto pioneiro, não existindo nenhum canal a nível mundial, que esteja em paridade com a RTP, na organização da aplicação de novas tecnologias nesta área.



A equipa do E2 entrevistou o ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva

se prova pelo facto de ser aquela onde a nota de candidatura é a mais alta, no contexto da região onde se insere. A ESCS vai iniciar no próximo ano lectivo – lembrou Vicente Ferreira – os primeiros mestrados nesta área, que irão contribuir para o desenvolvimento qualitativo, científico e tecnológico da indústria mediática.

O Presidente da RTP, Almerindo Marques, considerou este o momento ideal para discutir a televisão digital, por se encontrar em preparação o conjunto de legislação que irá permitir o seu arranque em Portugal, previsivelmente em 2012.

Augusto Santos Silva, o ministro que tutela a Comunicação Social, apelidou a mudança já em curso de “revolução tecnológica e comunicacional”. Assegurando que ela contribuirá para

aumentar a multiplicidade de públicos, conteúdos e formas de difusão.

Augusto Santos Silva advertiu para a necessidade de as políticas públicas para a Comunicação Social se adaptarem, com maior plasticidade, ao meio audiovisual da era digital.

O Governo pondera criar uma lei própria sobre os serviços não lineares, designação que identifica os conteúdos que são transmitidos a pedido do cliente, pelo processo *On Demand*. A nova Lei da Televisão, proposta pelo Governo, aguarda ainda pela aprovação da directiva comunitária sobre os serviços de comunicação audiovisuais.

E no final da sua intervenção, o ministro advertiu para um ponto considerado muito importante: o de que o sucesso da TV digital decorrerá, em grande parte, da presença dos opera-

dores históricos – RTP, SIC, TVI.

A visão internacional esteve a cargo de Francisco Campos de Freire, jornalista e professor da Universidade de Santiago de Compostela, que apresentou um estudo sobre a IPTV – A televisão para um novo estilo de vida”. A Internet Protocol Television é um sistema em que o serviço de televisão digital é disponibilizado aos assinantes através da Internet, através de uma conexão de Banda Larga.

Para o docente espanhol, a década de 2015 a 2025 marcará o início de um novo mundo digital, com dois tipos de televisão: uma digital terrestre, para as grandes massas, com conteúdos semelhantes aos da televisão analógica; e outra a ser difundida via Internet, muito personalizada e interactiva.



O mundo na palma da mão

O testemunho do director da RTP2, Jorge Wemans, foi particularmente colorido. O jornalista antevê a televisão do futuro como um aparelho que vai agregar os serviços que hoje são fornecidos pelo telefone, pelo computador e pela TV.

A principal característica do novo media será a interactividade, que permitirá a todos e a cada um de nós ascender à condição de programadores de televisão. Apesar disso, não deixa-

rá de haver espaço, segundo o Director da RTP2 para os canais como hoje os conhecemos, se essa for a vontade dos cidadãos.

Assim sendo, a televisão do futuro terá um papel fundamental na formação das pessoas e na consciência que elas terão do mundo. Para Jorge Wemans, a TV difundida via Internet é um novo meio de comunicação social, que vai exigir uma nova linguagem televisiva.

Tecnologia da Saúde convida adolescentes



A ESCOLA Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa vai promover um Curso de Verão, de 2 a 13 de Julho, destinado a estudantes do 7º ao 12º ano de escolaridade. Pretende-se, com esta iniciativa, interessar os jovens por esta área de estudo e conhecimento.

Tendo o corpo humano como objecto principal, as aulas procurarão dar a conhecer as potencialidades de intervenção, preventiva e curativa, das Ciências e Tecnologias da Saúde.

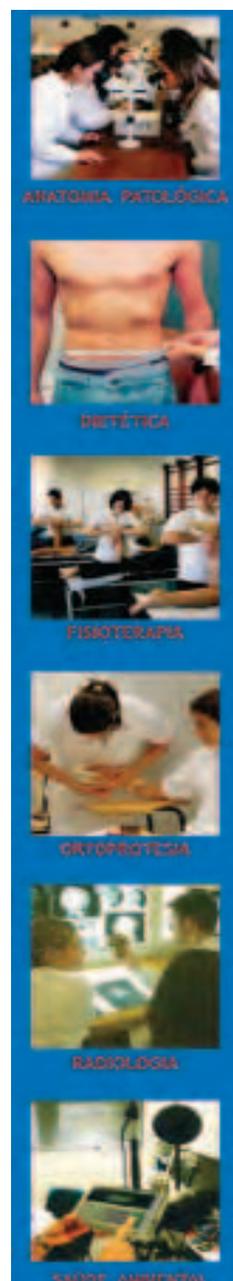
Os participantes, acompanhados por tutores, terão a oportunidade de realizar tarefas em oficinas laboratoriais, nas áreas científicas abrangidas, revivendo assim o dia-a-dia académico e laboratorial daquela escola do IPL.

O programa, que se inicia com uma visita guiada às instalações da escola, inclui noções básicas sobre o corpo humano, conhecimentos sobre as áreas de Análises Clínicas e Saúde Pública, Anatomia Patológica, Tanatológica; Cardiopneumologia; Dietética; Farmácia; Fisioterapia; Medicina Nuclear; Ortopédia; Radiologia; Radioterapia; Saúde Ambiental; Química Genética; Ciências Sociais e Humanas.

A Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa continua, assim, a promover junto da comunidade envolvente, a sua função de qualificação dos recursos humanos de saúde de que o país necessita. E a contribuir, simultaneamente, para a melhoria dos padrões de qualidade do ensino e eficácia da prestação de cuidados de saúde às populações.

A inscrição no curso implica um custo de 170 euros, sendo o número de participantes limitado a 40 para o 3º ciclo (7º, 8º e 9º anos) e outros 40 para os 10º, 11º e 12º anos do ensino secundário.

As inscrições estão abertas na secretaria da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa, até ao próximo dia 15 de Junho, na Avenida D. João II, Lt. 4.69.01 junto ao Parque das Nações.



IPL atribui Bolsas de Mérito a 28 estudantes

ANA Luísa Raposo, aluna do curso de Relações Públicas e Comunicação Empresarial, da Escola Superior de Comunicação Social, foi a aluna que obteve a melhor média, no universo das escolas do IPL. A média de 19,88, foi a mais alta até hoje atribuída, desde que existem as bolsas de mérito pelo desempenho escolar.

O segundo lugar foi ocupado por outra aluna da ESCS, Lara Cristina, do curso de Relações Públicas e Comunicação Empresarial. Joana Vieira, estudante de piano da ESML, foi considerada a terceira melhor aluna.

Os 28 estudantes receberam uma bolsa igual a cinco salários mínimos.

Nome	Escola	Média
Ana Raposo	ESCS	19,88
Lara Caetano	ESCS	19,5
Joana Vieira	ESML	18,57
Luis Rodrigues	ISEL	18,25
Ana Pires	ESTeSL	17,9
Suzi da Cruz	ESTeSL	17,9
Ana Oliveira	ESTeSL	17,6
Cátia Batista	ESD	17,57
Ana Silvestre	ESTeSL	17,5
Luis Gonçalves	ISEL	17,1
Telma Adriano	ESELx	17,03
Alexandra de Carvalho	ESELx	17
Celso Fernandes	ISEL	16,9
Miguel Vieira	ISEL	16,75
Diogo Graça	ISEL	16,75
António Gomes	ESTC	16,34
Pedro Torres	ISEL	16,2
Sílvia Turíbio	ISEL	15,91
Vitor Monsanto	ISCAL	15,8
Filipe Mesquita	ISEL	15,8
Darina de Matos	ISCAL	15,7
David Pinheiro	ISEL	15,58
Ana Pimentel	ISCAL	15,4
Bruno Henriques	ISEL	15,33
Andreia de Sousa	ISCAL	15,1
Fábio de Albuquerque	ISCAL	15
António Monteiro	ISEL	14,8
Luís Santos*	ISEL	14,75

* Bolsa oferecida pelo IPL

Commies Awards

Alunos premeiam professores

A 6ª EDIÇÃO da Noite dos Commies Awards, marcada pela atribuição de prémios dos alunos aos professores, como sempre na Escola Superior de Comunicação Social, foi um grande sucesso, com lotação esgotada. O evento, que se realizou um dia depois das celebrações do 33º aniversário da Revolução dos Cravos, abriu com um número de dança ao som da música *Thriller* do cantor norte americano Michael Jackson.

Os sketches que se seguiram, caricaturando de forma divertida o quotidiano da escola, foram intercalados com actuações em palco e com a famosa entrega dos prémios aos docentes. Vítor Gonçalves, André Sendin e Lucília José Justino foram alguns dos professores premiados pelos alunos, cabendo a Madeira Correia, professor jubilado e vice-presidente da Casa de Cultura e Recreio do Pessoal do Instituto Politécnico de Lisboa, que recebeu pela segunda vez este troféu, o discurso mais sentido. O homenageado congratulou-se com a "liberdade da palavra" na escola, que encoraja os alunos à crítica e a auto-crítica.

Quem de perto vive a expe-



foto de Catarina Neves

O professor Madeira Correia foi homenageado, pela segunda vez

riência garante que os Commie Awards são muito mais do que um espectáculo, traduzindo-se numa manifestação colectiva dos alunos sobre a alegria de viver e participar.

Os Commie Awards do ano lectivo de 2006/2007 terminaram com novo número de dança e a produção do espectáculo em palco, com uma plateia rendida a aplaudir de pé.

Catarina Neves



foto de Catarina Neves

As caricaturas dos professores e a evocação divertida de cenas do quotidiano da escola animaram o convívio entre professores e alunos numa noite especial

Dança tem parceria com a Ar.Co



A ESCOLA Superior de Dança e a Ar.Co – Centro de Arte e Comunicação Visual deram início a uma parceria, que irá permitir a exibição de trabalhos de alunos daquele centro artístico no ciclo *1 Obra 1 Artista 1 Mês*. O átrio da escola do Bairro Alto está aberto à curiosidade dos habitantes do bairro e de visitantes de outras origens.

Este ciclo de exposições, promovido pela Escola Superior de Dança do Instituto Politécnico de Lisboa, desde o ano de 2005, tem o intuito de mostrar, todos os meses, os trabalhos de artistas emergentes em áreas como a pintura, a cerâmica, a escultura, a fotografia, a joalheria e o desenho.

O átrio da escola, no Bairro Alto, é o local escolhido para a montagem dos trabalhos, que podem ser apreciados por visitantes externos.

O primeiro resultado desta colaboração entre as duas instituições esteve patente ao público durante o mês de Maio, de Tiago Jesus, que ali mostrou onze peças de cerâmica. O jovem artista é monitor do Departamento de Cerâmica da Ar.Co.

ISCAL festeja 248º aniversário

O INSTITUTO Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa festejou a 21 de Maio os 248 anos da Aula do Comércio, a que remonta as suas origens, naquele que é também considerado o Dia do ISCAL.

O ponto alto do programa foi a intervenção do Presidente do Tribunal de Contas, juiz-conselheiro Guilherme d'Oliveira Martins, que abordou o tema "A Fiscalização das Contas Públicas e a Responsabilidade Financeira".

Como já se tornou tradição desta data, os presidentes dos órgãos de gestão do Instituto de Contabilidade e Administração sublinham as vitórias mais significativas da vida da presti-



giada instituição de ensino. E homenagearam antigos professores e funcionários da casa.

As comemorações terminaram com a actuação da Tuna Iscalina; a que se seguiu um cocktail.

João Segurado vence prémio nacional de órgão

JOÃO SEGURADO, aluno do 4º ano de Órgão da Escola Superior de Música de Lisboa, ganhou o Primeiro Concurso Nacional de Órgão de nível superior, organizado pelo Instituto Gregoriano de Lisboa e a Juventude Musical Portuguesa, conjuntamente.

O concurso decorreu nas instalações do Instituto Gregoriano, na Sé Patriarcal de Lisboa, e nas Igrejas de São Vicente de Fora, Evangélica Alemã e de Nossa Senhora do Cabo

em Linda-a-Velha. E o regulamento do concurso estabelecia dois níveis e três eliminatórias

O júri foi presidido por Antoine Sibertin-Blanc (França/Portugal) e constituído por Hans Ola Ericsson (Suécia), José Luis González Uriol (Espanha), João Vaz (Portugal) e António Esteireiro (Portugal).

João Segurado foi ainda distinguido com o prémio Dinarte Machado, para a melhor interpretação da Batalha de Correia Braga.



O jovem organista exibindo o prémio que acaba de conquistar

Alunos da Escola de Dança actuam em Festival na Holanda

Quatro alunos da Escola Superior de Dança participaram no Dansefestival 2007, que se realizou de 9 a 16 de Maio na Holanda. Este festival de dança é organizado há nove anos pela Fontys Dansacademie, a prestigiada instituição de ensino da cidade holandesa de Tilburg.



foto de João Costa

Festival Dansefestival 2007, da cidade holandesa de Tilburg aplaudiu estudantes portugueses da Escola Superior de Dança

A ESCOLA portuguesa do Instituto Politécnico de Lisboa participa desde o início neste festival. “Dance One World” foi o tema escolhido este ano, sobre o qual coreógrafos, professores e alunos se inspiraram para debateram uma dança multicultural e global com o objectivo de reunir e partilhar as tradições dos três continentes ali representados – Europa, África e Ásia.

Estudantes oriundos de cidades tão díspares quanto a capital do Gana, Accara, Nova Deli, Ho Chi Minh, Jerusalém, Praga, Dresden, Lier, Stavanger, Estocolmo, Tilburg, Winchester e Lisboa repararam-se, durante os oito dias que durou o festival, por conferências,

aulas de técnica, ensaios, períodos de criação e espectáculos.

A representação da Escola Superior de Dança esteve a cargo do professor José Grave, tendo sido ele, de resto, um dos responsáveis pelas aulas de Técnica de Dança Clássica durante a semana de duração do evento. Catarina Gonçalves, Ricardo Ambrósio, Francisca Pinto e André Soares, alunos da escola, interpretaram as obras *Vita in Gestu* (de Catarina Gonçalves), *Dominó* (de Ricardo Ambrósio) e *Piece by Piece* (de Francisca Pinto), criadas ao longo do presente ano lectivo.

No final da actuação os aplausos premiaram a qualidade.

ISEL debate engenharia civil em Portugal

“ENGENHARIA Civil Portuguesa: O Futuro” foi o tema da conferência realizada em Abril, no Instituto Superior de Engenharia de Lisboa. O evento, organizado pelos alunos do 4º ano da licenciatura do curso de engenharia civil, teve a honra de ter como orador o Bastonário da Ordem dos Engenheiros, Fernando Santo, que explicitou o seu pensamento crítico sobre a situação da Engenharia Civil em Portugal.

Participaram ainda na sessão representantes de empresas de construção civil, como a Somague, Mota-Engil e a Soares da Costa. Os visitantes proporcionaram, assim, aos estudantes de engenharia civil do ISEL a oportunidade de debater e esclarecer dúvidas. Perspectivando melhor o que os espera depois de acabarem o curso.

Posteriormente, decorreu no ISEL, nos dias 8 e 9 de Maio, a 2ª edição da JobShop de Engenharia Civil. Este evento decorreu no edifício Ferreira Cardoso, em simultâneo com um ciclo de conferências no auditório C do mesmo edifício.

A iniciativa, de um grupo de alunos do 4º ano, teve origem na cadeira de Gestão Empresarial e Comportamento Organizacional, leccionada pelo Dr. Pedro Mendonça, que pretendeu alertar para a importância do empreendedorismo nos dias de hoje, pois é essencial ser-se criativo e objectivo para obter-se sucesso no mercado do trabalho.

Após a sessão de abertura deu-se início à feira de emprego em que estiveram presentes diversas Empresas, Associações e o Instituto de Emprego e Formação Profissional.

As conferências que decorreram ao longo dos dois dias tiveram como oradores os colaboradores das entidades acima referidas, tendo como temas o software para engenharia, o uso de equipamentos e materiais de construção, reabilitação, higiene e segurança e também formação profissional.

Futuros dentistas no Politécnico

A ESCOLA Superior de Tecnologia da Saúde está a realizar cursos de reanimação cardio-respiratória para os estudantes do 4º e 5º anos da Faculdade de Medicina Dentária. E assim nasce uma cooperação exemplar do Instituto Politécnico de Lisboa com a Universidade de Lisboa. A pensar no futuro.

O objectivo deste projecto é a divulgação do algoritmo de Suporte Básico de Vida a todos quantos o queiram aprender – especialidades médicas, bombeiros, agentes de segurança – através da implementação de skills educacionais simples de ensinar e de apreender, segundo as orientações do Conselho Europeu de Ressuscitação.

Actualmente, na Europa, ocorrem por ano 700 mil casos de paragem cardíaca, o que constitui a primeira causa de morte. Dada a evidência destes números, todos os países estão empenhados em divulgar as técnicas de salvamento,

Sabendo que a grande maioria das situações ocorre fora dos meios hospitalares e longe dos cuidados dos Técnicos de Saúde, e que efectuar compressões torácicas e ventilações pode minimizar os danos sobre os órgãos vitais, só uma forte aposta na divulgação e formação poderá contribuir para reduzir o número de mortes.

Os cursos ensinam a identificar doenças cardiovasculares, a reconhecer a importância da reanimação cardio-respiratória básica no processo de salvação de vidas humanas e a aprender os riscos para o reanimador.

As aulas incluem, ainda, ensinamentos sobre sobrevivência e emergência médica; exames primários, morte súbita, paragem cardio-respiratória e reanimação.

Este projecto já deu origem a dois outros cursos, que envolvem 128 estudantes do 5º ano de Medicina Dentária.

Festa do livro na ESELx

PARA CELEBRAR o Dia do Livro Infantil e o Dia Mundial do Livro, o Centro de Documentação e Informação, e o Centro Interdisciplinar de Apoio à Prática Pedagógica da Escola Superior de Educação de Lisboa organizaram, em Abril, uma sessão de leitura intitulada “Ler para Conhecer o Mundo... às Avestas” promovida pela Ler para Querer.

A apresentação das histórias esteve a cargo de Catarina Requeijo e Leticia Liesenfeld que leram as obras “Havemos de lá Chegar” do desenhador e ilustrador José de Lemos e “Uma História que Começa pelo Fim” do escritor e jornalista Manuel António Pina com ilustrações do cineasta João Botelho; “O País dos Contrários” do escritor José Eduardo Agualusa com ilustrações de Henrique Cayatte; e “Marilu” de Eva Furnari.

O ambiente de festa estendeu-se à Feira do Livro Infantil, ali criada a propósito, à exposição de livros e a um espectáculo de teatro, promovido pelos estudantes do 1º ano da licenciatura em Animação Sociocultural. Foi representado o

texto “Dono de Tudo”, do professor José Orlando Strecht Ribeiro.

Dias depois, já em Maio, a Escola Superior de Educação de Lisboa festejou o seu 22º aniversário. As comemorações deste ano tiveram uma forte componente musical, com a actuação dos estudantes da Variante de Educação Musical, que sob a direcção de Artur Carneiro, encantaram a assistência.

O ponto alto do debates de ideias foi a intervenção da escritora de livros infantis e juvenis Isabel Alçada – autora da célebre série *Uma Aventura...*, escrita em parceria com Ana Maria Magalhães – que propôs uma reflexão atenta e cuidada sobre as propostas inscritas no Plano Nacional de Leitura.

Foram ainda, homenageados os colaboradores da Escola Superior de Educação de Lisboa que se aposentaram no último ano, e entregues os diplomas aos alunos que se formaram já em 2007.

As comemorações terminaram com um animado lanche convívio.



Ler para conhecer o mundo

Pintor inspira coreógrafos

O jovem pintor Bruno Borges expôs na Escola Superior de Dança, onde se reuniu com os futuros bailarinos e coreógrafos para debater processos e segredos da sua oficina criativa. A experiência abre agora a possibilidade aos estudantes de descobrirem outros caminhos de criação e importar o método do pintor para a Dança.

Texto de Alface & Zandré



foto de João Costa

O PINTOR Bruno Borges expôs na Escola Superior de Dança de Lisboa um óleo sobre tela, integrado no ciclo '1 obra 1 artista 1 mês', e deslocou-se depois ali para um encontro com os alunos do 2º Semestre Curricular. A intenção do artista plástico era estimular a criação de um segundo ciclo de trabalhos, no âmbito da disciplina 'Estudos de Movimento II', dirigida pelo professor Fernando Crespo.

A pintura a óleo apresentada por Bruno Borges aos estudantes da dança, com explicações sobre o seu processo de trabalho, abarca o período compreendido entre 2002 – ano em que concluiu a licenciatura na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa – e 2006.

Inspirando-se em fotografias de carácter paisagista, tiradas por si ou retiradas de revistas e doutros suportes, o pintor transporta para a tela apenas o que considera essencial.



Num jogo de redução e sintetização, elimina os elementos narrativos ou significantes, depurando a imagem e obtendo como resultado apenas a forma. A paleta de cores que utiliza é reduzida, com predominância dos tons sóbrios.

Casas, contentores, depósitos, atrelados, transformam-se em sólidos sem entradas nem saídas. O resultado são geometrias aparentemente abstractas, onde não deixam de figurar as memórias que todos temos desses objectos. Em algumas das obras a composição destes sólidos,

aparentemente pesados, entra em paradoxo com a fragilidade dos suportes que os sustentam sugerindo um "desequilíbrio equilibrado" de massas organizadas e suspensas que se tornam leves.

Esta ideia dá mote à próxima criação coreográfica, que pretende explorar estes conceitos na dança. A forma, a depuração, o peso/leve, equilíbrios/desequilíbrios que Bruno Borges utiliza na sua pintura são estímulos e conceitos que também a dança executa ou dos quais se pode apropriar.

Estudantes em retiro alentejano

Danças no Convento

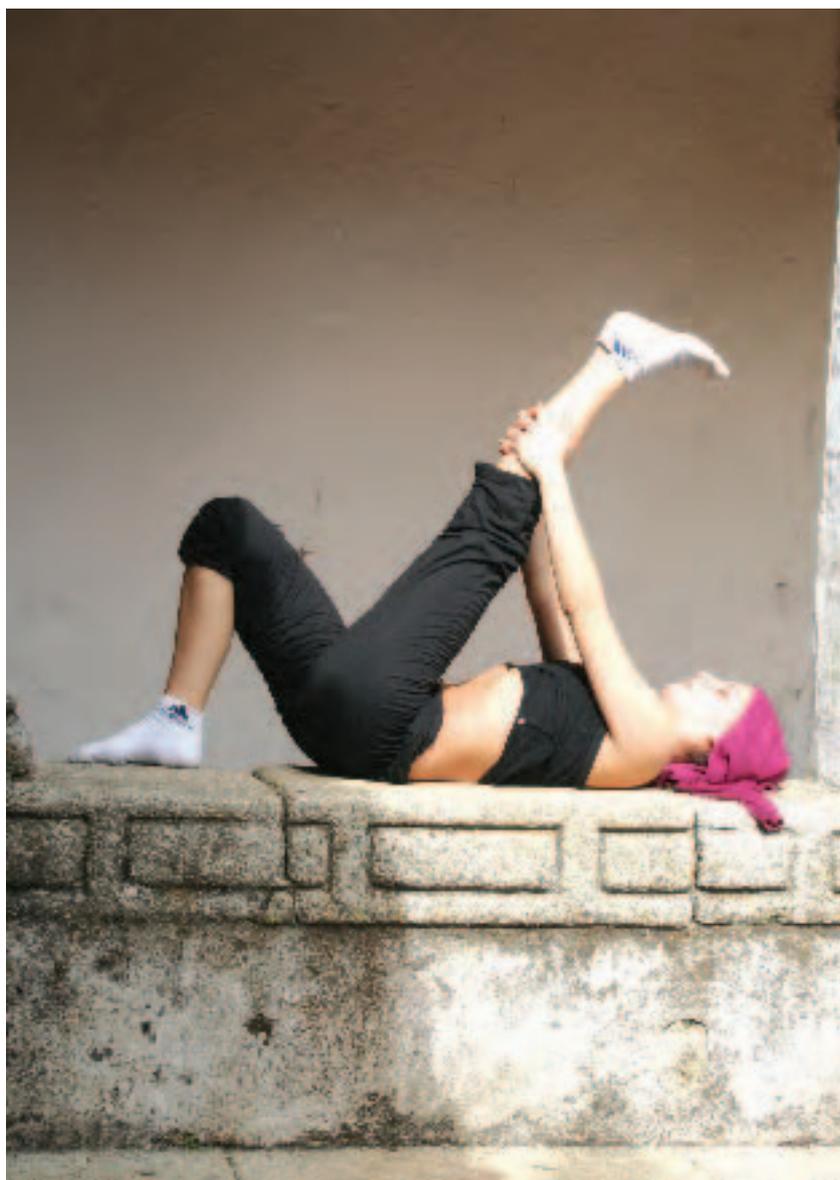
Finalistas da Escola Superior de Dança de Lisboa protagonizaram um retiro artístico exemplar no Convento da Saudação, em Montemor-o-Novo, ensaiando experiências a nível da composição coreográfica e da realização vídeo. A oportunidade foi criada numa parceria com *O Espaço do Tempo*, o projecto do coreógrafo Rui Horta que convida os criadores à pesquisa e à experimentação, bases essenciais da renovação das linguagens artísticas.

Textos de Paulo Silveiro • Fotos de Vanessa de Sousa Glória em Montemor-o-Novo

DESDE 2001 que *O Espaço do Tempo* possui uma parceria estratégica com a Escola Superior de Dança de Lisboa, constituindo-se como um *partenaire* de excelência, que oferece aos estudantes um complemento de formação que a escola não pode fornecer. Esta relação privilegiada resulta dos contactos estabelecidos por Rui Horta com vários professores da Escola, como Wanda Ribeiro da Silva, que já foi sua presidente e uma das primeiras mestras do coreógrafo. A ela se juntam os professores Gil Mendo e Luísa Taveira, muito considerados por Rui Horta. Juntos contribuíram, ao longo do tempo, para que se estreitassem os laços entre as duas instituições.

O Espaço do Tempo é um lugar onde a criação artística atinge (pode atingir) dimensões inimagináveis. Situado num convento quinhentista, é um território livre, onde as artes performativas são convidadas a experimentar novas fórmulas.

O actual panorama da dança em Portugal permite algum optimismo. Apesar de pequeno, o país possui vários criadores emblemáticos. A grande questão que se coloca é no ensino que, segundo o coreógrafo Rui Horta, é indissociável da prática artística. O que equivale a dizer que quanto mais próximo o ensino estiver da criação artística, melhor será. O princípio, que já foi adoptado por muitas instituições de ensino estrangeiras, começa ago-





ra a surgir em Portugal. As escolas estão-se a abrir cada vez mais à influência dos criadores, sendo a Escola Superior de Dança um bom exemplo disso mesmo. A possibilidade de os seus alunos poderem trabalhar, em regime de residência, com grandes criadores internacionais, faz parte da política de abertura da escola ao exterior. Desse modo, eles são postos em relação directa com a profissão.

Os parceiros do *Espaço do Tempo* são escolhidos estrategicamente, em função do desenvolvimento do projecto que, segundo Rui Horta, poderá evoluir para algo semelhante a um pólo universitário. Mas para isso é necessário um apoio mais efectivo do Ministério da Cultura, nomeadamente no processo de recuperação do mosteiro. O que existe é bom e funciona, mas poderá transformar-se num projecto de excelência se o envolvimento do Estado for maior.

Quando criou o conceito de residências, Rui Horta pensou num espaço onde os alunos estivessem

totalmente focados no trabalho a desenvolver, sendo levados a conhecer os seus limites. “Apenas o corpo que se compromete com o trabalho pode sentir o rigor e a exactidão do gesto, a evidência do espaço, a derivação, o sentido, o erro”, diz o coreógrafo.

Para ele, é tão importante aprender a olhar como a actuar, aceitando a inép-

cia e a evasão para manter um equilíbrio entre estruturas e risco. O bom humor domina as sessões colectivas de improvisação, em grande medida livres, abertas, espontâneas e instintivas.

O mestre avisa que distender um movimento para além do equilíbrio é provocar o desequilíbrio, entrar em colapso. Haverá, pois, que avançar





Expressividades, movimentos e pausas integram as performances

de forma a evitá-lo – princípio que se deve aplicar tanto ao movimento corporal como aos sentimentos.

Rui Horta organiza o Seminário em função do pedido da Escola, convidando o artista que considere mais apropriado para o trabalho a desen-

volver. Ali, os alunos realizam numa semana a carga horária equivalente a três meses. E adoram. O convívio diário estimula a identificação entre eles, a abertura de espírito e a auto estima. «Eles chegam, tomam contacto com o trabalho, começam a criar e no fim

obtem resultados, saindo do Espaço com a noção do que são capazes”, diz o coreógrafo. É certo que isso vai potenciar toda a sua actuação futura.

Para Sofia Meireles, uma das alunas participantes, a residência de Montemor-o-Novo é uma forma de despertar a criatividade e de conhecer novos métodos de trabalho, de composição coreográfica. Elogia a autonomia incutida pelos docentes, que permite a total liberdade criativa aos alunos.

O resultado final é a soma das várias partes, ou das melhores, escolhidas pelos alunos. «Este não foi um workshop para nós trabalharmos só como intérpretes, mas também como coreógrafos» – diz Sofia. O facto de terem estado juntos durante uma semana permitiu, em sua opinião, uma maior concentração no trabalho que foi, por isso, mais produtivo. O balanço é optimista, Sofia considera que aprendeu muita coisa que lhe será importante no seu futuro profissional.

Ana Margarida Meneses, outra das alunas participantes, lembra que realizar uma residência significa é aplicar conhecimentos adquiridos, num con-



As refeições no interior do Convento, são momentos de convívio e de debate de ideias

A feiticeira da dança



KARINE Ponties nasceu em França em 1967, viveu e estudou durante quinze anos na cidade espanhola de Barcelona e passou pela Bélgica e pela Itália. Actualmente reside em Bruxelas, sendo considerada um grande vulto da dança contemporânea.

Antes de assumir o seu próprio projecto, somou experiências como intérprete e coreógrafa em várias companhias. Quando Rui Horta a convidou para intervir no retiro de Montemor, Karine ficou entusiasmada, por ser esta a primeira vez que trabalha em Portugal. Rui e Karine já se conheciam, desde o tempo em que o coreógrafo andou em digressão pela Europa.

Karine organizou o workshop em duas partes, uma mais técnica, de aperfeiçoamento dos movimentos, e outra mais criativa, que deu aos alunos oportunidade de criarem pequenas coreografias individuais. Este tipo de formação segue o caminho da abordagem coreográfica, explorando nos alunos as diferenças de cultura, imaginação e talento.

No culminar da experiência ela estava segura de que o nível técnico dos alunos portugueses é semelhante aos dos outros países, com as diferenças decorrentes das capacidades de concentração de cada um em períodos de tempo premeditadamente curtos.

ceito de trabalho em equipa. Ela sabe que o espaço traz vantagens ao nível da concentração, da criatividade e da união do grupo, que se torna mais forte em termos de convívio pessoal e profissional.

A arquitectura do espaço funciona, ela própria, como fonte inspiradora. “O facto de cada pedra, cada madeira, ter uma história aumenta a nossa motivação para trabalhar” – constata Ana Margarida.

O balanço da semana de trabalho é excelente, por várias razões, incluindo o facto de a coreógrafa francesa convidada conseguir despertar a qualidade dos movimentos do grupo, individual e colectivamente considerados. Ana Margarida ficou muito contente por ter visto finalmente, ao fim de três anos de trabalho, os colegas a aplicar determinados movimentos e experiências. “Foi bonito conviver com os meus colegas e ter a oportunidade de criar”, confessa a aluna.

Ricardo Ambrósio, outro dos estudantes participantes, considera que a mais-valia que retira das residências é o facto de ali não ser apenas intér-

prete, mas criador. Karine deu aos jovens exercícios de composição, para eles criarem a partir daí as suas performances individuais. A mudança do ambiente escolar para o do mosteiro da Saudação permite uma mudança dos estilos pessoais dos alunos e uma quebra das suas rotinas diárias.

“As características das residências

permitem uma concentração total e uma grande intensidade de trabalho, tudo isto num local fantástico e inspirador” – garante Ricardo.

Apesar do convívio diário, todos respeitam o espaço dos outros. No fim, a sensação de ter subido de nível na formação artística compensa o corpo cansado e a mente esgotada.



Apesar de improvisados os dormitórios convidam ao descanso e reflexão

Quinhentos anos de História



O *ESPAÇO do Tempo* encontra-se instalado no Convento de Nossa Senhora da Saudação, que se ergue numa colina do interior do castelo de Montemor-o-Novo. A construção, característica do estilo manuelino, remonta ao ano de 1502.

Os primeiros habitantes do convento foram uma espécie de freiras laicas, seguidoras de Joana Dias Quadrada, que optaram pela vida de recolhimento e devoção, apesar de não estarem ainda sujeitas (o que acabou por só acontecer mais tarde) às regras das ordens religiosas.

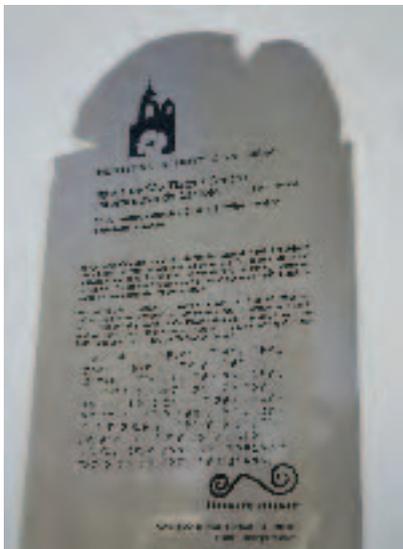
Durante o séc. XVI o convento foi várias vezes ampliado; primeiro foi construído o dormitório, a igreja, o coro alto e o coro baixo; depois, já no reinado de D. João III, foi erguido o claustro conventual; e por fim, já na

última metade do século, surgiram as enfermarias monásticas, que ligaram o corpo principal do mosteiro às muralhas da vila. A igreja conventual, de arquitectura clássica-barroca, foi adornada no século XVII com um retábulo de talha, da Escola Real de Valladolid, e envolvida com azulejos policromos de vários padrões.

O convento pertenceu à Ordem Dominicana, tendo sido sempre habitado por um grande número de religiosas. O seu apogeu aconteceu durante o século XVIII, quando che-

gou a acolher 65 freiras. No ano de 1834, D. Pedro assinou o decreto que extinguiu as ordens e congregações religiosas, mas só 30 anos depois, com a morte da última priora, o convento passa para a posse do Estado.

A sua primeira utilização laica foi como Asilo da Infância Desvalida, de 1876 aos Anos 60 do século XX. Actualmente, as instalações são partilhadas pel' *O Espaço do Tempo* e a Oficina de Arqueologia da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.



A inspiração nova-iorquina

DENOMINADO Centro Coreográfico de Montemor-o-Novo, O Espaço do Tempo é uma associação sem fins lucrativos, subsidiado pelo Instituto das Arte / Ministério da Cultura e apoiada pela Câmara Municipal de Montemor-o-Novo. O seu director, Rui Horta, é um lisboeta que começou a dançar aos 17 anos nos Cursos de Bailado do Ballet Gulbenkian, com Jorge Savilava e Wanda Ribeiro da Silva.

O coreógrafo viveu em Nova Iorque, onde terminou a formação em Dança, antes de se tornar fundador, em 1984, da Companhia de Dança de Lisboa, da qual foi o director artístico até 1987.

Viajante incansável, fundou depois a sua própria companhia, com a qual efectuou as suas primeiras digressões pela Europa. Durante nove longos anos, de 1991 a 2000, dirigiu companhias de dança em vários países, recolhendo prémios e experiências, que lhe asseguraram uma visão abrangente sobre as tendências da dança contemporânea.

No ano 2000, as saudades fizeram Rui Horta regressar a Portugal, cheio de vontade de concretizar projectos. Começou a procurar um espaço onde pudesse aplicar as suas ideias, com o apoio do Ministério da Cultura, e a deambular pelo país, até que encontrou o Convento da Saudação, na cidade alentejana de Montemor-o-Novo.

Através dos seus contactos internacionais, o coreógrafo conseguiu os apoios necessários para criar O Espaço do Tempo. O orçamento, de cerca de um milhão de euros, é obtido junto do Instituto das Artes, de sponser e mecenas, de co-produtores internacionais e da venda dos espectáculos que produz.

A Câmara Municipal de Montemor acarinhou o projecto desde início, ao ver nele uma oportunidade para projectar culturalmente a região. O próprio Rui Horta instalou-se com a família na cidade, estabelecendo assim a relação de empatia que faltava, com os seus habitantes.

A principal função d'O Espaço do



Tempo é acolher artistas e criadores, proporcionando-lhes ambientes de reflexão em que possam experimentar livremente as suas capacidades criativas. Mas este é também um lugar de mediação, sobre as expectativas do público, e um projecto sócio-cultural que interage com a comunidade.

Os alentejanos gostam do projecto, que dignifica a cidade, chama pessoas de outras paragens e atrai os Media, tornando a região mais conhecida e estimada. Sendo certo que o facto de o orçamento ser praticamente todo ali aplicado, como todos sabem, resultar em mais um contributo para o seu desenvolvimento.

Há sete anos que o projecto está a crescer. No começo, Rui Horta apenas

tinha um colaborador, e hoje a estrutura comporta já doze pessoas. São elas que gerem os cinco estúdios, o teatro e as instalações do convento.

A característica emblemática deste formigueiro cultural é a sua interdisciplinaridade, podendo ser utilizado pelas gentes da dança, do teatro ou do audiovisual, na procura de novas linguagens e métodos.

A Escola Superior de Dança de Lisboa não é o único parceiro do projecto. O Espaço do Tempo possui outras parcerias, com a Universidade de Évora, no campo da arquitectura paisagística; com a Universidade de Aveiro, no campo das novas tecnologias; e com Faculdades onde se lecciona a Psicologia, através do projecto O Corpo Pensa.

Novo identificador de portagens

Vem aí a Via Verde de segunda geração

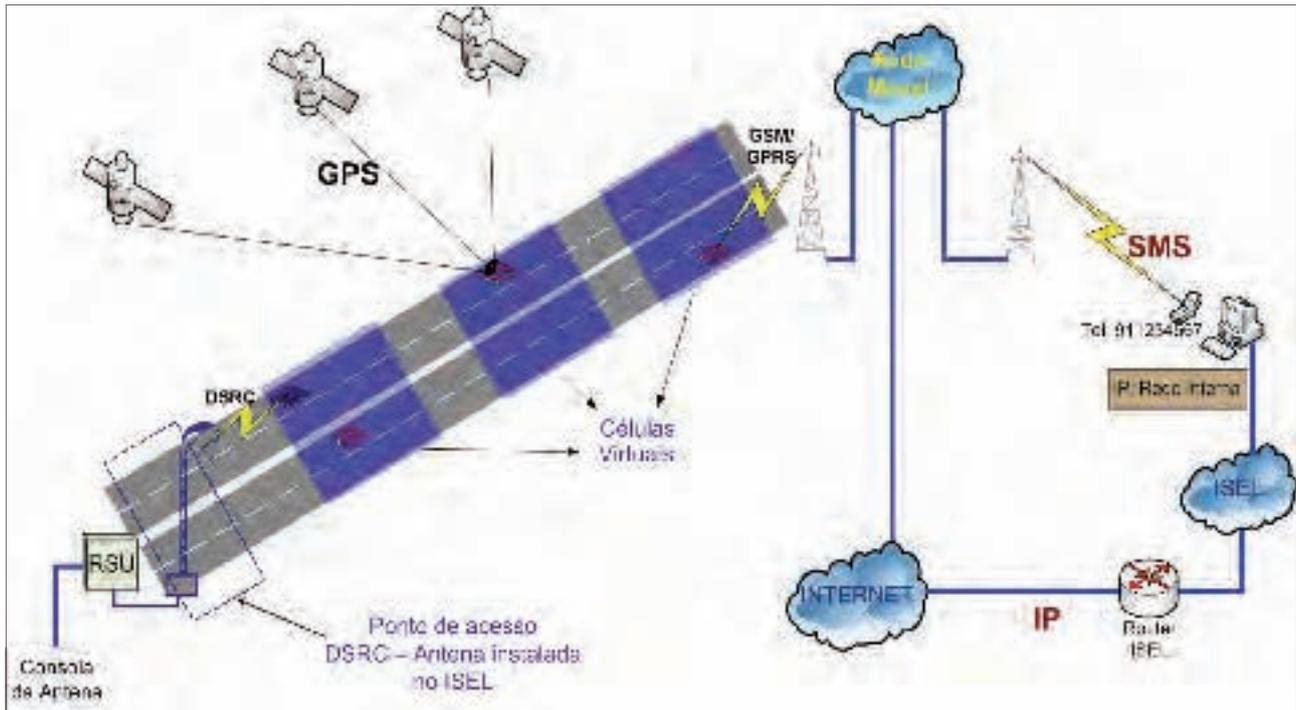
O projecto *On Board Unit Interoperability*, que cria um novo e inovador identificador de portagens, que irá substituir os identificadores actualmente usados no sistema Via-Verde, está já a ser desenvolvido pelo Departamento de Engenharia de Electrónica e Telecomunicações e de Computadores do ISEL. É mais um resultado da parceria de sucesso com a Brisa, que soma êxitos desde 2002.

Textos de António Serrador, Ricardo Prata, Luís Osório e Fernando Fortes

O INSTITUTO Superior de Engenharia de Lisboa, e em particular o Departamento de Engenharia de Electrónica e Telecomunicações e de Computadores, tem vindo a desenvolver um conjunto de projectos com a Brisa desde 2002. Esta profícua colaboração deu origem a um número significativo de resultados, reconhecidos não só pela Brisa mas também por um conjunto significativo de empresas e organizações directa ou indirectamente relacionados com o sector dos transportes. Um exemplo deste sucesso reconhecido é o caso do projecto com a designação de *On Board Unit interoperability* (OBUi). Neste projecto foi desenvolvido um novo e inovador identificador que poderá, no futuro, vir a substituir os identificadores que são usados actualmente no sistema Via-Verde de portagens.

O identificador, desenvolvido por alunos finalistas e professores do ISEL, incorpora um conjunto de novas tecnologias e inovações ao actual sistema Via-Verde. O protótipo desenvolvido integra no designado sistema de "Portagens Virtuais" a tecnologia *Dedicated Short Range Communications* (DSRC), usada em Portugal pelos dois milhões de utilizadores da Via-Verde. A tecnologia estabelece, de forma simples, a ligação entre um identificador no veículo e a





Arquitectura geral do sistema

antena que se encontra na portagem Via-Verde usando uma frequência de 5,8 GHz.

O novo identificador permite, entre outros aspectos, a detecção da passagem de um veículo por uma determinada localização na auto-estrada ou num outro local, como a entrada numa zona urbana, sem que para tal seja necessária a instalação de uma infra-estrutura física de portagem. No entanto a grande motivação que presidiu à decisão de investimento em mais este desenvolvimento foi a necessidade de estabelecer a interoperabilidade entre o actual sistema de portagem baseado na tecnologia DSRC (actuais identificadores) com o sistema baseado em GPS em operação na Alemanha. Com o sistema desenvolvido no ISEL pelo grupo de investigação GIEST, será possível viajar pela Europa e atravessar diferentes sistemas de cobrança de portagem com um mesmo identificador: o novo multi-tecnologia OBUi.

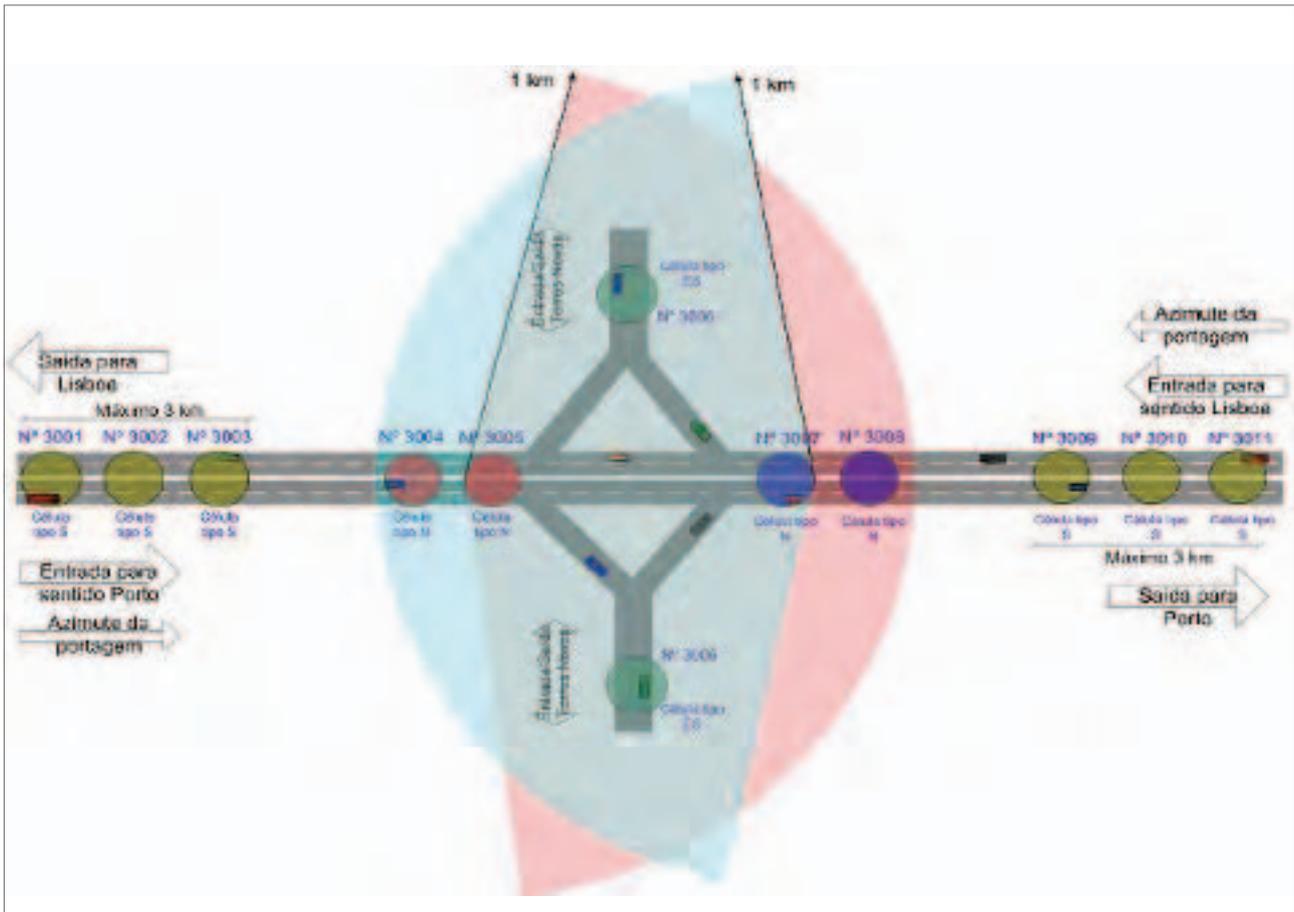
O início deste projecto remonta ao ano 2003 e ao desenvolvimento de um sistema de Portagens Virtuais. Este primeiro projecto teve como objectivo a criação de um novo identificador, que permitisse tirar partido da localização fornecida pelo já popular

sistema de posicionamento global GPS e, adicionalmente, beneficiar das facilidades da comunicação móvel oferecidas hoje pelas redes celulares móveis. É o caso do *Global System for Mobile Communications* (GSM) e o seu serviço *General Packet Radio Service* (GPRS).

A ideia central deste projecto foi a de desenvolver um sistema que permitisse cobrar portagens com base no posicionamento geográfico dos veículos. É um sistema que permite a cobrança electrónica de portagens, sem necessidade de infra-estruturas físicas junto das rodovias. Subsiste



A moeda de um euro serve de referência à dimensão do aparelho



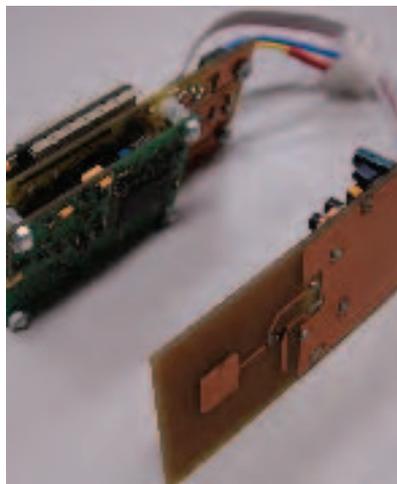
Exemplo funcional das Portagens Virtuais (portagens fechadas)

todavia, até este momento, o problema da forma como podem ser resolvidas as situações em que os veículos não possuem o identificador, ou este não está operacional (sistema de obrigação – *enforcement*).

Este projecto inicial dá resposta à directiva da Comissão Europeia, favorável ao uso destas tecnologias na cobrança de portagens. Em 2004, um ano após o início do projecto, o protótipo do novo identificador estava já bastante, sendo testado com sucesso nas auto-estradas A1 e A5 e na Ponte Vasco da Gama. Por essa altura os alunos finalistas Sérgio Reis e Laurindo Berenguer e o Professor António Serrador faziam a divulgação do protótipo, em workshops e conferências. Esse trabalho chegou mesmo além fronteiras, pelas mãos de alunos oriundos da República Checa (via Programa Sócrates) que no ISEL, e neste projecto em particular, encontraram o tema para o seu projecto de Mestrado, a implementação de algoritmos de portagem virtual sobre o

protótipo em desenvolvimento.

No final de 2004, foi lançado um novo desafio, integrar no identificador existente a tecnologia DSRC, na altura desconhecida no ISEL. Esta assenta fundamentalmente em sistemas electrónicos de micro-ondas na banda dos 5.8GHz. De forma a responder ao desafio nesta área, o Professor Fernando Fortes, do ISEL-DE-ETC, especialista em sistemas de mi-



cro-ondas juntou-se à equipa inicial. O projecto assumiu, entretanto, duas grandes áreas das telecomunicações: os sistemas de telecomunicações e a electrónica das micro-ondas.

O projecto OBUi já foi apresentado na Feira Internacional de Lisboa, por ocasião do Salão Internacional do Automóvel 2006. Entre os interessados estava o representante da Comissão Europeia, da área dos Transportes Rodoviários e Segurança, que depois se deslocou ao ISEL, para melhor se inteirar do projecto. O projecto foi ainda divulgado nos workshops organizados pela Brisa no seu Centro de Controlo Operacional, na presença de dezenas de especialistas nacionais e estrangeiros.

Mais recentemente, uma comunicação sobre o projecto OBUi foi submetida, e aceite, na Conferência Nacional das Telecomunicações, Conf-Tele 2007. Por último, no início deste ano, foi submetido a apreciação um pedido de registo de patente Europeia, no *European Patent Office*.

ISEL e Brisa na vanguarda

Graças à competência e à criatividade dos engenheiros portugueses, a Via Verde volta a assumir um papel pioneiro, dando um passo decisivo em direcção à interoperabilidade do sistema no espaço europeu.

A Brisa já instalou nas suas praças de portagens sistemas capazes de comunicar com a sub-norma *Medium Data Rate*, a mais usada na Europa. Quer isso dizer que poderão circular no sistema Via Verde identificadores não emitidos em Portugal. O OBUi é um dispositivo inteligente que integra vários sistemas: GPS, GSM/GPRS e DSRC. Ao contrário do GSM e GPS, os módulos DSRC não existem no mercado para serem integrados no desenvolvimento de sistemas. Decidiu-se, por isso, desenvolver este novo módulo de raiz.

Para participar neste desafio foram identificados mais dois alunos finalistas, que enquadraram no seu projecto final de curso a participação nesta experiência. Foram eles o Ricardo Prata e o Nuno Fernandes, alunos do curso de Sistemas das Telecomunicações e Electrónica do DEETC.

A norma DSRC apresenta duas sub normas, a *Low Data Rate* (LDR) e a *Medium Data Rate* (MDR), sendo o LDR a norma usada pelos identificadores que usamos em Portugal (sistema Via Verde). No entanto, é a sub norma MDR a mais usada na Europa, sendo a que apresenta mais desafios no desenvolvimento, devido à maior complexidade em relação à norma à LDR.

Como atrás se refere, Via Verde, já instalou nas praças de portagens portuguesas sistemas capazes de comunicar com ambas as sub-normas, dando assim um passo importante para a interoperabilidade no universo DSRC Europeu. Isto é, poderão circular no sistema Via Verde identificadores não emitidos em Portugal.

Uma vez que a sub norma MDR garante a continuidade dos sistemas DSRC na Europa, foi razão suficiente para que fosse esta a sub norma desenvolvida no projecto OBUi.

A tecnologia DSRC permite fundamentalmente identificar um veículo, no entanto há muitas outras



O presidente do IPL, Vicente Ferreira, no Centro Operacional da Brisa, Carcavelos: o intercâmbio entre as duas instituições vigora desde 2002

funcionalidades possíveis como, por exemplo, guardar informações permanentes do veículo e do utilizador ou temporárias, informar numa saída de portagem o local por onde o veículo entrou na auto-estrada. Hoje em dia, estas informações servem em Portugal para efectuar pagamentos de parques de estacionamento, e em postos de abastecimento de combustível, ou mesmo em controlo de acessos, havendo outras funcionalidades possíveis, como por exemplo pagar *fast food* num *drive-in*!

Do ponto de vista das Telecomunicações, o funcionamento da tecnologia DSRC é muito interessante. A comunicação do identificador para a antena, que se encontra fixa no ponto de passagem *Road Side Equipment* (RSE), realiza-se de forma passiva. Isto é: a antena do identificador muda controladamente as suas características – reflecte ou não o sinal recebido – permitindo, assim, transmitir os dados definidos na norma DSRC. Por outras palavras, podemos dizer que o

processo de transmissão do identificador segue o princípio de funcionamento da leitura de códigos de barras, em Rádio Frequência em vez de reflexão óptica. Como a energia gasta neste processo é mínima, o tempo de vida de uma única pilha do identificador pode ir até 10 anos, dependendo do número de transacções efectuadas pelo mesmo.

No projecto *On Board Unit interoperability* (OBUi), a integração dos sistemas de Portagens Virtuais e DSRC permite a interoperabilidade entre países que usem sistemas diferentes. É o caso, para já, da Alemanha (Portagens Virtuais) e da República Checa (DSRC).

O identificador desenvolvido, permite efectuar transacções electrónicas de portagens de três modos diferentes: o clássico, usando apenas o DSRC; as Portagens Virtuais, que não carecem de infra-estrutura fixa; e o modo híbrido, que usa o GPS de forma combinada com o DSRC (evita o uso do GSM).

Inês Sim-Sim alerta

“Daqui a alguns anos não vamos ter professores”

Preocupada com a previsível falta de professores em Portugal, num futuro a médio prazo, Inês Sim-Sim, a professora com mais anos de carreira no Instituto Politécnico de Lisboa, alerta para uma intervenção do Governo. A docente contribuiu diariamente, com o seu entusiasmo, para que a instituição responda às necessidades da sociedade. Desde sempre ligada à Escola Superior de Educação de Lisboa, tem dedicado grande parte do seu tempo à investigação e a ensinar.

Textos de Vanessa de Sousa Glória • Fotos de Paulo Silveiro



POLITECNIA – A Escola Superior de Educação de Lisboa tem cumprido capazmente a missão que lhe foi confiada de formar bons professores?

INÊS SIM-SIM – É extremamente difícil, para qualquer instituição, dizer que tem cumprido a sua missão, que é tão profunda quanto formar profissionais. Só se pode saber isso depois dos profissionais estarem no terreno e de terem sido avaliados. O que lhe posso dizer é que a Escola Superior de Educação de Lisboa tem procurado, ao longo destes anos, que a sua formação seja de qualidade e que esteja à altura do que é esperado de uma formação de professores de nível superior. E temos procurado que essa formação vá ao encontro daquilo que a sociedade civil espera dela.

POL. – Há um consenso social, no país, sobre a necessidade de se melhorar o ensino do Português no Ensino Básico. O que é que tem falhado até agora?

I. S. S. – Quando não se tem o resultado esperado não quer dizer que algo tenha falhado. O que pode ter acontecido é que um conjunto de variáveis diferentes entrou em jogo, fazendo com que o produto que advém dessa situação também tenha resultados diferentes. Quando as pessoas dizem

que os alunos não sabem Português, usam uma forma de dizer muito genérica. Isso não é verdade.

POL. – Não?

I. S. S. – Não! Temos de pensar de quem estamos a falar e com quem estamos a comparar. É vulgar dizer-se que no passado os alunos sabiam mais Português. Mas que realidade tínhamos no passado? Um número muito limitado de alunos frequentava a escola. A grande variável que entrou em jogo foi a massificação de ensino. Num curto espaço de tempo, o sistema educativo português chamou para dentro de si todos os alunos aos níveis do 1º, 2º e mesmo 3º ciclo. Quando trazemos para o sistema todos os alunos estamos a comparar duas realidades que não se podem comparar. Existe mesmo actualmente uma percentagem maior de alunos melhores do que passado.

POL. – Quando é que se deu essa massificação?

I. S. S. – Começou a ser feita no tempo da *Reforma Veiga Simão*, no início dos anos 70, embora a grande mudança tenha acontecido no pós-25 de Abril, e agora, mais recentemente, na década de 90, com a obrigatoriedade de formação ao nível do 3º ciclo do Ensino Básico. A massificação é a variável de peso mais importante. Mas

existem outras razões.

POL. – Que razões são essas?

I. S. S. – Uma delas tem a ver com aquilo que neste momento é pedido, em termos de exigências comunicativas orais e escritas, que é diferente do que era pedido no passado. Numa sociedade de informação, compete também à escola ensinar o acesso e a manipulação de materiais on-line, e embora a escola esteja a fazê-lo tem tido alguma dificuldade em andar à velocidade a que sociedade está a avançar.

POL. – Estamos a falar de que exigências, a nível da oralidade?

I. S. S. – Não se trata do desenvolvimento da linguagem oral porque, essa, as crianças adquirem-na normalmente. Estamos a falar da utilização dos usos formais do nível oral.

POL. – Isso se traduz-se em quê?

I. S. S. – Na forma como o aluno responde oralmente, em situações formais. Quando tem, por exemplo, de fazer exposições, entrevistas e inquéritos. Há um conjunto de formalidades a utilizar que são diferentes da oralidade do dia-a-dia. Isto tem a ver com a formalidade do discurso, e tem de ser ensinado. E o local certo para o fazer é a escola. E são estes aspectos de oralidade que nem sempre a escola tem conseguido acompanhar.

A paixão pela língua portuguesa

MARIA Inês Bamond Sim-Sim é coordenadora do programa nacional do Ensino do Português no 1º Ciclo do Ensino Básico. Exerce essas funções a convite do Ministério da Educação, que assim reconhece publicamente a sua larga experiência e competência na formação de professores.

Doutorada em Educação pela Universidade de Bóston, é decana do Instituto Politécnico de Lisboa e professora-coordenadora da Escola Superior de Educação de Lisboa, a cujo Conselho Científico preside. Integrou a primeira Comissão Instaladora da ESELx, dirigiu o Instituto Aurélio da Costa Ferreira e o Instituto de Educação da Universidade Católica Portuguesa e leccionou na Escola



de Reabilitação do Alcoitão.

Bolseira e investigadora de instituições nacionais e estrangeiras, é

especialista no desenvolvimento da linguagem e na aprendizagem da leitura. Integrou júris e comissões de avaliação de cursos e projectos de investigação, fez assessoria e consultadoria, pertenceu a conselhos consultivos, científicos e editoriais e coordenou cursos de mestrado e de especialização em educação.

É autora dos livros *Como Lêem as Nossas Crianças* (1993), *Avaliação da Linguagem Oral* (1997), *A Língua Materna na Educação Básica* (1997), *Desenvolvimento da Linguagem* (1998) e *Ler e ensinar a ler* (2006). E assinou artigos de referência em publicações especializadas, como de *The Reading Teacher*, *Inovação*, *Palavras*, *Noesis* e *Cadernos da Formação de Professores*.

POL. – Como é que os professores se adaptaram a esta realidade?

I.S.S. – Com dificuldade.

POL. – A formação dos professores teve de ser alterada para responder a essa exigência?

I. S. S. – Exactamente. Repare: há cerca de 30 anos um professor primário – a que hoje chamamos professor do 1º ciclo – só precisava de ter o correspondente ao 9º ano de escolaridade actual e ter frequentado dois anos na Escola do Magistério Primário; actualmente, é-lhe exigido que tenha o 12º ano de escolaridade, mais quatro ou cinco de formação de nível superior. E, para além disso, foi introduzida no sistema a componente da investigação.

POL. – A investigação é assim tão importante?

I. S. S. – É. O ensino e a formação de professores devem assentar no que a investigação nos vai trazendo. Sem a investigação a fertilizar o campo da formação de professores, continuar-se-ia numa esquema de repetição. A forma como as crianças aprendem, hoje em dia, é completamente diferente do modo como aprendiam há 20 ou 30 anos. Só posso perceber como posso ensinar eficazmente, se souber como é que a criança aprende. Tudo isto tem por detrás muita investigação. A formação dos professores tem de ser desenhada em função dos resultados da investigação.

POL. – A dificuldade na utilização da língua materna é um problema tipicamente português?

regularmente a escola. Os Estados Unidos, por exemplo, que desde os anos 20 do século passado têm um ensino obrigatório de doze anos, perceberam isso nos anos 80. O mesmo aconteceu na Inglaterra e na França. Esta realidade é mundial e ocorreu em diversos sistemas educativos.

POL. – Mas Portugal regista um atraso. Como é que explica esse atraso educativo, em relação a outros países?

I. S. S. – Os portugueses arrancaram de uma linha de partida inferior. No resto da Europa já não havia, desde o princípio do século XX, analfabetismo, com excepção da Espanha e Itália. E mesmo nestes países, as taxas de analfabetismo eram muitíssimo inferiores às nossas. Nós partimos muito cá de atrás. E quando assim é, o esforço para acompanharmos os outros países é maior.

POL. – Temos uma taxa de analfabetismo ainda elevada?

I. S. S. – Neste momento, a taxa de analfabetismo dos adultos é residual. Mas temos um conjunto de características, que são idênticas às dos outros países. É o caso das crianças que já passaram pela escola, mas que não sedimentaram a sua aprendizagem. A forma como cada país tenta resolver os problema é que diferente, e pode ser mais ou menos eficaz.

POL. – Há certamente casos de sucesso.

I. S. S. – Deixe-me dar-lhe o exemplo da Finlândia. A primeira vez que tomei contacto com o sistema edu-

– a Finlândia ficou, pela primeira vez, em primeiro lugar, e desde então tem mantido sempre essa posição.

POL. – A que se deve o desempenho exemplar dos alunos finlandeses?

I. S. S. – Na altura foram feitos diversos estudos para perceber porque é que o desempenho da Finlândia era tão bom. Num desses estudos, foi evidente que o resultado obtido tinha que ver com uma alteração profunda que a Finlândia tinha feito nos anos 70, no sistema de formação de professores. Foi a resposta a um outro estudo do mesmo género, realizado antes, que colocava o país num péssimo lugar. O que sabemos hoje é que qualquer alteração, no sistema educativo, demora 12 a 16 anos a dar os primeiros frutos.

POL. – Que lugar ocupou Portugal nesse estudo?

I. S. S. – Um lugar muito abaixo: entre trinta e dois países ficámos em 26º.

POL. – Houve alguma reacção pública a esse score?

I. S. S. – O jornal *Público*, ao ter conhecimento do estudo, fez um enorme artigo sobre o tema, interrogando dirigentes políticos. Houve um esforço para fazer alguma coisa, mas depois acabou por morrer e o estudo foi esquecido. Só nove anos depois, quando Portugal obteve os mesmos resultados no estudo internacional PISA, houve outra vez alarido e se tentou outra vez olhar para o problema.

POL. – Como é que encarou esses resultados?

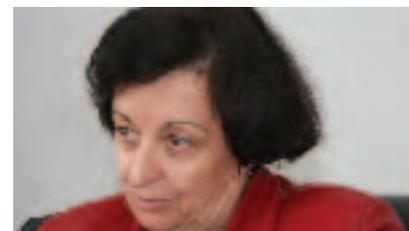
I. S. S. – Fiquei surpreendida. Não

O ensino e a formação de professores devem assentar no que a investigação nos vai trazendo.

Sem a investigação a fertilizar o campo da formação, continuar-se-ia numa esquema de repetição

I.S. S. – Não. O fenómeno não é meramente nacional. Todos os países (ou a maior parte deles...) descobriram, em determinado momento, que o nível de conhecimento e a forma como manipulavam a língua, particularmente a língua escrita, estava abaixo daquilo que se esperava. E isso, apesar de os alunos frequentarem

cativo finlandês foi quando Portugal participou, pela primeira vez, num Estudo Internacional sobre Leitura. O estudo decorreu entre 1989 e 1992 e tinha por objectivo avaliar o nível de literacia dos miúdos do 4º ao 9º ano de escolaridade. Entre trinta e dois países – Canadá, Estados Unidos, Nova Zelândia, Botswana, Venezuela, etc.



estava à espera. Profissionalmente foi, para mim, um virar de página. Desde então, enquanto professora, passei a investir no ensino da leitura. E no campo da investigação. tudo o que fiz foi sempre a pensar em alterar esta situação. Até aí, estávamos a trabalhar sem dados, sem perceber o que estava a acontecer no terreno.

A partir desse momento, começou a fazer-se investigação nesse domínio, em várias universidades. Tenho esperança de que, daqui a alguns anos, se comecem a ver alguns resultados desse trabalho.

POL. – O Programa Nacional de Ensino do Português no Básico, que está a ser elaborado sob a sua coordenação, é uma solução para o problema?

I. S. S. – O programa surgiu precisamente porque as entidades governamentais, a começar pela ministra da Educação, ao terem conhecimento dos resultados do PISA, se aperceberam de que os alunos portugueses tinham desempenhos muito baixos, a nível da matemática e da leitura. Tinha de se fazer alguma coisa, não só a nível da formação inicial, como está a acontecer, mas também a nível dos professores que já estão no sistema. O que se pretende é dar-lhes formação neste domínio.

POL. – Que inovações trará esse programa?

I. S. S. – Pretendemos que a formação se centre nas competências essenciais, que os alunos têm de adquirir em termos da língua. Refiro-me à leitura, à escrita, ao desenvolvimento da oralidade e ao conhecimento da língua como estrutura. O grande objectivo é melhorar as aprendizagens dos meninos nesses domínios. Outra inovação do programa é que a formação ocorra no ambiente de trabalho dos professores. As escolas têm um grupo de professores, com um dinamizador ligado às Escolas Superiores de Educação ou às Universidades da região. O que estamos a tentar fazer é uma ponte, entre as instituições de ensino superior, que têm conhecimentos sobre esses domínios, e as escolas básicas, sem retirar de lá os professores.

POL. – E a avaliação, como se processa?

I. S. S. – Estamos a tentar que seja introduzida, na formação dos professores, uma prática continuada de avaliação dos conhecimentos dos miúdos. Os portugueses não são muito dados a avaliações, não temos uma cultura de avaliação. O que acontece muitas vezes, nas escolas, é que a avaliação dos miúdos se restringe a

avaliações sumativas. Ainda não se faz uma avaliação de crescimento, do que estão a aprender.

POL. – Essa medição foi feita?

I.B.S.S. – Foi. Não era feita era de forma sistemática. Hoje, já se fazem provas nacionais para se aferir o nível dos conhecimentos dos miúdos. São uma espécie de termómetro, para irmos percebendo em que ponto está o



Mais importante do que dar notas é o acompanhamento de cada criança

país. O que se quer fazer é uma avaliação individual, não para dar notas, mas para se perceber como é que a criança está a desenvolver os seus conhecimentos. Mais importante do que dar notas é o acompanhamento de cada criança. Trata-se de uma avaliação formativa e continuada, e isso vai ser o mais difícil.

POL. – A adesão ao programa, que se processa de forma voluntária, não deveria ser obrigatória?

I. S. S. – É voluntária mas não é individual. E essa é outra característica do programa. Quem se candidata não são os professores, mas as escolas. E são as escolas que escolhem quem é o elemento que vai para a formação.

POL. – Houve muitas candidaturas?

I. S. S. – Para 120 vagas, candidataram-se 350 escolas ou agrupamentos. Neste momento temos 120 professores do país inteiro em formação. No próximo ano, serão eles os dinamizadores desta formação nas suas escolas. E ao mesmo tempo virão

outros para fazer formação. A ideia é criar uma rede.

POL. – Há um espaço para debate?

I. S. S. – O Ministério da Educação disponibiliza uma plataforma on-line, onde os actuais e futuros formandos têm um espaço de discussão e podem obter materiais de trabalho para a sua própria formação. Estamos a falar de um conjunto de brochuras de formação, com actividades para os miúdos.

POL. – Como é feita a selecção do professor que vai para a formação?

I. S. S. – Definimos um conjunto de critérios. Por exemplo, só se pode ser formando para depois se ser formador, se se for professor do 1º ciclo e se se estiver a exercer. Outro critério é o de que tenham, para além da licenciatura, uma especialização ou pós-graduação. No entanto, a forma como a escola os escolhe é da sua responsabilidade. O nosso papel é o de verificar o cumprimento dos critérios.

POL. – Os professores estão receptivos à ideia e à urgência de mudar as práticas de ensino da língua?

I. S. S. – Estão. Basta dizer que a adesão dos professores a um recente Congresso sobre *O ensino da leitura e a formação de leitores no 1º ciclo* foi um sucesso. E ainda mais quando aconteceu a um sábado. E é bom lembrar que a alteração do Estatuto da Carreira Docente retirou aos professores dispensa para estas situações. Ainda por cima estava um sábado de sol esplendoroso. Abriam-se 300 vagas e tiveram de se fechar as inscrições, porque se excedeu o número. É um indicador claro de que os professores sentem necessidade de formação. Ao falar com os professores do 1º Ciclo percebemos que querem mais formação, querem saber como é que se ensina melhor a ler.

POL. – E os Educadores de Infância, os primeiros a ensinar a língua às crianças, estão abrangidos pelo programa?

I. S. S. – Não, mas haverá uma forte ligação com eles. Algumas das brochuras a que fiz referência têm temáticas que podem ser trabalhadas pelos Educadores de Infância. Neste

momento estamos a assegurar ligações entre o 1º Ciclo e a Educação de Infância, para que o fosso seja esbatido, E tencionamos fazê-lo também em relação ao 2º Ciclo.

POL. – Que importância atribui aos Educadores de Infância no ensino da língua?

I. S. S. – Creio que desempenham um papel determinante. Hoje, sabemos que os meninos aprendem a ler com tanto mais facilidade quanto melhor é o vocabulário que têm, maior é o conhecimento e o contacto que têm com material escrito. Mesmo antes de serem ensinados a ler. É isso que determina a estratégia para a aprendizagem da leitura. Por isto percebemos a importância que a educação pré-escolar pode ter.

POL. – E que papel compete à família neste processo?

I. S. S. – A primeira coisa que os pais devem fazer em casa é falar com os meninos, mesmo antes de nascerem. Sabemos hoje que um bebé ao nascer distingue a voz humana, porque ouve, quando está na barriga da mãe. É extremamente importante estabelecer o diálogo com as crianças. Não basta que os pais se limitem a responder-lhes. A forma como as famílias, de estratos sociais distintos, conversam com as crianças, difere muito. E isso reflecte-se no desenvolvimento da linguagem oral da criança. Por exemplo, uma mãe de classe média, ao saber que o filho bateu no irmão mais novo, diz-lhe: *Não batas no teu irmão, que é mais pequeno do que tu, Também não gostavas que te batessem a ti.* Esta mãe, ao mesmo tempo que está a passar-lhe um conjunto de valores, transmiti-lhe o uso de um conjunto de construções linguísticas. Ora, uma mãe de um estrato social mais baixo não tem este tipo de explicações, e muitas vezes é capaz de reagir apenas com uma agressão física.

POL. – Que conselho dá aos pais?

I. S. S. – Conversem o mais possível com os vossos filhos, diversifiquem ao máximo o vocabulário. Os meninos são como aspiradores, razão pela qual quando chegam ao jardim-de-infância têm níveis de vocabulário diferentes.

POL. – E a relação dos pais com a leitura?

I. S. S. – Os pais devem proporcionar-lhes o maior número de livros, ler-lhes livros. Infelizmente não existe a cultura da leitura aos filhos antes de se deitarem. E não estou a falar de lhes contarem histórias, mas ler-lhas. Através da leitura transmitimos-lhe uma informação preciosa: o livro contém informação. A criança descobre que ali se dizem coisas. Quando nos pedem para lhe lermos sempre a mesma história, fazem isso porque quanto mais conhecem a história mais atenção podem dar aos pormenores. Assim como quando lhe estamos a ler uma história, já sabem o que vem a seguir. Nesse momento descobrem outro princípio da linguagem escrita: *o que está escrito não muda.* Gestos simples do quotidiano, como fazer com a ajuda dos filhos uma lista de supermercado, são úteis. Com este simples acto, a criança começa a descobrir que ali, no papel, estão informações sobre a escrita. Os pais devem ter consciência de que, com isso, estão a desenvolvê-los.

POL. – E quando a criança já consegue ler sozinha?



Os professores do 1º ciclo (...) querem mais formação, querem saber como é que se ensina melhor a ler

I.B.S.S. – Os pais podem sempre conversar com ela sobre aquilo que leram, assim como quando falamos com alguém que leu o mesmo livro que nós. O facto de as crianças já saberem ler não invalida que lhe leiam,

de vez em quando, uma história e os ponham a ler em voz alta. A cumpricidade entre o adulto e a criança vai fazer com que ela goste de ler.

POL. – Temos professores preparados para ensinar Português a filhos de emigrantes com tantas origens: Europa de Leste, África, China?

I. S. S. – Isso é muito complicado. Não temos professores preparados para essas situações. Começam agora a aparecer programas, do Ministério da Educação, de ensino do português como língua estrangeira. São iniciativas ainda muito embrionárias. Somos país de imigração há muito pouco tempo. Houve um caminho que outros países já fizeram, em relação ao ensino da língua a estrangeiros, que nós ainda não percorremos. A primeira vaga de imigração foi de cabo-verdianos, que estão em Portugal desde os anos 70 e que só começaram a ter filhos e a pô-los na escola no pós-25 de Abril. Isto resultou num grande insucesso escolar.

POL. – E em relação aos países da Europa do Leste?

I. S. S. – É diferente. Por um lado o nível de escolaridade dos pais é mais elevado e, por outro, há a variável que tem a ver com a própria língua. Quanto mais separadas estão as línguas menos perigo há em confundir-las. As línguas eslavas são muito diferentes da nossa. Já os meninos cabo-verdianos ouviam na escola falar português, mas nem tinham noção de que estavam a ouvir uma língua diferente da deles. Os africanos vindos de Cabo Verde falam um crioulo que resulta da mistura do português com uma língua nativa. As crianças que dominam uma língua e depois vão aprender a ler noutra, têm grandes dificuldades.

POL. – O facto de os jovens abaixo dos 15 anos serem maus leitores não afecta o seu futuro académico e profissional?

I. S. S. – Claro, a leitura é determinante para estudar. Um aluno que lê mal não consegue estudar bem. Vai ser sempre um mau aluno. Isso reflecte-se no nível de escolaridade e, mais tarde, no mundo de trabalho onde é necessário, cada vez mais, um grande domínio da linguagem escrita.

POL. – Há solução para isso?



“Quanto maior for o nível de escolaridade maior é o desenvolvimento das capacidades.”

I. S. S. – Nunca é tarde para se fazer alguma coisa, embora haja etapas que já estão queimadas. Um dos dados que a investigação nos fornece é o de que uma criança, que tenha em relação aos seus pares um atraso de dois/três anos, no domínio da leitura, dificilmente recupera. O que há a fazer é não deixar criar este fosso. Por isso lhe falava na avaliação, para perceber em que nível a criança se situa.

POL. – Como se pode estancar a sangria do abandono escolar, que afecta 40 mil jovens por ano?

I. S. S. – O abandono escolar é um problema que tem a ver com a nossa cultura e com alguns efeitos perversos que foram ocorrendo. Falámos, há pouco, dos eslavos e da importância que a escola assume quando é transmitida pela família. O mesmo se passa neste caso. Onde é que é mais incidente o abandono escolar? Nas classes baixas em que a importância da escola não é transmitida. Ao contrário do que acontece nas famílias das classes média e média alta. Nas classes sociais mais baixas predomina a ideia que se pode rapidamente ganhar dinheiro por outras vias.

POL. – Que se pode fazer para que os jovens não deixem a escola?

I. S. S. – É importante que os nossos miúdos frequentem a escola pelo menos até ao final do 12º ano. Temos é que ter outro tipo de escola. O que se passa é que continuamos a ter um 12º ano como tínhamos no meu tempo. A sociedade mudou. É preciso criar outras vias em termos de escolaridade, como por exemplo, as vias profissionais. Diversos sistemas educativos tentaram outras maneiras de fazer as coisas e saíram-se bem, como os alemães, que apostam na entrada em vias profissionais muito cedo.

POL. – Isso reduziria a dificuldade de procura do primeiro emprego?

I. S. S. – Não se pode dizer que sim, porque esse problema também tem que ver com a nossa economia. A educação é determinante para a criação de emprego. Uma grande percentagem dos nossos empresários tem o correspondente ao 6º ano de escolaridade. Ora, isso é muito pouco. Como é que se pode ser um bom empresário com um nível de escolaridade tão baixo? Quanto maior for o nível de escolaridade maior é o desenvolvimento das capacidades. Um empresário português dizia-me, há tempos, que preferia contratar um trabalhador da Europa de leste do que um português.

Porque aquele, perante um problema, tenta resolvê-lo, vai ler o manual. E faz isso porque o seu nível de escolaridade é mais elevado. Isto só prova a importância em subirmos o nível de escolaridade da população.

POL. – O problema da indisciplina nas escolas e das agressões a professores tem solução?

I. S. S. – A indisciplina nas escolas e as agressões não são só um problema só nosso. Há muito tempo que esse fenómeno existe e está a ser tratado noutros países. Muitas das escolas têm uma dimensão tão elevada que os miúdos não têm um sentimento de pertença, não se identificando com ela. Há factores sociais muito complicados. Os miúdos não vêem nos professores uma pessoa com autoridade. Muitos deles são miúdos deixados ao abandono pelas famílias. Um dos grandes problemas das nossas escolas é só terem professores e auxiliares de acção educativa. A existência de assistentes sociais e psicólogos na escola é muito reduzida. Ao professor é pedido que eduque, desempenhe funções de assistente social, psicólogo. É demasiado para uma pessoa só. Deviam existir outros profissionais na escola, cuja

função não fosse a de professor. Em Portugal temos escolas com poucos alunos, que estão a fechar, e escolas com dois mil alunos, em que não existe um sentimento de pertença.

POL. – É possível criar no sector público a escola perfeita?

I. S. S. – Não há um mundo perfeito, como não há um marido perfeito, um professor perfeito ou um aluno perfeito. É próprio da condição humana. Podemos melhorar as coisas, mas nunca torná-las perfeitas. Tentamos todos os dias respondendo ao que a sociedade vai pedindo à escola, que é diferente do que era antigamente, quando estava fechada em si própria. Agora temos a sociedade a competir com a escola, até ao nível de conhecimentos. Um miúdo que navega na Internet tem acesso a um mundo de informação, que a escola tem dificuldade em suplantar. A adaptação da escola à sociedade não é fácil. É necessário continuar a investir na investigação. E outro aspecto muito importante é o envolvimento dos pais. Precisamos deles. Os pais têm de ser parceiros da escola. Quanto mais escolaridade os pais tiverem, mais hipótese têm de perceber a importância da escola. É uma pescadinha de rabo na boca...

POL. – Os pais têm pouco tempo para os filhos.

I. S. S. – É verdade. Os pais que saem de casa às 7 da manhã e chegam às 8 da noite que tempo com qualidade dispõem para os seus filhos?

POL. – Também é assim nos outros países?

I. S. S. – Nos países nórdicos, os pais têm mais possibilidade de se organizarem a esse nível. A coqueluche do momento, nos EUA, é o ensino doméstico, que já tivemos antigamente no nosso país. Trata-se de uma acção privada e muito isolada, que cresceu nos últimos anos exponencialmente e que irá chegar a outros países.

POL. – Como é que isso funciona?

I. S. S. – São comunidades de pais, altamente escolarizadas, que criam redes em que a educação é dada pelos próprios pais. Um pai que é professor universitário de Física, por exemplo, é quem vai ensinar esta disciplina. Tudo isto é feito em casa. A questão posta

pelo Governo americano é a de saber como vai ser feito o acesso destes meninos à universidade, Estamos a falar de elites que não são ricas, mas que são altamente escolarizadas e sabem o que querem para os filhos.

POL. – E em Portugal porque não há-de um pai, que é professor de História, ir falar de História à escola dos filhos?

I. S. S. – Os pais portugueses têm poucas possibilidades de irem às escolas. A escola continua fechada à sociedade. Para tal os pais tinham de ter disponibilidade nos empregos e perceber a importância disso. E a escola, por sua vez, também tinha de



Ao professor é pedido que eduque, desempenhe funções de assistente social, psicólogo. É demasiado para uma pessoa só

ter essa abertura. Nos países do Norte da Europa, sobretudo, existe uma ligação muito forte entre os pais e as escolas. É uma longa caminhada que tem de ser feita em Portugal. Nós já andámos muito. Começámos foi lá muito atrás...

POL. – Que balanço faz das negociações entre o IPL e a Universidade de Lisboa?

I. S. S. – Independentemente dos resultados práticos, os documentos que resultaram dessa discussão

terão reflexos sérios no futuro do Ensino Superior em Portugal. Pela primeira vez em Portugal, sentaram-se à volta da mesa pessoas de dois subsistemas, com condicionalismos diferentes e por vezes antagónicos, mas que tinham um objectivo comum. Ambos os lados tentaram perceber o que tinham a ganhar se juntassem esforços, quer em termos básicos, no que diz respeito ao pessoal docente, quer em aspectos de maior dimensão como é o caso de tipo de cursos e do ensino que as instituições praticam. As instituições não se conheciam de todo. As pessoas da universidade ficaram espantadas com as escolas do Politécnico de Lisboa e do que se faz nelas.

POL. – Há falta de professores no Ensino Básico?

I. S. S. – Não, não precisamos de muitos mais professores. Basta irmos alimentando o sistema. Quando houve a massificação do ensino, houve a necessidade de muitos professores. Nessa altura, foi preciso ir recrutá-los a várias áreas. Não interessava a formação que tinham. Actualmente, assistimos a uma redução do número de candidatos ao Curso de Formação de Professores, porque os alunos vêm as dificuldades que os licenciados sentem, nesta área, em serem colocados nas escolas. E não estou a falar de Lisboa. Com excepção desta e da ESE de Viana de Castelo, as outras ESEs estão a viver mais de outros cursos do que dos de formação de professores. Daqui a alguns anos, se não houver regulação, não vamos ter professores. Isto já se passou noutros países. Neste momento os ingleses estão a viver esse problema e andam a recrutar professores pelo mundo fora.

POL. – Quando é que prevê que isso aconteça em Portugal?

I. S. S. – Quando o número de alunos do ensino superior crescer significativamente. Vai haver um momento em que a formação obrigatória vai ser de nível superior. E aí vamos precisar de mais professores. Se isto não for regulado até lá, haverá escolas que terão de fechar. Os políticos deviam ter a capacidade de planear atempadamente para evitar que certos desfechos aconteçam.

Um velho projecto novo

Sonho do Instituto das Artes já tem quase 40 anos

Da minha investigação sobre a História da Escola Superior de Teatro e Cinema, uma das unidades orgânicas do IPL oriunda do antigo Conservatório Nacional, que o Decreto-Lei 310/83, de 1 de Julho, veio dissolver e pulverizar, retiro alguns documentos significativos, que mostram quanto a discussão sobre o enquadramento do ensino artístico superior no ensino universitário é antiga e muito debatida.

Textos de Eugénia Vasques

A PROVAR o que atrás se diz, aí estão os artigos entusiasmados de José Sasportes e de José-Augusto França, muito anteriores a 1974, num tempo em que era possível sonhar o futuro. E aí está também, na sequência deste debate do início da década de 70, o “Projecto de Decreto-Lei do Plano Nacional de Educação Artística” que Madalena Perdigão dirigiu em 1978-79. E não seria um grande favor se o futuro Instituto das Artes levasse o nome desta enorme lutadora.

Madalena Perdigão dedicou-se, logo a partir de 1971, e a convite do político visionário que tem sido Veiga Simão, à reforma e reestruturação da educação e do ensino artísticos em Portugal –, no qual se propõem medidas de reforma, uma das quais é, em registo da época, de “Educação para a Arte”. O escalonamento do ensino artístico seria em Ensino Artístico Elementar, Ensino Artístico Médio e Ensino Artístico Superior (de curta duração e o longa duração, o universitário propriamente dito).

Afirma o crítico de artes José Estêvão Sasportes, a dado passo de um artigo intitulado “É Urgente e Inevitável a Reforma do Ensino Artístico em Portugal”, publicado a 10 de Dezembro de 1970, no *Diário Popular*: “... sobre o assunto, eu proporia a criação de uma Faculdade



Instituto das Artes Performativas Madalena Perdigão?

das Artes. De uma Faculdade que garantisse a qualidade e o estatuto do ensino *superior* à aprendizagem das artes. Uma Faculdade na qual se centralizasse o ensino da arqui-

tectura, da música, do teatro, da pintura, da escultura, em moldes bem diferentes dos actuais, e se administrassem as novas disciplinas ligadas ao cinema, à dança, às



novas formas de artes gráficas e de desenho industrial, à ciência e à arte das comunicações audiovisuais.

Neste corpo único se iniciava a aventura interdisciplinar que caracteriza a arte dos nossos dias [1970] e se faria o intercâmbio das dúvidas e das soluções próprias.

Semelhante Faculdade poderia ser, desde logo, não um simples centro de ensino passivo, mas uma porta aberta para um confronto permanente com o público através de exposições, de recitais vários, de projectos experimentais de considerável dimensão, passíveis graças à conjugação dos esforços dos alunos e professores dos diferentes cursos.

O arquitecto poderia frequentar os cursos de teatro que conviesse à sua

especialização neste domínio; o músico ligar-se-ia às gentes de teatro e de cinema se lhe interessasse exercer o seu



José Augusto - França foi um dos primeiros críticos a defender esta

métier neste domínio e aprenderia a entender as necessidades destas artes; o pintor, o bailarino e o actor poderiam encontrar-se nas mesmas aulas de história da arte ou de estética, etc.

Mesmo que o projecto de Faculdade das Artes nasça embrionário e experimental, ele impõe-se a qualquer outra solução, a qual, a ser centrada sobre as possibilidades imediatamente apreciáveis, nos fecharia este caminho do futuro que urge começar a preparar. Aqui, como noutros projectos, é preciso pensar numa estrutura aberta, a preencher progressivamente, em vez de se procurarem soluções aparentes.

É claro que a simples criação de uma Faculdade das Artes não é panaceia instantânea. Tudo vai depender do modo como ela se definir e é a partir da-

qui que se inicia o debate.” (pp. 1 e 7)

Responde o crítico José-Augusto França, catorze dias depois no *Diário de Lisboa*: “Faculdade das Artes? Faculdade é designação duvidosa que, com certas vantagens, norteia a nomenclatura ocidental. Instituto, Centro, Escola, Faculdade – tanto faz. O que interessa é que ela tende a ser de todas as Artes – ou de passagem (s) entre as artes. Esse o problema maior de uma estética actual em relação com as actuais ciências do Homem, e a sua metodologia necessária. Depois, tal faculdade abrir-se-á para várias opções de função cultural ou de carreira. Ela prepararia os professores que pudessem agir ao nível elementar e secundário, onde tudo se joga – e quando digo tudo penso mesmo no futuro e nos destinos da Nação...(Continuará ela a bem viver sem arte?)

[Para além da formação para o ensino geral, Outra formação indispensável é a de investigadores – também no domínio das artes, tomado na criação artística quanto na criação de ideias estéticas, críticas e historiográficas. No tal plano, a tal faculdade haverá de actuar – como oficina livre (acho eu, em esquemas já publicados) e como centro de pesquisa – para que a historiografia da arte em Portugal possa sair da situação misérrima (peso bem as palavras que escrevo) em que se encontra.” (p. 17)

O debate prossegue em 1971, agora nas páginas do jornal *A Capital*, que promove a exposição de ideias sobre o projecto de Reforma do Sistema Geral

Contagem decrescente?

O PLANO de reorganização do ensino superior, que o ministro Mariano Gago tem vindo a tentar implementar numa agitada (e algo caótica) *Era Bolonha*, prevê, numa das suas vertentes, a possibilidade de fusão, no ensino superior universitário, de unidades orgânicas do subsistema politécnico.

A criação de um Instituto das Artes, reunindo as várias escolas de ensino superior artístico, actualmente incluídas no Instituto Politécnico de Lisboa, faz parte deste projecto de fusão que se encontra sobre a mesa de negociações.



do Ensino então na ordem do dia. Depois de reflectir sobre as grande linhas necessárias a uma reforma do ensino artístico no nosso país (cf. 3 Fev., p. 5), José Sasportes defende, a 6 de Maio, o papel reservado à Universidade na promoção da “qualidade e actualização” na preparação de artistas e públicos, afirmando nomeadamente:

“Sempre que se encara o tema do ensino das artes-espectáculo, e igualmente da música, tem de se entender que cabe à escola formar dois tipos de artista: os intérpretes e os criadores.

Antes da sua entrada na escola de ensino superior (chamemos-lhe Faculdade das Artes, Instituto para as Artes-Espectáculo, ou qualquer outra coisa em que fique implícito este conceito de comunidade de diferentes disciplinas artísticas), o estudante deve estar já suficientemente preparado para interpretar as obras do repertório corrente com uma considerável eficácia técnica. Na posse desta ciência, entra na

Universidade, que terá por objectivos desenvolver no estudante a sua integração no seio das artes contemporâneas, influir numa prática constante e um grupo da disciplina escolhida, incentivar os dons criadores dos estudantes através de constantes solicitações para se produzirem.

Tal escola não pode fechar-se num edifício tradicional, devendo estar agregada a um centro de difusão da cultura artística.

Neste espaço se inseririam os palcos para a dança, a ópera e o teatro, os estúdios para o cinema, as salas de ensaios para as orquestras, os ateliers para estudo e confecção de cenários e figurinos, as salas de montagem de filme, etc. Insiste-se que se está na fase do fazer.

Cabe ainda prever a este nível superior, os cursos especificamente técnicos ligados às artes de cena, ao cinema e à TV, e bem assim, à preparação de administradores artísticos

[actualmente, produtores].”

José Sasportes propõe ainda soluções para a formação de professores e o convite de especialistas através do regime de seminários e ainda o perfil dos alunos a acolher. E termina:

“Semelhante esquema, implicando capitais avultados quanto à escolha de locais e de mestres, dirigindo-se, de início, a um restrito número de estudantes, só será possível se o Ministério da Educação Nacional acreditar no papel vital que as artes-espectáculo têm para desempenhar na nossa sociedade. Se esta convicção não existir, se se continuar a entender aquelas artes como simples divertimento [“ou perigosos meios de agitação” – excerto cortado pela Censura], as soluções a encontrar serão sempre túbias.” (p.3)

Madalena Perdigão, que chama à liça justamente o jovem crítico, é colocada à frente da maior reforma moderna do ensino artístico em Portugal. Disso falaremos noutra folhetim.



João Benard da Costa

Era uma vez uma guerra...

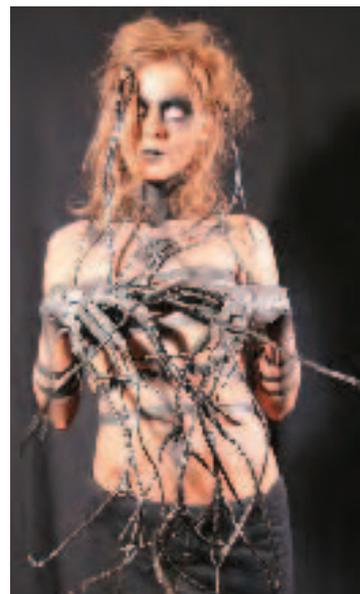
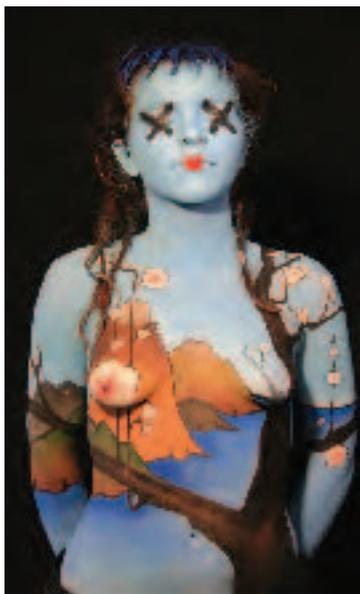
“ [Em 1977,] houve uma guerra valente no Conservatório. Aquilo estava tudo a precisar de ser reestruturado, e as escolas criadas por Madalena Perdigão (Cinema, Teatro, Dança, Educação pela Arte) juntaram-se para tentar transformar a velha casa de Garrett numa verdadeira Escola Superior de Arte, decalcada da Julliard, e doutras afins dos EUA. Lembro-me de António Reis, da Ana Caldas, da Grazie-

la Cintra e de alguns mais, noites e dias a preparar uma carta constitucional. Mas a Escola de Música, que dificilmente aceitara que aquela caldeirada de novas Escolas lhe tivesse feito perder a paz que durante décadas fora a dela, deu-nos luta até ao fim. Éramos novos demais. Perdemos. E tudo ficou como dantes.”

in Público
Janeiro 2007

Body Painting na Escola S

Um grito de r



A trémula gelatina de morango serve na perfeição para simular queimaduras na pele; as migalhas de pão da véspera transformam-se, sem grande dificuldade, em borbulhas horrorosas, como as dos monstros de Spielberg; e para criar veias salientes bastam uns fios de esparguete ou macarrão, consoante as criaturas sejam mais ou menos abundantes. São truques que os alunos da Escola Superior de Teatro e Cinema aprendem a fazer, na disciplina de Caracterização, em sessões de *Body Painting*, uma arte ao serviço da criatividade de cena.

Textos de Vanessa de Sousa Glória

NO UNIVERSO de cores e pincéis que se abre aos nossos olhos tudo é possível. Aqui, e assim, nasce o desafio proposto este ano pela professora Dulce Monteiro aos alunos da Escola Superior de Teatro e Cinema. A experiência de ensaiar a maquiagem corporal artística, internacionalmente conhecida como *Body Painting*, resultou em grande sucesso.

Os estudantes envolvidos na des-

coberta são alunos de Design de Cena. Usado em variadas situações – trabalhos publicitários, animação, dança –, o *Body Painting* alia desenho, pintura e maquiagem. Tudo pode ser na figura tridimensional que é o corpo humano. É uma arte efémera. Depois de pronta e saboreada pelos sentidos, termina rapidamente, com uma simples passagem de água. O custo de um trabalho deste género depende

sempre da quantidade de cores utilizadas. E do tempo consumido.

Foi nas aulas de caracterização que Dulce Monteiro desafiou os seus alunos a conceberem um trabalho de pintura artística corporal, como projecto final. As fotografias dos corpos maquiados, e os desenhos que levaram a esse resultado, estiveram expostos na Escola da Amadora. Professores e alunos dos restantes cursos puderam apreciar a exposição e observarem de perto, numa demonstração ao vivo e a cores, o que é o *Body Painting*. Uma arte pouco exercitada no nosso país, que começou a ser divulgada no ano passado, com o lançamento de um livro desta temática em português.

Dulce Monteiro estava longe de imaginar que iria ser convidada a dar aulas na escola onde, há dezoito anos, foi aluna do curso de Realização Plástica do Espectáculo. Nessa altura era esta a formação da Escola Superior de Teatro e Cinema que mais se aproximava do que fazia profissionalmente, e de que pretendia fazer carrei-

uperior de Teatro e Cinema

modernidade



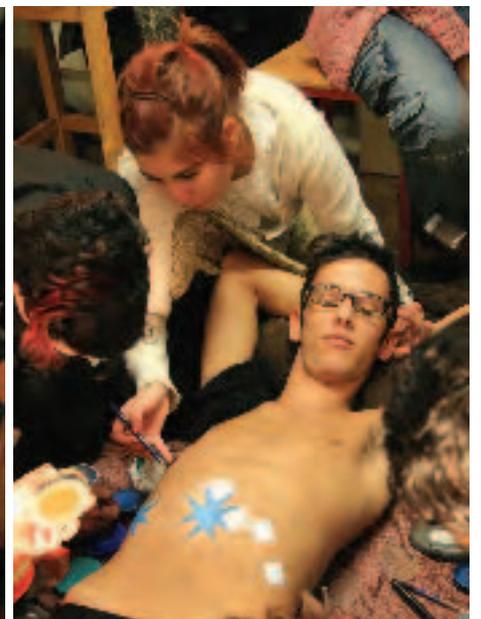
ra. Anos mais tarde, voltou à escola, que entretanto havia mudado do Bairro Alto para a Amadora, para ensinar caracterização – uma das áreas a que se dedica na empresa que fundou, a *Visualmais*.

Após dois anos a leccionar o mó-

dulo de Caracterização, o balanço que faz é extremamente positivo. No início tinha algumas dúvidas de que os alunos achassem interessante a disciplina de maquilhagem. Ainda mais quando muitos deles eram homens, e nunca tinham

ouvido falar de uma área que faz parte, à partida, do universo feminino.

Durante seis meses os estudantes de teatro mergulharam no mundo da caracterização e maquilhagem, um processo indispensável na construção dos perso-





nagens. Conheceram materiais, técnicas, processos de caracterização, aprenderam as noções da cor e as suas aplicações. Perceberam como a caracterização pode ser básica quando “é um trabalho à mão livre feito a pincel com uma caixa de tintas”, ou complexa, quando “se recorrem a próteses que envolvem técnicas de impressão, escultura ou materiais de enchimento”, segundo a explicação de Dulce.

Da teoria passaram para a prática. Explorar a maquilhagem como arte era o objectivo. Foi-lhes dada liberdade total para criarem o que quisessem. Apresentarem a maquete com uma frase ilustrativa era a única exigência, “É uma forma de perceber o percurso mental seguido, até chegar ao resultado” – explica a professora.

Com os desenhos concluídos, chegava a altura de passar do papel para o corpo. Uns colegas maquilharam os outros.

Houve quem preferisse recorrer a modelos que não eram da turma.

No *Body Painting*, a imagem erótica pode ser ou não explorada, dependendo da decisão do fim que se pretende atingir. Como qualquer outra arte “tudo depende dos olhos que a vêem” – comenta a caracterizadora. A única limitação imposta era a de que, ao se olhar para os trabalhos, se não visse apenas um corpo nu.

Os resultados foram fotografados e expostos na Escola Superior de Teatro e Cinema. Em seis meses, os alunos de Design de Cena superaram claramente os objectivos que habitualmente se atingem num curso de maquilhagem com a duração de um ano. O que satisfaz plenamente a professora. “Trabalhar com alunos de arte é muito mais fácil.”, garante.

Concluída esta fase, Dulce Monteiro quis apresentar à comunidade da Escola Superior de Teatro e Cinema os resultados dos trabalhos do módulo de caracterização, por se tratar de uma área que as pessoas não sabem, muitas vezes, que existe e que é importante na construção de personagens. E quis que todos se apercebessem dos passos de um trabalho de *Body Painting*. Foi todo um trabalho de equipa, que teve por base a maquete de uma das alunas. Enquanto uns maquilhavam, outros preocuparam-se com a produção, montagem dos espelhos, iluminação e aquecimento do espaço. Tudo foi feito a rigor, ingrediente indispensável para o sucesso da operação. “Nesta área não se trabalha com a inspiração de momento”, anota a caracterizadora.

A criação leva horas (entre duas e catorze) até estar concluída. Um *Body Painting* dependendo da complexidade que se põs no plano. Não é por acaso que Dulce Monteiro considera o *Body Painting* “uma arte efémera e ingrata” que “depois de

Uma



A aluna Barbara Holanov e o projecto criativo

A CURIOSIDADE de conhecer Portugal e a facilidade de falar castelhano levaram Barbara Holanova, uma jovem estudante eslovaca, a escolher o nosso país para complementar os seus estudos. Desembarcou, por isso, na Escola Superior de Teatro e Cinema na Amadora, ao abrigo do Programa Erasmus. Inicialmente era para ficar só seis meses, mas gostou

vista e admirada termina com um duche”, lembra, num sorriso.

O objectivo do módulo não era fazer de todos os alunos caracterizadores mas, sim, informá-los do que podem fazer enquanto figurinistas, para que no futuro possam trabalhar em conjunto com o maquilhador. É aquilo a que a docente chama “uma oportunidade de abrir novos horizontes para outras profissões que existem na área”.

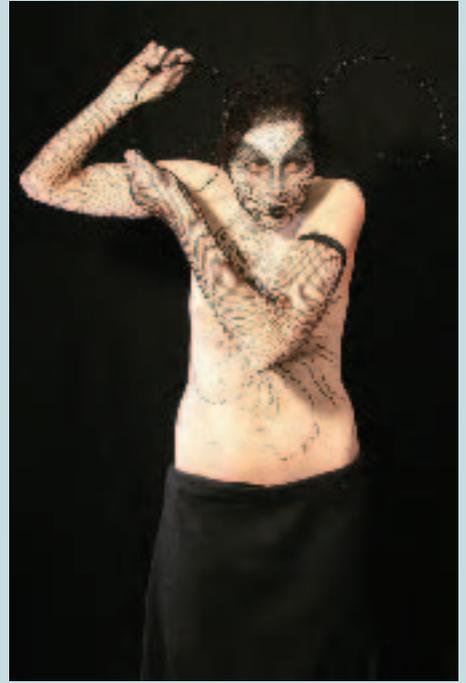
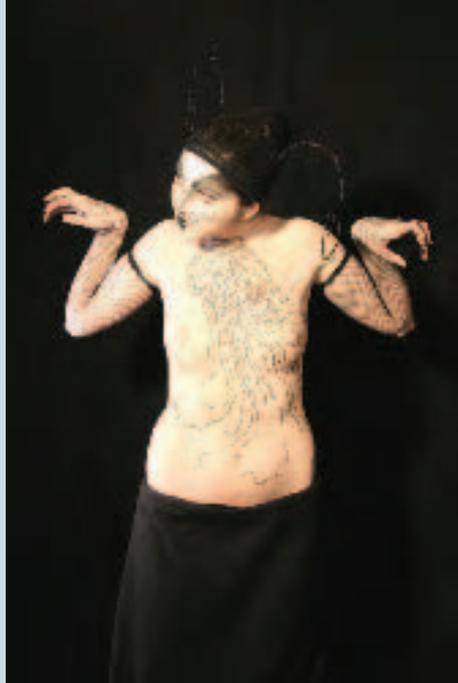
Há situações em que o maquilhador ou caracterizador trabalha directamente com os actores, e outras em que se relaciona com os figurinistas.

Lutar pelo reconhecimento da profissão de Maquilhador e Caracterizador em Portugal é o que Dulce se propõe fazer, ao lado de outros colegas. E para começar, vão fundar uma associação.



foto de Nazaret Nascimento

eslovaca na Amadora



que desenvolveu na Escola Superior de Teatro e Cinema, reinventando uma espécie de escaravelho

tanto da escola que acabou por prolongar a estadia por mais outros seis.

Em Bratislava, a capital do seu país, estudava Cenografia na Escola Superior de Artes Performativas de Música e Teatro. Estudar caracterização foi para ela uma oportunidade única. Até porque no curso que frequenta na Eslováquia a disciplina não existe. E o custo do curso

de maquilhagem era tão exagerado, que teve de abandonar a ideia.

A História da Maquilhagem e a descoberta das máscaras e do Body Painting foram as temáticas que Barbara Holanov mais gostou de aprender no módulo de caracterização. Ao desafio proposto pela professora Dulce Monteiro, concebeu um *Body Painting* inspirado num tra-

balho feito na Eslováquia, onde teve de criar o guarda-roupa para uma peça de teatro infantil. A ideia inicial era criar um bicho preto com muitas patas...

Barbara gostava de ter experimentado técnicas mais elaboradas, como envelhecer, rejuvenescer, engordar ou emagrecer. Mas sabe que isso só não foi possível pelo tempo que exigia.

Filha de peixes sabe nadar



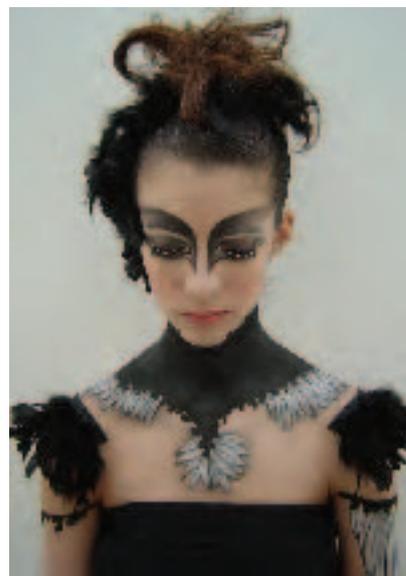
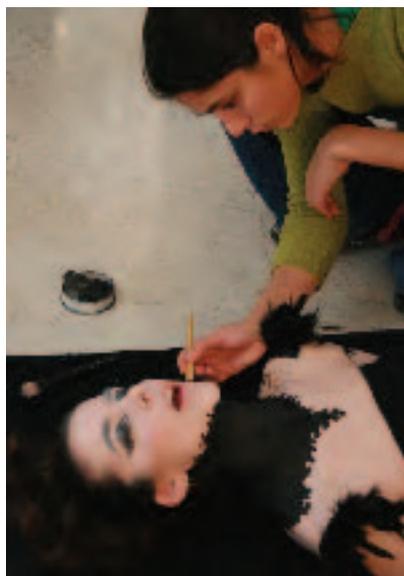
A MÃE era caracterizadora e o pai trabalhava na área da cenografia na RTP. Com apenas 17 anos, Dulce Monteiro iniciou a sua actividade como maquilhadora. E em 1993 concluiu com sucesso o bacharelato em Realização Plástica do Espectáculo na Escola Superior de Teatro e Cinema.

Um ano depois fundou a empresa *Visualmais*, que presta serviços de caracterização e maquilhagem a produtoras de audiovisual, agências de publicidade, fotógrafos, companhias de teatro e ópera e estações de televisão. Ligada desde sempre

à formação, dá cursos de auto-maquilhagem, maquilhagem profissional, corporal e caracterização.

Há dois anos, Dulce foi convidada a dar aulas de *Caracterização* na Escola Superior de Teatro e Cinema. E este ano, as alterações decorrentes da Declaração de Bolonha levaram-na a voltar à escola, na qualidade de aluna, para completar a licenciatura. Em jeito de compensação, propôs-se elaborar, como trabalho final, um Manual de Auto caracterização, destinado aos actores. Um guião que não existia.

Criadores atrás do pano



A sequência de uma Pintura Artística, uma outra vertente da Caracterização, de que resultam fabulosas transformações

DIVIDIDO entre aulas teóricas e práticas, o módulo de Caracterização proporciona aos alunos a aquisição de conhecimentos e competências na área da maquilhagem e da caracterização. Os futuros profissionais de Design de Cena aprenderam, em cosmetologia, a proteger e manter a pele em bom estado, durante toda a vida profissional.

A escolha por determinadas marcas de produtos é uma questão comercial. Embora existam no mercado marcas vocacionadas para profissionais, por terem uma maior selecção de cores e texturas. A legislação do mercado da cosmética é muito clara, rigorosa e exigente, definindo

quais os ingredientes que podem ou não ser usados na composição dos produtos. Para além disso, todas as marcas, profissionais ou não, são fiscalizadas pelo Infarmed, o organismo estatal que regula a comercialização dos medicamentos.

Em morfologia do rosto humano aprenderam a anatomia da cabeça, os diferentes tipos de rosto e de olhos. Compreender o que é o visagismo é fundamental nesta área, tanto para obter uma maquilhagem de embelezamento normal, onde o objectivo é ajustar o rosto aos padrões ideais, como para a caracterização, em que se pode querer exactamente o oposto. É preciso,

pois, conhecer as formas do rosto e as medidas ideais para, depois, as corrigir é o objectivo.

Trabalhos de pesquisa levaram os alunos a investigar sobre as diferentes máscaras usadas em épocas e países distintos, das tribais às de Veneza. Os efeitos especiais mais complexos ficaram, porém, para outra ocasião. Mas já sabem fazer sangue líquido coagulado e outros truques, muito utilizados e fáceis de fazer.

Dulce Monteiro revelou aos alunos alguns desses truques, como os de fazer queimaduras com gelatina, borbulhas e feridas com migalhas veias com esparguete é sangue com xarope de açúcar e ketchup.



Olga Prats: 55 anos de carreira

A história da menina que se apaixonou pelo piano

Intérprete e pedagoga, Olga Prats desde cedo que mostrou grande apetência para o piano. Ao longo da sua vida pessoal e profissional, a música constituiu sempre o factor determinante para ultrapassar as dificuldades que lhe iam surgindo. Hoje prepara-se para festejar os 55 anos de carreira e, ao olhar para o seu fabuloso percurso, percebe que não poderia, de forma alguma, ter sido outra coisa. Ela nasceu para a música.

Textos de Paulo Silveiro

MARIA OLGA Douwens Prats nasceu em Lisboa em 1938. Os pais eram alentejanos, embora de raízes díspares: a família paterna de origem catalã (Prats) e a materna de origem alemã (Dowens). O bisavô materno veio da Alemanha, convidado pelo rei D. Luís (1838-1889), para formar as bandas civis em Portugal. Estabeleceu-se em Évora, onde casou com uma portuguesa, filha de um amigo. Mais tarde foi professor do Conservatório de Lisboa onde chegou a dar aulas às netas.

O avô de Olga Prats, Francisco Eduardo Douwens, continuou a tradição musical da família, tendo posto as duas filhas no Conservatório, onde a mãe da pianista estudou violino e piano, e a tia canto.

A família paterna não tinha nenhuma ligação à música. Conta-se que a sua origem vem do revolucionário Prim Prats, que fugiu de Espanha no tempo da Isabel A Católica (1451-1504), refugiando-se em Vila Viçosa, onde para não correr mais riscos abdicou do nome Prim.

Olga Prats é, pois., filha de dois alentejanos – Fernanda e Artur – que se conheceram e casaram em Lisboa. A pianista, embora lisboeta assumida, considera que mantém os vícios dos alentejanos, sentindo uma grande adoração pela cozinha regional. O pai era o secretário e o administrador da Condessa de Cadaval, a mãe dava aulas



A Protagonista



Aos 5 anos em S. Martinho do Porto

de piano em casa. Acabaram por ter dois filhos, um rapaz, Luís Fernando, e oito anos depois a rapariga, Olga.

O nome próprio da pianista está ligado à Casa de Cadaval: quando o pai lá começou a trabalhar, o Marquês de Cadaval trouxe para Portugal a sua mulher italiana, Olga, com as suas duas filhas, a mais velha das quais se chamava também Olga. Quando a mãe da pianista engravidou, a filha do Marquês pediu para ser a madrinha, e assim nasceu mais uma Olga.

Viviam nessa época já em Lisboa, na casa onde actualmente se ergue o Teatro A Comuna, na Praça de Espanha. Em 1942 mudaram-se para a Rua Artilharia 1, onde Olga Prats adormecia e acordava frente a um piano que tinha pertencido ao seu avó. Os seus primeiros estudos foram feitos em casa. Aprendeu a ler com a avó Marina, e habituou-se a brincar com as bonecas, ao som das aulas de piano da mãe.

Aos cinco anos aproximou-se do instrumento e pediu à mãe para a ensinar a tocar. Foi o início da sua relação ininterrupta com o piano. A aprendizagem realizou-se rapidamente e, aos seis anos, já tinha aulas com o mestre



Em Santiago de Compostela (terceira mulher a contar da dta) durante um curso de música espanhola

João Maria Abreu e Motta, que tinha sido professor da sua mãe. A sua relação com ele foi, de início, complicada. Ainda hoje recorda a frase que na altura lhe ouviu dizer à mãe: «A senhora quer fazer da sua filha o que não quis fazer de si».

Apesar da relutância do professor em lhe dar aulas, a insistência da mãe levou Olga Prats a realizar um teste. Preparou um pequeno estudo de Zerny, e depois de o ter tocado, o professor aceitou-a como pupila. A sua obsessão pelo piano era total. Aos sete anos já dedicava três horas diárias a preparar as aulas. Ainda guarda consigo a agenda onde o pai registava as aulas que lhe eram leccionadas, e respectivas notas, todas elevadas. Também lá está escrita a data o local do seu primeiro recital, 5 de Maio de 1952, Teatro São Luiz.

Aos seis anos entrou também para o Colégio Feminino Francês, onde frequentou aulas de Canto Coral, com Francine Benoit, a famosa professora da Maria João Pires. Mas depressa desistiu do canto, por ser muito desafinada. Acabou por sair do colégio, passando a ter aulas em casa. Só ia ao liceu Maria Amália fazer os exames, mas acabou o 5º ano antes dos treze anos de idade.

Ao mesmo tempo que ia prosseguindo os estudos, como era gordinha, começou a frequentar aulas de dança rítmica com a professora Soso Schaw. Mais tarde passou para a professora Margarida Abreu, com



No final de um concerto com o maestro Fernando Cabral no Conservatório Nacional

quem teve aulas de Ballet Clássico. E foi esse o outro amor da sua vida, até aos 15 anos. A escolha entre a música e a dança foi, por isso, antecedida de muitas dúvidas,

Teve uma infância normal, agitada pelas tropelias do irmão e rodeada de afectos, repartida entre a

seriedade que o estudo da música impunha e os prazeres da vida. Adorava brincar com um macaco que havia lá em casa, trazido de Luanda por uma aluna da sua mãe. As férias eram passadas em S. Martinho do Porto, onde o macaco Kiko fazia grande sucesso na praia.

Olga Prats começa a preparação para ingressar no Conservatório aos 10 anos, quando faz exame do solfejo. Aos 11 anos, faz a primeira prova de piano e obtém uma excelente nota. No júri estava o pai do pianista Sérgio Varella Cid, que ficou encantado com a sua prestação e lhe quis atribuir uma

O prazer de tocar em grupo

O CONJUNTO de música câmara Opus Ensemble foi fundado em 1980, por Olga Prats, ao piano, Ana Bela Chaves, na violeta, Bruno Pizzamiglio, no oboé, e Alejandro Erlich-Oliva, no contrabaixo. O colectivo tem vindo a contribuir para a difusão da cultura portuguesa no mundo, ao interpretar obras de compositores portugueses em todos os seus concertos.

O Opus Ensemble já foi galardoado com os Prémios da Crítica de 1982 e 1984, o Sete de Ouro (1983), o Troféu Nova Gente (1983, 1986 e 1987), o Grande Prémio do Disco "Rádio Renascença" (1988), o Prémio Bordalo da Casa da Imprensa (1993) e o Diploma de Mérito Nova Gente (1994). O grupo tem no seu currículo um grande número de actuações internacionais, fazendo parte, desde 1989, do Conselho



O início: Ana Bela Chaves, Bruno Pizzamiglio, Olga Prats e Alejandro Erlich-Oliva

Português da Música da Unesco.

A morte de Bruno Pizzamiglio, em 1997, só foi ultrapassada em

2005, quando o jovem oboísta Pedro Ribeiro passou a fazer parte do grupo Opus Ensemble.

A Protagonista



Com a classe de Música de Câmara, a sua nova paixão, na Escola Superior de Música de Lisboa

nota mais alta ainda, para espanto do director do conservatório, Ivo Cruz, que lhe perguntou se a achava tão boa quanto o filho, já então famoso.

Em 1950, com 12 anos, ingressa finalmente no Conservatório, e aos 13 dá o seu primeiro recital no S. Luiz, numa organização que envolveu o jornal República, onde o pai mantinha relações de amizade. Talvez por isso, a assistência tenha sido composta por viúvas e órfãos de profissionais da imprensa e o sucesso tenha desencadeado várias entrevistas, em que a irreverência da juventude a levou a afirmar o destemor pela crítica e pelo público.

Quando acabou o curso de piano e composição do Conservatório, em 1957, conheceu em S. Martinho do Porto Artur Piell, um alemão que frequentava a Universidade de Coimbra, que lhe falou de umas bolsas que existiam na Escola Superior de Música de Colónia. Foi necessária a autorização do Instituto da Alta Cultura – o antecessor do Ministério da Cultura – para Olga Prats iniciar a sua aventura alemã. O apoio dos seus pais foi fundamental, para que aos 17 anos partisse em busca do “eldo-

rado”. Fez os exames de admissão e entrou na Escola de Música de Colónia, onde teve como professor Karl Pillney. Desses tempos iniciais, recorda as dificuldades por que passou em Colónia, onde vivia com uma bolsa muito baixa. Chegou fazer trabalhos de babysiter para ganhar dinheiro. Estava instalada numa residência de estudantes, de onde saía às seis da manhã para apanhar o eléctrico para a escola de música. Aí conheceu uma



Com António Victorino d'Almeida, no primeiro concurso Lopes-Graça

pessoa que viria a mudar a sua vida: o grande violoncelista Gaspard Cassadó, professor de Música de Câmara, que lhe transmitiu o prazer de tocar em conjunto com outros músicos. Foi o despertar para uma nova realidade.

Em 1958 veio a Portugal, para participar em três concursos no Conservatório, ganhando-os todos. Aproveitando a onda de admiração e popularidade, fez um pedido de bolsa à Gulbenkian e teve sucesso. Regressou a Alemanha já com outra confiança e começou por participar nos Festivais de Música de Câmara do Castelo de Pommersfelden, que – mal ela sabia – era do género da Marquesa de Cadaval, o Conde de Schönborn.

Em 1959 mudou de escola e foi para Freiburg, onde estudou Música de Câmara, com professores como Carl Seemann e Sandor Végh. Casou-se dois anos depois, mas continuou sempre a estudar música, a frequentar cursos e a participar em concertos em Portugal e no estrangeiro.

Portugal, onde voltou por essa época, estava entregue à apagada e vil tristeza. Por aqui foi ficando. Foi um período difícil, que coincidiu com o nascimento do seu primeiro filho,

Paris é uma festa

PARIS é a cidade preferida de Olga Prats, porque "Paris nunca acaba, renova-se constantemente". Já viajou pela Áustria, pela Alemanha, pelo Oriente, pelos Estados Unidos, gosta muito dos arranha-céus de Nova Iorque, que contratam com a parte baixa da cidade, que é feia, mas Paris é única, inigualável.

A artista diz que é importante, para a formação das pessoas, o conhecimento de novas cidades e outras culturas. E a capacidade de gostar de música, que só se divide, a seu ver, em dois grupos: a boa e a má. Seja ópera, jazz, pop, pimba, o que for. O que lhe interessa é a qualidade, não o género.

Tem uma fixação em objectos que tenham borboletas. Na sua casa, existem borboletas por todo o lado, das roupas da cama aos posters fixados nas paredes. E adora ler, preferindo os livros históricos, o fascínio dos romances passados nas cortes, as intrigas, os amores. Gosta também do Hercule Poirot, Agatha Christie, Saramago, Eugénio de Andrade, Pablo Neruda.

Foi criada na fé católica, mas quando viveu na Alemanha tornou-se protestante. Hoje não sabe bem o que é, não se considerando agnóstica, embora se tenha afastado da ideia de Deus. Gosta de fazer paciências com cartas, aprecia o cinema italiano e alguns filmes do Wodie Allen, as fitas de Almodôvar e as lon-



Viajar é um dos seus prazeres e Paris o seu destino preferido

gas-metragens de Oliveira. Gosta da época de ouro de Hollywood, de Fred Astaire e do cinema francês, de Jean Gabin e da Jeanne Moreau.

Acredita na influência dos astros sobre as pessoas e respeita o espiritismo e o jogo, por serem duas coisas que podem levar a abismos. Adora comida alentejana – «ai as migas!» – e cozido à portuguesa. E delicia-se com a dedicação dos netos às coisas da cultura – Inês vai seguir artes plásticas, e o João já toca trompa numa filarmónica da Parede.

Olga Prats refuta a ideia de que o Conservatório seja inferior à Escola Superior de Música, tendo sempre defendido a existência de uma es-

treita colaboração entre as duas instituições, independentemente da sua graduação em secundário e superior. A sua preocupação é o futuro dos alunos e as limitações do ensino, decorrentes dos rácios professor/aluno.

Em sua opinião, a especificidade do ensino da música e a sua multiplicidade em áreas desaconselham que seja regulamentado da mesma forma que as outras áreas do conhecimento. E quando os alunos a questionam sobre o futuro, não sabe o que lhes responder, confidenciando que apenas os pode aconselhar a aproveitar todas as oportunidades que lhes surjam, quer em Portugal quer no estrangeiro.

João, e não havia trabalho para fazer. Recorreu mais uma vez à Fundação Calouste Gulbenkian, pedindo uma bolsa, e foi trabalhar com a pianista Helena Moreira de Sá e Costa. Em 1964 nasce a sua filha Paula e conhece Fernando Lopes-Graça, de quem se torna admiradora e amiga. Começou por trabalhar algumas obras do compositor, Lopes-Graça, músico, artista, intelectual, mostrou-lhe muitas coisas para além da música. Ensinou-lhe, por exemplo, a não se deixar levar pelo

entusiasmo e a fazer-se respeitar.

Em 1969 morre-lhe o pai, o que lhe causa um grande desgosto e surgem-lhe dois convites: um para ir trabalhar para o Conservatório de Moscovo, e outro para ir para Inglaterra. Recusou ambos, porque não queria deixar a mãe sozinha e os filhos ainda pequenos, e começa a reunir colegas e amigos com o intuito de organizar grupos de música de câmara.

Conhece, por essa altura, o grande violetista François Broos, que um dia lhe apareceu com uma alu-

na chamada Ana Bela Chaves pela mão. Foi o início de uma relação musical entre as duas.

Em 1970 é convidada a leccionar piano no Conservatório, ocupando a vaga deixada por Isabel Maço, que se tinha reformado, curiosamente aquela que tinha ficado com o lugar que por direito pertencia a Fernando Lopes-Graça, impedido pelo regime de leccionar. No ano seguinte divorcia-se e abraça vários projectos. Continua a trabalhar no Conservatório e a colaborar com grandes vultos da música



A música que irrompe da ponta dos dedos: “O piano é um amante exigente...”

como Lopes-Graça, Constança Capdeville e António Victorino d’Almeida, e edita o seu primeiro disco.

A revolução de Abril, foi passada a percorrer o país com o Lopes Graça a tocar as “Heróicas”. Relembra a experiência do ensino integrado, então adoptada no Conservatório, que abria as portas a toda a gente

“mesmo os que não percebiam nada de música”. Em 1975 integra o ColecViva, um grupo experimental de teatro musical, fundado pela Constança Capdeville.

É uma das fundadoras do duo de piano e violeta e o Opus Ensemble (1980), que se mantém até hoje.

Permaneceu no Conservatório

até 1983, ano em que foi convidada para fazer aquilo que realmente gostava: Música de Câmara. É então que ingressa no corpo docente da Escola Superior de Música, abandonando definitivamente o ensino do piano e passa a dedicar-se exclusivamente à Música de câmara. Hoje é coordenadora da classe daquela área de música. Continua a editar discos, a maioria dedicados à divulgação da música de Fernando Lopes-Graça.

Comemorou os seus 55 anos de carreira com um espectáculo no centro cultural Olga Cadaval, onde as décadas mais importantes da sua vida artística foram desfiadas, através de um repertório criteriosamente escolhido e da companhia dos músicos que sabem, melhor que ninguém, «o que significa pisar um palco».

A sua grande ansiedade é, agora, a contagem decrescente para a inauguração das novas instalações da Escola Superior de Música, no Campus de Benfica, para ver finalmente a Escola com o espaço que uma escola artística deve possuir. Depois disso, então sim, vai pedir a reforma.

A insatisfação permanente

OLGA PRATS compara o piano a um amante exigente, que manifesta uma insatisfação permanente. Quanto mais se toca, mais exigente ele fica, reclamando a perfeição. A ser assim, o best-seller estará ao alcance do escritor, a obra-prima do pintor ou do escultor, mas o equivalente não é acessível ao músico, que jamais se dará por satisfeito com as suas performances. Foi por isso que a artista, quando fez a escolha da sua vida, optou pela Música de Câmara. A relação interprete-instrumento levava ao isolamento, não lhe permitia a partilha de que tanto gosta.

No mundo da música, o que Olga mais detesta é a luta pelo dinheiro. Em sua opinião, o talento exige trabalho e a soma dos dois não é monetariamente mensurável. A música será assim uma forma de respirar, de estar na vida, uma força inexplicável que leva a ultrapassar desgostos, perdas e frustrações, dando sentido à vida.

Olga Pratz comemorou os 55 anos



Olga Pratz com o grande amigo e professor de canto Luís Madureira na ESML de carreira no Centro Cultural Olga Cadaval com um espectáculo intimista, como só ela sabe fazer, dominando o palco como poucos, perante uma plateia cheia de amigos. O lugar escolhido foi uma homenagem à família que sempre a apoia: a Casa Cadaval. «Olga é de uma generosidade in-

Conversas com Sérgio Azevedo

ALIANDO-SE às comemorações dos 55 anos de carreira de Olga Prats, a editora Bizâncio, que inclui no seu catálogo uma colecção de livros de cariz biográfico ou autobiográfico/memórias (várias deles dedicados a artistas, como Renoir, Chopin, Beethoven ou Sting), aceitou publicar em Maio de 2007 um livro de minha autoria consagrado à conhecida pianista, professora, e ainda membro do não menos conhecido grupo de câmara Opus Ensemble.

Fazem falta em Portugal, nomeadamente na área da música, mais livros dedicados aos nossos grandes artistas, sejam eles maestros, instrumentistas, cantores ou compositores. Desde diários a memórias, de biografias a volumes analíticos, pouco, efectivamente, se tem publicado em Portugal no que respeita à música, sendo as poucas excepções que confirmam a regra os dois livros recentes dedicados a António Victorino d'Almeida, um livro de António Pinho Vargas, e a série de monografias “Compositores Portugueses Contemporâneos” publicados pelo Atelier de Composição (Porto), editora do compositor Pedro Maia. Embora substanciais, estes livros – e mais um punhado de outros que seria fastidioso enumerar aqui – são ainda assim uma gota de água no oceano de músicos de grande qualidade que este país viu nascer, músicos que, decerto, teriam muito para contar das suas vidas e carreiras. Nunca tivemos, por exemplo, as eventuais memórias de Pedro de Freitas Branco, o nosso maior maestro de sempre, nem uma biografia “a sério”, de Fernando Lopes-Graça, um dos com-



positores portugueses de maior vulto, e não iríamos decerto ter estas conversas com Olga Prats se, no decurso dos meus encontros com a pianista (quer por causa de peças minhas tocadas por ela ou pelo Opus, quer pelos nossos encontros, como colegas, na ESML), eu não me tivesse lembrado de lhe propôr a ideia. Não obstante o meu entusiasmo, é preciso dizer que encontrei alguma resistência inicial. Os músicos portugueses, é preciso dizê-lo, estão ainda muito pouco habituados a este tipo de proposta. Enquanto lá fora se escrevem livros biográficos seja de quem for, importante ou não, em Portugal, uma artista da craveira de Olga Prats hesita em dizer imediatamente que sim a um simples livro de memórias...

É esse preconceito – talvez confundido com vaidade – que é ainda preciso

combater nos nossos artistas. Por outras palavras, contar as experiências de vida, ser-se alvo de uma biografia, nada tem que ver com vaidade pessoal, mas apenas com o reter na memória colectiva os ensinamentos que certas pessoas podem transmitir, pois não é depois de mortos que o poderão fazer.

Foi essa a minha preocupação, que deveria ser estendida, por outros, a outras figuras da nossa música que tanto poderão contar ainda: Maria João Pires, Álvaro Salazar, José Luís Borges Coelho, Álvaro Cassuto, Mário Vieira de Carvalho, eu sei lá! Podia enumerar uma dezena de nomes que decerto não erraria muito. Basta lembrarmo-nos do que perdemos com a quase completa ausência de registos substanciais de personalidades tão importantes e ricas como Constança Capdeville ou Jorge Peixinho, para concebermos a perda de oportunidades com que temos brindado os nossos maiores artistas (para nem falar das tão necessárias biografias “sérias” dos quatro maiores compositores lusos da primeira metade do século XX: Luís de Freitas Branco, Joly Braga Santos, Frederico de Freitas e Fernando Lopes-Graça...).

Como ironiza o prefácio de um dos livros de Lopes-Graça: “letras e artes sempre andaram desavindas em Portugal...”...

Espero que este *Piano Singular* seja o início de outros livros do mesmo género, e, tal como final do 3º andamento da *Sinfonia* de Luciano Berio, só me resta dizer:

Obrigado, senhora Olga Prats!

Sérgio Azevedo

vulgar e possui uma extraordinária capacidade de transmitir conhecimentos e de trabalhar”, diz Luís Madureira, professor de Canto da Escola Superior de Música. O docente considera-a “uma figura impar no estudo e na divulgação da música de câmara, e a principal responsável pelo destaque, que esta área da música, tem conquistado” na escola onde ambos leccionam.

Luís Madureira começou a ouvir falar de Olga em 1972, quando entrou para o Conservatório. Sete anos mais

tarde, quando preparava o exame final do curso superior de canto, e a pianista que o devia acompanhar falhou, recorreu a Olga Prats. O agora professor da ESML, considera que essa sabatina final foi essencial para que o exame corresse bem. Já aí se manifestava uma das características de Olgas Prats: a disponibilidade para ajudar os outros.

Foi igualmente nessa época que se começaram a realizar experiências de ensino transversais. Constança Capdeville, pedagoga e compositora

reputada, que tinha uma linguagem musical de vanguarda, realizou diversos projectos com alunos dos vários cursos do Conservatório. As áreas de estudo evoluíam o conhecimento de compositores e a participação em espectáculos, cuja base assentava numa linha temática, com a particularidade de incluir obras de autores diferentes. A colaboração entre a professora e Luís Madureira continuou com a apresentação de vários espectáculos de canto e piano.

Conferência Internacional de Publicidade

Comunicação Social acolhe 120 especialistas de todo o mundo

A *6th International Conference on Research in Advertising*, marcada para os dias 29 e 30 de Junho, na Escola Superior de Comunicação Social, trará a Lisboa 120 especialistas de publicidade de todo o mundo. Dois professores da ESCS – Francisco Costa Pereira e Jorge Veríssimo – foram convidados a presidir aos trabalhos.



A CONFERÊNCIA é organizada pela *European Advertising Academy* e realiza-se uma vez por ano, sempre num país diferente. A organização do encontro de 2007 é feita em colaboração com o Instituto Politécnico de Lisboa.

A *European Advertising Academy* foi iniciada pelo Prof. Dr. Flemming Hansen e fundada por ele, em parceria com Sandra Diehl, Robert Heath, Gorn Kunoe, Peter Neijens e Ralf Tetter. Os seus objectivos são fortale-

cer a formação dos investigadores na área da publicidade, promover fóruns de discussão e redes internacionais de contactos, bem como encorajar o cruzamento das várias metodologias de análise. A Academia procura também apoiar jovens investigadores na área da publicidade e a publicação de estudos de elevada qualidade.

A conferência internacional de investigação em publicidade é a materialização dos objectivos da academia. É um espaço onde os investigadores podem trocar ideias entre si e conhecer os profissionais do mercado. Este ano, são esperados mais de 120 congressistas, oriundos de diversos países da Europa e do resto do mundo. Esta audiência é composta por professores universitários dedicados à investigação em publicidade e por profissionais do mercado.

A grande maioria dos congressistas virá apresentar investigações relacionadas com a Publicidade e a Comunicação de Marcas. Das 111 comunicações aceites pelo júri 12 estão a concurso para o prémio da melhor conferência. Este prémio é oferecido pelo *International Journal of Advertising* e consiste na publicação da melhor conferência no próprio jornal e numa recompensa pecuniária.

Do encontro de Lisboa resultará a publicação de um *Abstracts Booklet* e de CD-ROM que irão conter todas as comunicações apresentadas durante a conferência.

No próximo ano, a *International Conference on Research in Advertising* será realizada na Polónia e a organização será levada a cabo em parceria com outra instituição do ensino superior da área da Comunicação.

As relações internacionais na ESCS

A ESCOLA Superior de Comunicação Social aderiu ao Programa Erasmus em 1991, celebrando os primeiros acordos com a Universidade Autónoma de Barcelona e a Universidade de Stendhal em Grenoble. No ano lectivo de 1992/1993 enviou para aquelas Universidades três alunos, todos do curso de Publicidade e Marketing e acolheu dois alunos da Universidade Autónoma de Barcelona.

Em 1995, em conjunto com a Universidade Autónoma de Barcelona, a Universidade de Stendhal, a Universidade Complutense de Madrid e a Universidade de Graz, obteve a apro-

vação da sua candidatura ao Programa Leonardo da Vinci com o projecto “Sistemas Multimédia para a Gestão, Comunicação e Imagem”.

Actualmente e no âmbito do Programa Sócrates-Erasmus a Escola tem acordos celebrados com as seguintes Instituições: Stadia Polytechnic de Helsínquia, Universidade Complutense de Madrid, Universidade Autónoma de Barcelona, Universidade La Sapienza de Roma, Universidade deli Studi di Trieste, Katholieke Hogeschool Leuven, Universidade de Viena, HECS de Bruxelas, Universidade de Valladolid, Universidade de Lubliana, Universidade de Sofia e

Universidade da Extremadura, cobrindo todas as suas áreas de estudo.

No presente ano lectivo, dezanove alunos de todos os cursos da Escola frequentaram ou estão a frequentar períodos de estudo no estrangeiro, tendo esta recebido vinte e oito alunos estrangeiros, oriundos de praticamente todas as Instituições atrás referidas.

Também actualmente, e ao abrigo do Programa Leonardo da Vinci, uma aluna da escola encontra-se a desenvolver um projecto na área do jornalismo na European Federation of Journalists em Bruxelas.

Maria Emília de Sousa

Especialistas de 50 países em Lisboa

Congresso de Contabilidade debate Tribunal de Contas

O presidente do Tribunal de Contas, Guilherme d'Oliveira Martins, foi uma das estrelas do 30º Congresso Europeu de Contabilidade, que se realizou em Lisboa, no Centro de Congressos da FIL, de 25 a 27 de Abril, com a presença de 1600 participantes, de 50 países. O antigo ministro das Finanças centrou a intervenção nos novos desafios que se colocam ao tribunal enquanto instituição suprema de exame das contas públicas.

O ANTIGO ministro das Finanças centrou a intervenção nos novos desafios que se colocam ao tribunal a que preside, hoje em Portugal, enquanto instituição suprema de exame das contas públicas.

Ao congresso lisboeta da *European Accounting Association* foram apresentadas mais de 850 comunicações de entre 1400 candidaturas. A organização esteve cometida à Associação de Docentes de Contabilidade do Ensino Superior, que assegurou a estreita colaboração do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, do Instituto Politécnico de Lisboa, e do Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa. O Professor-Adjunto do ISCAL, Hélder Fanha Martins, foi o secretário-geral da magna reunião.

A *European Accounting Association*, que foi constituída em 1977 e que tem a sua sede em Bruxelas, é um organismo sem fins lucrativos cujo principal objectivo é o de manter uma estrutura que permita proporcionar acções conjuntas às pessoas



O presidente do TC (à dta na imagem) foi o convidado especial

que estão envolvidas nos campos da pesquisa e ensino da Contabilidade e matérias conexas. A intenção é assegurar o desenvolvimento e a promoção das respectivas áreas de conhecimento. A instituição pretende atingir os seus objectivos de diversas formas, como sejam a realização anual de um congresso e de colóquios doutorais e a edição da *European Accounting Review*, que é publicada quatro vezes

por ano e cujos artigos são apresentados em língua inglesa.

As funções de organizador profissional do Congresso de Lisboa foram cometidas à empresa CPL Events, cuja directora-geral é a Dra. Linda Pereira.

O congresso incluiu, além das sessões de abertura e de encerramento, seis *simposia* e diversos *fora* de pesquisa além de mais de uma centena de sessões paralelas.

História da Contabilidade em Portugal

A HISTÓRIA da Contabilidade em Portugal vai ser fixada por uma equipa nomeada pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, de que fazem parte os especialistas Joaquim Fernando da Cunha Guimarães e Lúcia Lima Rodrigues (Universidade do Minho)

e Maria Leonor Fernandes Ferreira (Universidade Nova de Lisboa).

Empossada a 10 de Abril deste ano, a comissão está já a elaborar um plano das actividades que se propõe desenvolver. A atenção dirige-se, sobretudo, como é natural, para a divul-

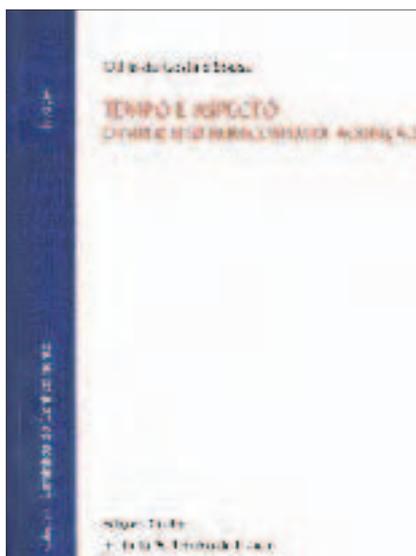
gação da História da Contabilidade e da profissão contabilística em Portugal. A estratégia passa pela publicação de artigos em revistas nacionais e internacionais, pela apresentação de comunicações a congressos e pela organização de eventos.

Uma obra de grande convicção

Convicção é o termo que melhor define este trabalho de Otilia Sousa, *Tempo e Aspecto: o Imperfeito num corpus de aquisição*, que o IPL acaba de editar. Há convicção na assunção de um percurso teórico e nas formas que encontrou para resolver e interligar pontas que aparentemente não têm muita ligação.

Texto de Clara Nunes Correia

UM TEXTO – qualquer texto – é escrito para um fim específico. Escrever uma tese – e para todos os que já tiveram esta tarefa para cumprir – pode limitar-se apenas a ser uma tese: serve como espelho de um trabalho que se realiza, com originalidade, para ser avaliado e desejavelmente, tem como fim último a obtenção de um grau académico. Quando se transforma um texto escrito para um fim específico num novo texto, o leitor nunca perderá a memória – mesmo que subliminar – de estar a ler um texto transformado, desenhado com um novo perfil, visando captar – agora no novo formato – um público diferenciado, mas, de certa forma, mais exigente porque quer aliar o que sabe ao que deseja saber. E sobretudo como diria Barthes – ter prazer no que lê. Seria injusto dizer que este longo texto é de leitura fácil – no sentido primário do termo. Mas é sobretudo de leitura acessível. Pode – para quem assim o entender – não ser lido de uma ponta à outra; não se trata de um romance



A autora, Otilia da Costa e Sousa e a sua obra

policial; mas poderemos lê-lo capítulo a capítulo, recuperando a informação necessária para que se compreenda autonomamente o que está a ser dito. Falar do imperfeito não é – apesar de parecer – tarefa fácil. Aprender que o tempo é aqui quase um acessório – que diz respeito à localização do



que é dito num tempo aparentemente anterior ao que falo - mas que o imperfeito – ou com mais rigor – os 'imperfeitos' que usamos todos os dias, a toda a hora, se revestem de valores de natureza aspectual – ou modal - categorias pouco conhecidas (ou reconhecidas) pela maior parte dos

As Horas de Monsaraz



Felizmente ainda se escrevem livros assim! Foi por amizade que este livro chegou ao meu conhecimento, e é também por amizade que

desejo que ele a ti chegue, leitor. É para ser lido serenamente, saboreando cada frase, relendo tudo o que na primeira leitura nos deixou insatisfeitos ou indiferentes, na certeza do acréscimo de prazer que daí advém. Não é seguramente um livro para ser devorado.

Depois, é um livro dialogante, em que o leitor se sente participante e não apenas consumidor. Caminhamos conjuntamente com as personagens nas suas deambulações por Monsaraz e Évora, a nossa opinião é tida em conta na contenda “cujas conse-

quências deixariam na vila sulcos mais fundos e largos que os de um arado em terra fértil”, somos chamados a intervir, a tomar parte, ainda que sempre nos seja recordado que “coisas de casa em casa se resolvem”.

É ainda um livro de história, já que a naturalidade ou simplicidade com que tudo é dito e contado, se percebe baseada num grande rigor, a que não será alheio um intenso trabalho de pesquisa que, por arte e elegância do autor (na foto), mal transparece no que vai sendo escrito.

Se o que se pretende

é entusiasmar potenciais leitores, haveria provavelmente interesse em deixar aqui alguns iscos que criassem apetite, um resumo da estória, pelo menos uns tópicos que quebrassem a inércia e te conduzissem, a ti leitor, a iniciar a sua leitura, na convicção de que, a partir daí, o seu fascínio se encarregaria do resto.

Para tal me confesso contudo indisponível, recuando retirar-te o prazer da descoberta, do envolvimento, de involuntariamente condicionar, com os meus destaques, a tua leitura que, necessária e saudavelmen-

estudantes de PE. Assim, a tarefa da Otilia Sousa foi a de desvendar como funciona e quais os valores que ganha quando o usamos quando contamos ou recontamos uma história, quando descrevemos uma paisagem, quando queremos ser apenas delicados... Mas para que se descrevam todos esses valores, e conceptualmente os ligar, obriga a que pensemos em processos cognitivos, que saibamos reinterpretar os muitos textos que se escreveram não só sobre o imperfeito, mas sobre as línguas, que saibamos utilizar critérios rigorosos de observação de dados e sobretudo que estejamos disponíveis para

aprender. E este último é um preceito que pude verificar: a prática docente da autora transparece nas sucessivas linhas que suportam – e formatam – este texto: aprendemos a analisar exemplos, aprendemos a reflectir e sobretudo aprendemos a aprender. E as vertentes de aprendizagem podem ser escolhidas e procuradas. Assim aprendemos – para quem não sabe – que os processos enunciativos são muito mais complexos do que a inter-relação que se define num acto de fala: os estatutos dos enunciadores e co-enunciadores revestem-se de uma complexidade que uma intercomunicação oral não deixa adivinhar.

E nessa complexidade ressaltam os valores da nossa representação do mundo. Diremos, de uma forma abreviada – e algo simplista – que só falamos porque construímos uma representação do mundo. E é sobre estes processos de representação que aprendemos a ler com outros olhos as páginas – os excertos – de autores de referência: acompanhamos Carlos de Oliveira, Vergílio Ferreira, Eça de Queirós... mas, também um conjunto de crianças que servem de suporte ao *corpus* utilizado e que, a partir de imagens, constroem histórias sobre cada sequência, mostrando que, verbalmente, sabem porque são falan-



foto de David Lopes

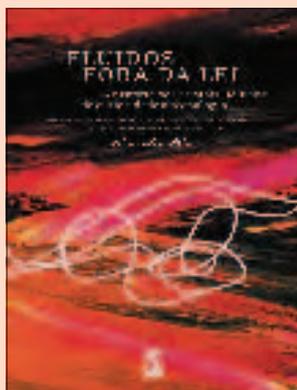
A mesa que presidiu à sessão: Fernando Mão de Ferro, da Colibri; Mário Maia, vice-presidente da ESELX; Fernando Otero, vice-presidente do IPL; Clara Correia, apresentadora da obra, da Universidade Nova de Lisboa; e a autora

te, irá ser diferente da minha. Que isto não te soe como arrogância ou pesporrência, porque de facto não o é.

Provavelmente, não terei conseguido transmitir toda a surpresa e encanto que este romance me provocou, comparáveis às que senti aquando da leitura do “Barranco de Cegos” do Alves Redol, ou do “Levantado do Chão do José Saramago, mas acredita, leitor, que vale a pena viver este ano de 1562 em Monsaraz e, através dele, ficar mais conhecedor, mais sereno e mais feliz.

João Monteiro Marques

Fluidos fora da lei



Este livro conduz-nos ao fascinante mundo dos cristais líquidos através de duas linhas paralelas: as descobertas científicas e

desenvolvimentos tecnológicos, por um lado; e os cientistas e as suas lutas de egos, por outro.

A descrição científica tem a clareza que seria de esperar numa autoridade mundial na matéria. Tim Sluckin é professor catedrático de Física-Matemática Aplicada na Universidade de Southampton, publicou mais de uma centena de artigos científicos sobre o assunto.

Os cristais líquidos são substâncias que fluem como líquidos. Mas as suas moléculas de forma alongada (ou, por vezes, achata-da) impõem alguma orien-

tação espacial, provocando efeitos mais característicos dos sólidos, como sejam o aparecimento de *dois* feixes de luz quando sobre eles incide apenas *um* raio luminoso (birrefringência). É a versatilidade destas propriedades intermédias entre líquidos e sólidos que explica a presença dos cristais líquidos em sistemas que vão desde as cenouras, onde foram descobertos, até aos actuais ecrãs planos dos computadores.

E é também com o relato histórico de como se “tiraram ecrãs planos de uma cenoura” que Sluckin

tes, definir planos enunciativos diferenciados. À partida não sou uma defensora de trabalhos de investigação em que existem autores de referência – literários – que suportam e validam as hipóteses teóricas que o analista propõe. No entanto, devo reconhecer que este tipo de trabalho pode ser uma mais valia para quem tem o texto literário como ponto de partida – por exemplo, os professores que, nos diversos níveis de ensino podem mostrar como aquilo que dizemos no dia a dia pode ser marca diferenciadora de um texto carregado de muitos outros valores. E aqui temos uma nova ‘aprendizagem’: o estudo proposto por Otilia Sousa alia de forma convincente a relação entre ‘formas linguísticas’ e os valores que essas formas ganham por se relacionarem com outras. Em gíria ‘técnica’ poderia dizer que a relação entre uma perspectiva semasiológica e uma perspectiva onomasiológica foi conseguida de forma – mais uma vez – convincente. Em termos de leitora que se pretende descomprometida – o que nunca será verdadeiro, mas que, como exercício de estilo, é muito estimulante – poderia, então dizer, que os valores que as formas ganham surgem naturalmente, tal como surge naturalmente o entendimento do que se lê e do que se diz. E esta opção estratégica definida pela autora – conscientemente – permite que as análises que faz, os exemplos que utiliza, as opções que

toma, apareçam ao leitor como naturais. E voltando a citar Barthes ficamos, depois de uma leitura cuidada desta obra, com uma sensação de que o óbvio se sobrepõe ao não óbvio (ou como ele diria, ao obtuso). As línguas – e os seus funcionamentos – são sempre óbvios. A arte está em desvendar e desenredar tudo aquilo que pode criar ruído e esconder essa vertente, por vezes oculta, mas sempre presente. Nem todos temos esta consciência, mas quando a descobrimos, tudo se encaixa e faz sentido. A leitura de um texto desta natureza gira à volta desta habilidade. Quando chegamos ao fim sentimos que construímos um puzzle. E este é também o lado do prazer de saber ler um texto e de, como disse anteriormente, aprender a aprender. Cabe-me, por fim, dizer que este livro é necessá-

rio. Cabe-me saudar o IPL por tornar possível transferir para um público cada vez mais vasto os trabalhos de investigação que os docentes desta instituição desenvolvem e que merecem ser conhecidos e partilhados; à Colibri, os meus parabéns por ser uma editora que acolhe projectos que – apesar de não lucrativos (segundo ouvi dizer) – são relevantes e essenciais para que possamos conhecer o que é interessante e novo nos diferentes domínios do saber. E à autora: bom, para já merece, de facto, ser parabenizada – como diriam os nossos amigos brasileiros. E sobretudo gostaria de lhe dizer que conto estar presente – mesmo só como espectadora – no lançamento de outros livros que nos falem dos ‘tempos’ que não são, e que talvez às vezes até gostassem de o ser.



Professores, alunos e amigos da autora, acorreram à sessão de autógrafos

nos regala neste livro. Falamos dos cientistas, do seu contexto social, mas também das suas fraquezas de carácter e de como estas influenciaram as suas decisões. Penso que a única pequena falha do livro está na escolha das fotografias, que retratam os cientistas numa idade muito superior à que tinham à data das suas descobertas. Que a ciência pode ser (deve ser e é) feita pelos jovens, é um ponto que pode ser realçado sempre, até nas fotografias.

A qualidade da tradução deste livro, realizada pelo Prof. Paulo Ivo Teixeira-

ra (professor adjunto com agregação da Área Científica de Física do ISEL, vencedor em 2004 do Prémio União Latina de Tradução Científica e Técnica em Português e também ele um investigador reconhecido na área dos cristais líquidos), acrescenta ainda mais prazer e facilidade à sua leitura. A apresentação do livro no ISEL foi efectuada numa palestra do próprio autor e veio confirmar que a sua leitura será, com certeza, cativante para todos os que se interessam por “dramas” científicos e humanos.

João P. Silva

Música para acordeão



No parco universo editorial português, tanto de partituras como de CD's ou livros teóricos sobre música, é de louvar o trabalho ímpar que

a Escola Superior de Artes Aplicadas de Castelo Branco tem desenvolvido nos últimos quatro anos. Com um departamento de música e outro de design a trabalhar em conjunto, aquela escola tem vindo a editar uma série de obras, destinadas a suprir a falta de partituras de compositores portugueses. Isso acontece, por exemplo, no que respeita a obras para acordeão, instrumento riquíssimo e extremamente popular em Portugal, mas absolutamente desdenhado pela elite musical nacional. O preconceito decorre da ligação desse instrumento

Bilhete de Identidade

O livro de David Tavares, editado pelo IPL, resulta da investigação que conduziu à sua tese de doutoramento em Ciências da Educação. O autor realiza um estudo de caso, centrado no grupo profissional dos técnicos de cardiopneumologia. E analisa os processos de construção identitária.

Texto de Rui Canário

SE, EM RELAÇÃO à medicina e à enfermagem, dispomos já de uma considerável massa crítica de investigação conduzida no âmbito das ciências sociais, o mesmo não acontece com o campo, emergente, das tecnologias da saúde que tem permanecido praticamente inexplorado, quer do ponto de vista das ciências da educação, quer, mais especificamente, do ponto de vista sociológico.

Estamos, portanto, em presença de um trabalho que sendo pioneiro, na medida em que aborda terrenos e realidades até agora por explorar, se inscreve numa linha de investigação que, encarando os processos de formação profissional (inicial e contínua) como parte integrante de processos mais vastos e multiformes de socialização profissional, tem procurado construir inteligibilidade sobre os laços complexos que se estabelecem entre a aprendizagem profissional, o exercício do trabalho e a construção de identidades profissionais. Essa articulação implica, por um lado, enten-



O autor, David Tavares e a sua obra

der a dimensão espacial que decorre da complementaridade dinâmica entre diferentes contextos de socialização profissional, nomeadamente as escolas de formação inicial e os locais de exercício do trabalho. Implica, por outro lado, compreender como é que essa diversidade de contextos é atravessada por uma dimensão diacróni-



ca que está associada aos percursos formativos e às trajectórias profissionais individuais. A singularidade dos contextos e as subjectividades dos actores sociais constituem dois elementos chave que estão no cerne da opção por estratégias investigativas em que o estudo de caso e as abordagens de inspiração etnográfica ten-

ao universo rural de festas e bailaricos.

Acontece que no resto do mundo o acordeão é tratado como qualquer outro instrumento sendo, aliás, especialmente acarinhado em países como a Finlândia, a Polónia e a Rússia, onde é considerado um óptimo veículo para a música contemporânea mais vanguardística. Ninguém ficará chocado com isso, se souber que compositores como Tchaikovski, Kurt Weill, Alban Berg, Hindemith, Prokofiev ou Chostakovitch, entre muitos outros, o usaram sem puridos em várias obras im-

portantes. Para já não falar de Astor Piazzola e do seu bandoneon, primo modesto do grande acordeão cromático de concerto.

Em Portugal, o renascimento deste belíssimo instrumento deve-se muito ao virtuoso professor e compositor Paulo Jorge Ferreira, e à escola de artes de Castelo Branco. Aquele pela formação que tem dado a tantos alunos, e esta pela abertura de um curso que hoje é já uma referência nacional. Este trabalho produziu uma série de partituras editadas e estimulou, com uma política continuada de

encomendas a compositores, o aparecimento do tão necessário repertório sério, a solo e de câmara, para acordeão. Permitiu ainda a formação de grupos tão brilhantes como o Trio (des)Concertante, formado por três alunos daquela escola, dirigidos e orientados por Paulo Jorge Ferreira.

Em apenas dois anos, este grupo – constituído por Sérgio Neves (clarinete), Ana Luisa Marques (violoncelo) e Carisa Marcelino (acordeão) – obteve já um conjunto impressionante de prémios, nacionais e internacionais: Conquistou

dois primeiros lugares, na Coupe Mondiale 2006, na Noruega, e no Concurso de Acordeão de Castelo Branco deste ano; e três segundos lugares, nos concursos Jovens Músicos 2005 e 2006 (nível superior) e Valtidone 2006, em Itália

Eu próprio fui um dos contemplados, em 2005, com a encomenda de uma obra (*Concertino*) pela Escola Superior de Artes Aplicadas de Castelo Branco, destinada ao Trio (des)Concertante. Essa obra já foi tocada por este agrupamento mais de uma dúzia de vezes, em Portugal



Rui Canário, David Tavares, Manuel Correia, presidente da ESTSeL, Vítor Lobato, vice-presidente e Mão de Ferro da Colibri

dem a assumir um papel relevante.

A importância crescente da incorporação, nos sistemas de formação inicial, de dispositivos pedagógicos baseados na alternância, esbate as fronteiras entre a escola e o local de trabalho enquanto instâncias de socialização que, longe de estarem separadas por barreiras temporais ou físicas, cada vez mais se interpenetram e se influenciam de forma recíproca. É a complexidade desse cruzamento de recíprocas influências que o presente estudo capta, a partir de um enfoque no curso de técnicos de cardiopneumologia.

Um primeiro mérito desta investigação consiste em produzir resul-

tados que, na sequência das conclusões de outras investigações anteriores, nomeadamente no campo da enfermagem, confirmam a importância da instituição escolar, responsável pela etapa inicial da formação profissional, como um espaço e um tempo de socialização em que se procede à produção, apropriação e interiorização de valores estruturantes de uma cultura profissional, bem como à incorporação de sentimentos de pertença que geram modalidades estáveis de afiliação e de identificação a um grupo. Também se confirma que, sendo importante, não é decisivo o papel desempenhado pela instituição de formação inicial, na medida

em que os elementos estruturantes da(s) identidade(s) profissionais são sempre objecto de uma redefinição no exercício profissional em contexto real, ou seja, não escolar. Assim, entre a socialização profissional que ocorre na escola e a socialização profissional que ocorre em contexto de trabalho é possível verificar um processo que é caracterizado, ao mesmo tempo, pela continuidade e pela complementaridade.

Um segundo mérito deste trabalho de David Tavares reside na sua contribuição para um conhecimento mais fino dos processos de transformação e reconstrução identitária dos técnicos de cardiopneumologia,

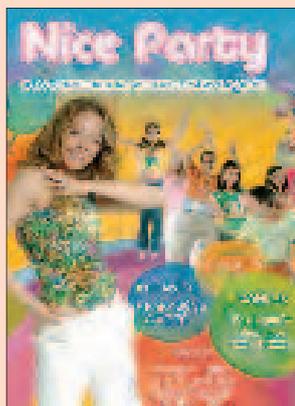
e no estrangeiro, nomeadamente nas provas dos concursos em que foi premiado.

A peça (essa peça) editada em partitura em Fevereiro, será gravada num CD, que registará também as obras encomendadas a Carlos Marecos e Paulo Jorge Ferreira.

Para o sucesso destas edições contribuiu (estando por isso também de parabéns) o Curso de Design da escola artística de Castelo Branco, que elaborou todo o aspecto gráfico, de comum acordo com os compositores.

Sérgio Azevedo

A arte de animar aniversários



O dvd “Nice Party” é um disco interactivo e inovador em Portugal, destinado a animar as festas de aniversários das crianças.

Agora, os pais já não se precisam de preocupar com o que fazer durante a festa, pois a anfitriã do DVD, a Nice, ensina-lhes jogos, ensina-os a dançar e a cantar a música dos parabéns. Enfim, tudo o que é necessário para transformar as festas num verdadeiro sucesso.

Os jogos não são de computador, são jogos que promovem o espírito de grupo e dão espaço à criatividade. Para melhor aprenderem como se joga, primeiro a Nice ensina as regras e depois joga com os amiguinhos dela para mostrar

como se brinca. Para dançar, a Nice escolheu quatro músicas bem divertidas e ritmadas, desde os clássicos “Macarena” e “Saturday Night” até ao “Agadoo”, ensinando a dançar passo a passo as coreografias.

Filmado num cenário decorado com cerca de cinco mil balões, um grafismo apelativo para as crianças e com menus fáceis de interagir, o DVD “Nice Party” pode vir a tornar-se o “animador” de serviço mais popular, nos próximos tempos, das festas de aniversário em Portugal.

Eunice Freitas

num contexto de mudanças aceleradas verificadas na última década. No caso em estudo, dá-se conta, ao nível das estratégias de ensino da cardiopneumologia, do peso crescente de uma perspectiva de multidisciplinaridade que favorece a passagem de uma referência identitária marcada de modo predominante pela dimensão tecnológica, para referências identitárias de sentido mais alargado que supõem a incorporação de múltiplos tipos de saberes no desempenho da actividade profissional. Uma das conclusões mais ricas a que se chegou, a partir dos dados empíricos, foi a verificação de que os graus de autonomia e de reconhecimento profissional variam não apenas em função da complexidade técnica das tarefas, mas também, e sobretudo, com as diferentes modalidades de organização do trabalho e com os diversos modos de relacionamento com outros grupos profissionais da saúde. O autor colocou em evidência uma dimensão paradoxal das lógicas de construção identitária do grupo profissional em estudo, mostrando como o grau de autonomia é inversamente proporcional ao “prestígio” técnico das actividades desenvolvidas, bem como à integração em equipas de saúde multiprofissionais.

Um terceiro mérito deste trabalho de investigação reside no seu contributo para complexificar a problemá-

tica das identidades profissionais no campo da saúde, ajudando a superar tradicionais visões redutoras, polarizadas no confronto entre as profissões médica e de enfermagem. A focagem de um terceiro elemento (aliás um grupo profissional bastante plural e segmentado), o dos técnicos de diagnóstico e terapêutica, vem introduzir um dado novo que permite visualizar novas modalidades de configuração identitária, num universo profissional (dezoito grupos profissionais diferentes de Tecnologias da Saúde) simultaneamente uno e diverso, mas, seguramente, complexo e portador de uma riqueza que abre para novos filões de pesquisa.

O trabalho de pesquisa realizado por David Tavares, numa ligação estreita e fecunda com a sua activi-

dade como docente de uma Escola Superior de Tecnologia da Saúde, comprova a importância decisiva das ciências sociais para ajudar a elucidar e fornecer contributos formativos em campos profissionais, como o da saúde, em que os fenómenos sociais na sua dimensão organizacional e de relação não podem ser menosprezados em nome de uma racionalidade técnica puramente instrumental. A sua sólida fundamentação teórica, num quadro de matriz sociológica, o rigor metodológico, a originalidade temática fazem desta obra um trabalho de referência para todos os que se interessam pelas dinâmicas profissionais do campo da saúde.

*Professor Associado da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.



Foto de Catarina Almeida

Muitos professores e alunos marcaram presença no lançamento do livro

Sabe o que é teatro musical?



Teatro Musical é uma designação que, em sentido lato, abrange vários géneros tais como, a *performance*, o *cabaret*, o *music-hall*,

o teatro de revista, o *vaudeville* e até a própria ópera, em suma, as realizações em que entram estas duas expressões espetaculares – o teatro e a música.

Surge, porém um género inovador de raiz erudita na 2ª metade do Séc. XX - o Teatro Musical, ou Teatro / Música (*music theatre*, *théâtre musical*) cuja designação se revela não muito esclarecedora relativamente ao estilo e ao conteúdo, fora dos meios restritos em que se afirma. São vários, os compositores que criaram obras de teatro/música, de entre os quais Mauricio Ka-

gel, Luciano Berio, Georges Aperghis, Vinko Globokar, Giorgio Battistelli, Luigi Nono e a portuguesa-catalã, Constança Capdeville, digna representante do género.

Esta proposta de Metodologia de Análise de obras que se enquadram naquele âmbito, foi elaborada ao longo da regência da disciplina de História da Música Comparada do Século XX, que integrava a Licenciatura em Formação de Actores e Encenadores, do Departamento de Teatro da Escola Superior de Teatro e Cinema, de 1977 até 2006. Os parâmetros propostos foram

sendo seleccionados para se produzirem análises estilísticas e de género, os quais cremos serem válidos para as obras mais recentes, salvaguardando aquelas em que as transformações que a electrónica e as novas tecnologias audiovisuais introduziram nas criações dos nossos dias obrigam aos respectivos ajustamentos. Dedico este caderno aos ex-alunos actores da ESTC, desafiando-os para que encontrem para as novas realizações do género, as definições que lhes parecerem mais justas.

Maria João Serrão

Dia Mundial da Poesia

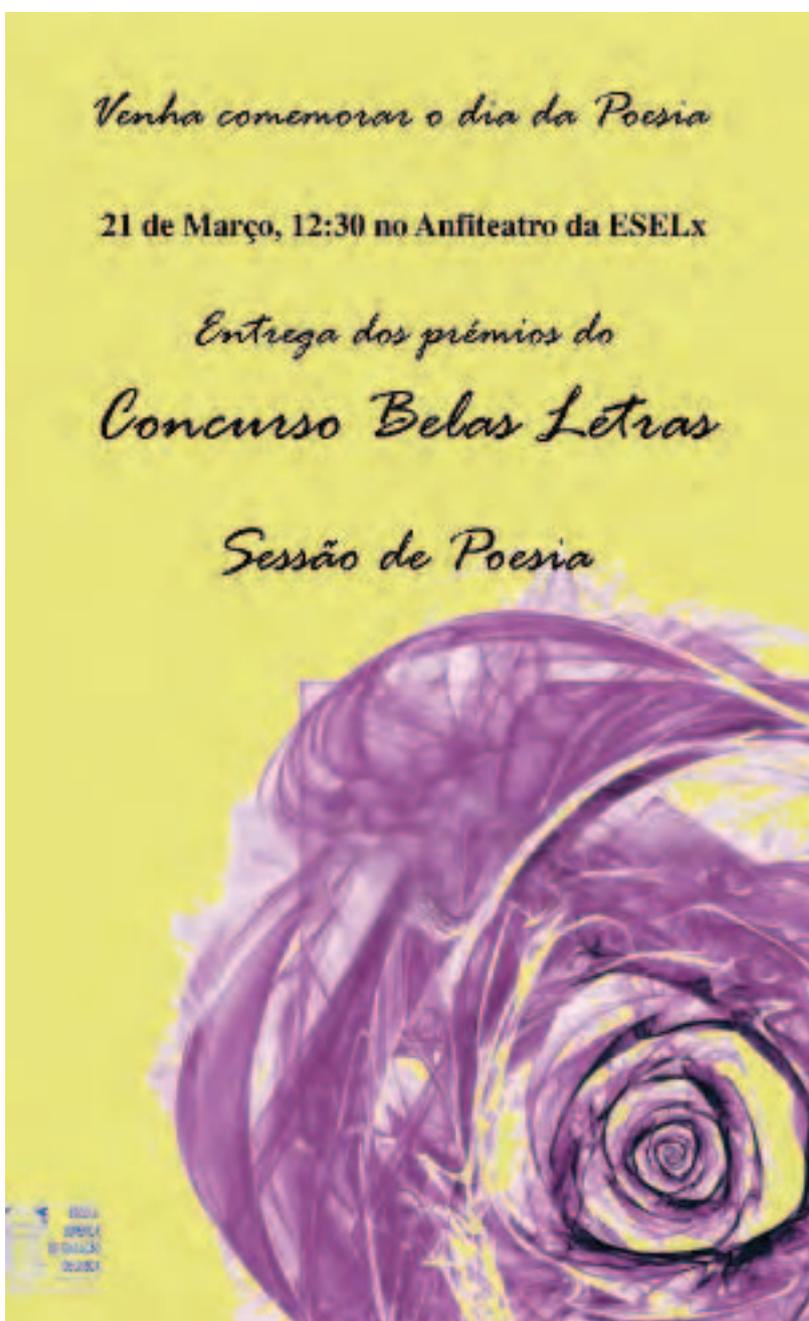
Concurso revela novos talentos

A Escola Superior de Educação de Lisboa comemorou o Dia Mundial da Poesia a 21 de Março, com uma sessão muito participada, durante a qual foram anunciados os vencedores da primeira edição do Concurso Literário *Belas Letras*, promovido pelo Conselho Pedagógico. A **POLITECNIA** orgulha-se de publicar, nesta edição. Os quatro trabalhos premiados.

AS PALAVRAS de Fernando Serra, professor da Área de Sociologia, e *Numa Manhã Estranha...*, de Tiago Abreu, estudante do 1º ano do Curso de Educação de Infância, foram os textos vencedores nas categorias de Poesia e Prosa, respectivamente. O júri, composto por Luísa Matos, professora de Literatura da escola, pelo docente Alfredo Dias e pelo aluno Rui Filipe (ambos em representação do Conselho Pedagógico), atribuiu também duas Menções Honrosas, ao poema *Há Magia*, de Ana Sofia Pereira, e ao conto *Um Amor Improvável*, de Patrícia Brito, ambos estudantes do 3º ano do Curso de Formação de Professores do 1º Ciclo.

Destinado a alunos e a funcionários docentes e não docentes, este concurso literário visa estimular o prazer da criação e da fruição literárias e divulgar boas práticas de escrita. Insere-se num conjunto mais vasto de realizações, através das quais aquele órgão representativo dos docentes e discentes pretende promover a participação de todos no desenvolvimento da dimensão cultural da Escola.

Para além da atribuição dos prémios, compostos por pacotes de livros, o programa da festa incluiu a leitura dos textos vencedores, pelos próprios autores, e de poemas de poetas portugueses, por alunos e professores da ESELx. A encerrar a sessão, Otilia Sousa, presidente do Conselho Pedagógico, congratulou-se com a adesão da comunidade escolar ao Concurso e com a qualidade das participações, tendo manifestado a intenção de que o *Belas Letras* tenha continuidade e o desejo de que a *poesia* extravase o dia comemorativo, para ser, essencialmente, um modo de estar na vida.



As palavras

Fernando Serra

As palavras vivem na dobra da língua
 No fundo poço dos sons
 Que perto dos olhos tem guarida.
 Aí brincam com o vento,
 Que ora vai ora vem
 Como um virtuoso arco de violino

Atiradas são as palavras
 Que circulares se espraíam
 No diáfano éter
 Em busca de aprazíveis enseadas de entendimento.

A sua vida é curta,
 Como curto é o trovão em tempo de inquietação celeste.

As palavras vivem em folhas brancas,
 Que unidas cantam em coro
 As ondas das mentes inquietas.

Uns atrás dos outros,
 Os sons das palavras nas folhas brancas
 Deixam-se por vezes acalmar,
 Adormecidos ficando em folhas coladas
 Nas prateleiras do esquecimento.
 Até que alguém poise nestas o seu olhar,
 Numa carícia distraída.
 E, assim, levante a sua mão
 Que, indiscreta, abre o corpo oferecido das palavras,
 Como corpo do ser amado.

E, quente ou morno,
 Impetuoso ou ausente,
 Consuma o acto da procriação das ideias.

O que querem as palavras realmente dizer?

Soltas dos espíritos que as lavraram,
 Correm as palavras por aqui e por ali,
 Como meninos encantados.
 O que as faz ali, unidas, falando das coisas
 Que alguém reteve na ânsia de as agarrar?

O que querem as palavras realmente dizer?
 Do que nos falam elas?

Das coisas que nomeiam,
 Ou do próprio nome das coisas?
 Das coisas nomeadas, dirão uns;
 Da nomeação das coisas, dirão outros.

Alguns, poucos, dirão que nem de uma coisa
 Nem de outra.
 Esses sabem que elas serão um dia dispensáveis
 Como joio do trigo;
 Que um dia,
 Tal como na primeva manhã do Mundo,
 A vontade de nomear faz a própria coisa.

Numa manhã estranha

Tiago Abreu

Numa manhã estranha, de sentimentos estranhos, percorri o mundo, trespassei o coração da nação, só para te poder conquistar. Tomei banho. Como se isso te fizesse mudar de opinião. Embebedei-me na maldita água de colônia. Como se isso te fizesse mudar de opinião. Vesti a minha melhor roupa. Como se isso te fizesse mudar de opinião. Saí. O martelar dos carris do comboio impediu-me de me esquecer as batidas fortes, marteladas, do meu coração. E assim fui. Fui e tu foste. Fomos. Corremos o rio, o rio correu-nos. Atravessámos a ponte, a ponte atravessou-nos. E num misto de sentimento e nostalgia, disse-te o que sentia, e tu partiste. Mais cedo. Foste mais cedo. Mais cedo do que qualquer um poderia esperar. De repente, eu estava só, desconhecido, numa cidade desconhecida, em ti, desconhecida, perdera-se o meu olhar. Tão pouco tempo o nosso olhar se cruzou e, ao mesmo tempo, tanto tempo de ausência neles se espelhou. Tu foste, eu fiquei, e num misto de angústia e sofrimento, só eu sei o que passei.

Sinto-me como um grão de areia numa praia deserta. A meu lado, milhões me acompanham e, no entanto, sinto-me só. Estou só. Sou só. Faltas-me tu. Por vezes, a maré trás as ondas e, com elas, pedras se arrastam e se depositam sobre mim. Essa pedra especial que viaja pelo mar, és tu, que sempre procuravas repousar junto a mim. Não és como uma pedra no sapato. Não, tu não és como outras. Por ti subiria as mais altas montanhas, ainda que com pedras nos sapatos. Tu és especial. És a pedra que me sustenta, a pedra que me constrói, edifica, torna maior. Torna-nos maiores. Sê maior comigo!

A meu lado, poucos entendem a minha angústia. Estão demasiado ocupados com a trivialidade da vida, com a sua infeliz felicidade, que nem se apercebem que caminham para uma falésia há muito em derrocada. Não quero que o

nosso amor seja uma parede mal alicerçada, mas sim uma construção diária, capaz de aguentar ventos e tempestades e que se modifique e vá ficando mais forte com o passar da bonança. Mas estou a delirar. O nosso amor ruiu.

Ardem-me os olhos de tanto sal por eles derramado. Não os consigo já abrir. Quero-os fechados a esperar por um beijo teu, que me aqueça e derreta o gelo que à muito envolve o meu coração. No entanto, receio não mais os abrir e morrer.

Quero que o silêncio seja quebrado pelo bater do meu coração, pelo estalar dos teus lábios, pelo choque do toque dos teus lábios com os meus, como des-



car-
gas de uma
trovoada capaz
de iluminar todo o
céu. Quero a bonança depois da tempestade! A fusão dos elementos e a pronúncia do estádio maior de uma vida até então incompleta e sem sentido.

Tu aceleras o meu coração e, inconscientemente, toda a minha vida ganha velocidade. Porque é que as paixões não morrem como o final dos dias? Amenas, com pássaros que dão música aos nossos ouvidos, com barcos no horizonte? E porque é que não nascem como a madrugada? Cheios de lágrimas de orvalho e felicidade pelo raiar, frios, e iluminados?

O teu sorriso conquista cada vez mais território ao meu coração. Abarca-o de tal maneira que praticamente o impede de bater. Vou morrer, sei. De saudade. Por não te ter nunca mais. A tua pele teima em fazer-me lembrar os dias quentes de Estio em

que, numa praia qualquer, cheia por uma multidão ruidosa, apenas ouvi o silêncio e pesei a tua ausência. Senti-me só enquanto observava o espumar das ondas revoltas em areia. Senti-me só. Estava só quando me apercebi que tinhas partido à muito. Só. Sem ti. Era eu comigo mesmo. E tu? Somente no pensamento.

Pousou a noite e julguei-te minha. Mas minhas eram apenas as estrelas que baptizei com o teu nome.

Só me apetece fugir. Deixar-me a mim mesmo para trás, encostado num canto. Deixar de me ouvir, de pensar e viver. Realmente sozinho e não acompanhado por esta alma rasgada de azul, tecida de bolas vermelhas que a toda a hora acordam o meu caminhar.

A lua distante e refletida no rio, como um candeeiro aceso que ilumina escassamente a minha escrita, faz lembrar um farol, cuja luz se difusa e afunda no mar. Os peixes borbulham a superfície em busca de alimento. E vêm comer. E comem-me em pedaços, em flocos, que não ousas mais provar. Mas os peixes morrem envenenados. *Poisonados*. Tu também morreste, mas o meu coração insiste em bombear-te vida. Ele matou-me. Mas dá-te vida. Tu vives.

Cega-me o crepúsculo fraco e caio. Ninguém corre em meu auxílio, mas para longe de mim, como fizeste. E disseste: Não quero. E eu fui incapaz de te beijar para sempre, te fazer querer. Te fazer crer. Não sei se acordei para um sonho ou se adormeci para a vida. O nosso amor morreu e com ele o Mundo. A lua desfeita em pedaços. As memórias que vendo e ninguém compra e que rasgaste e desacreditaste. O que para ti nunca fez sentido. O que para ti não faz agora sentido. Perdeste o sentido. Eu perdi-me no sentido da vida. E perdi-te. E que a lua me caia em cima, em pedaços, para que seja doloroso. Que o sol me queime até que eu não possa arder mais em paixão!

Há Magia

Ana Sofia Pereira

Há magia
Nos sons, nos aromas e nas cores
Há magia
No toque e nos sabores.
Há magia
Na brisa suave do vento
No passar do tempo:
Tic-tac, tic-tac, tic-tac...
Mas há também magia
Nas rajadas de vento tempestuosas
Nos relâmpagos, trovões
Nas canções de chuva melodiosas!
Há magia
No frio, no calor
E na geada.
Nos pingos de orvalho numa flor
Numa qualquer encruzilhada.
Há magia
Na música, na dança e no movimento,
Nas voltas e rodopios do pensamento.
Há magia
Nas noites infindáveis de Verão,
Na amizade, no amor e na paixão.
E há magia também
Na tristeza, na revolta e na
imaginação.
Nos silêncios da escuridão.
E há magia
Em mim, em ti, em NÓS!
No já, aqui, agora
E quando estamos sós.
Há magia
Nas coisas simples
Num sorriso, num beijo e na alegria
E é na estrada comprida
Da vida
Que se faz a maior magia...

Um amor improvável

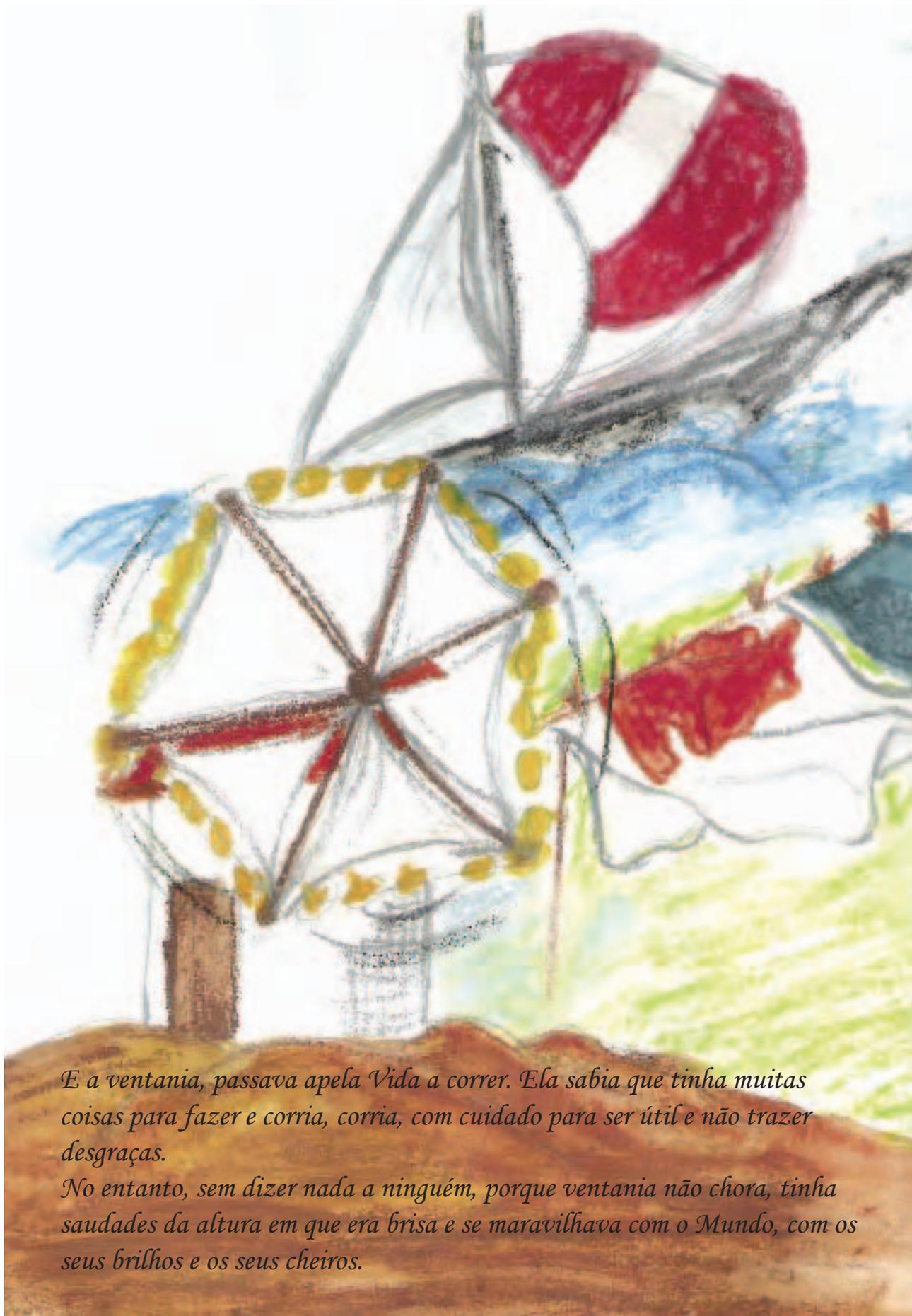
Patrícia Brito



Era uma vez uma brisa que nasceu suave e quentinha. Quando abriu os olhos e olhou para o Mundo, achou-o um lugar especial, cheio de cheiros e brilhinhos por todo o lado.



Mas, porque era brisa, era muito frágil, qualquer caixinha de fósforos a mataria. Então a Vida resolveu levá-la, para que ela aprendesse a defender-se. Levou-a por florestas onde ganhou o cheiro das árvores, rolou por planícies, onde aprendeu a rir. Mas também, a fez atravessar os desertos onde ganhou forças, tornou-se guerreira e temida, uma verdadeira ventania. Talvez tivesse de ser assim, a brisa tinha de se tornar ventania para ajudar a empurrar as nuvens, para que pudesse chover e continuassem a existir os brilhinhos que a ventania, enquanto brisa, tanto amara



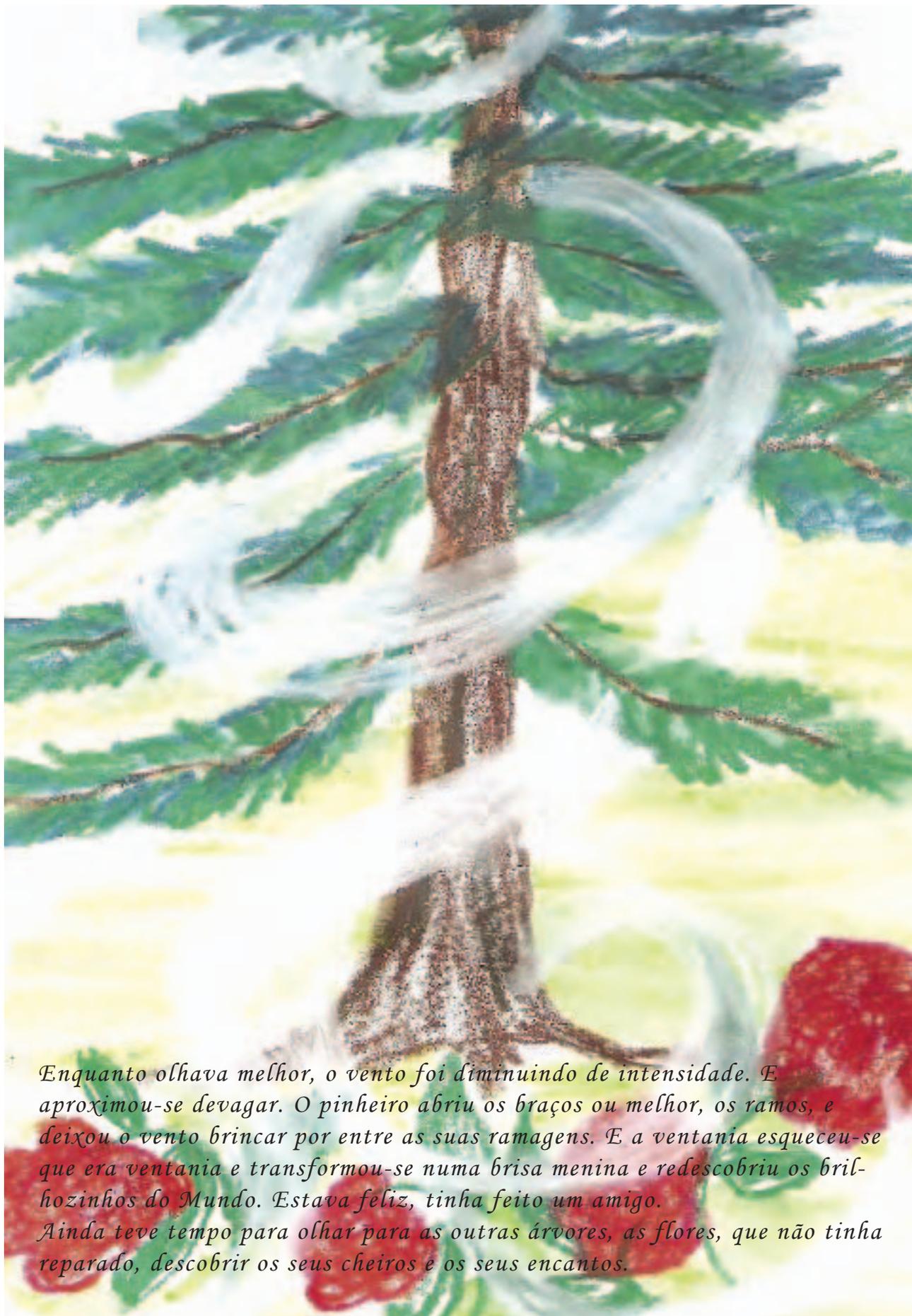
E a ventania, passava apela Vida a correr. Ela sabia que tinha muitas coisas para fazer e corria, corria, com cuidado para ser útil e não trazer desgraças.

No entanto, sem dizer nada a ninguém, porque ventania não chora, tinha saudades da altura em que era brisa e se maravilhava com o Mundo, com os seus brilhos e os seus cheiros.



A Vida, que até amava esse vento que nascera brisa, sem lhe explicar porquê, enviou-a para um jardim.

A ventania quando lá chegou, achou-o sombrio e sério. Pensou que tinha sido um disparate da Vida, tê-la enviado para ali, a ela, que estava habituada a correr. Sem saber bem porquê, chamou-lhe à atenção, no meio do jardim, um pinheiro. Talvez fosse a sua cor, meio azulada... Talvez porque fosse a árvore mais jovem de todas...

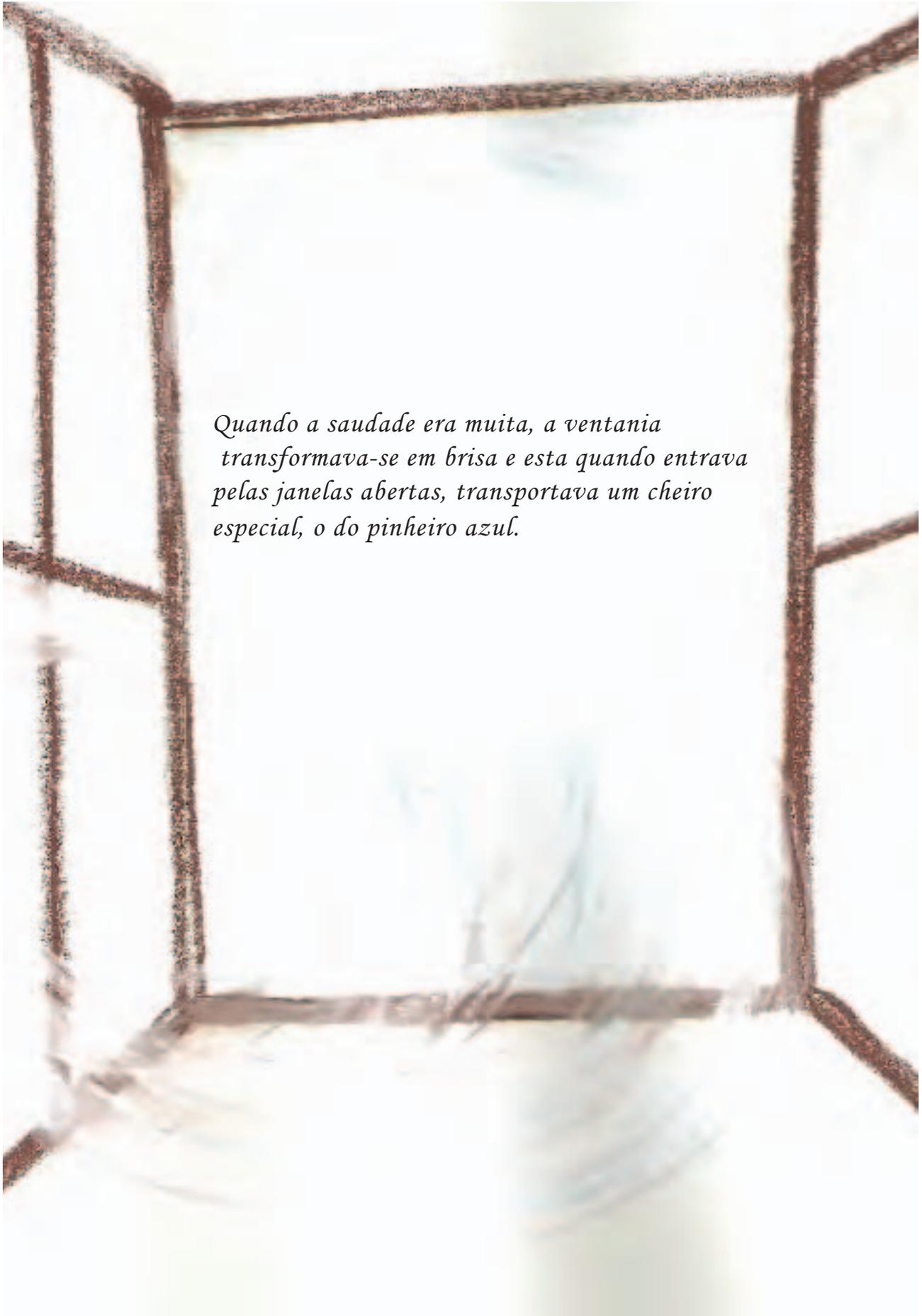


Enquanto olhava melhor, o vento foi diminuindo de intensidade. E aproximou-se devagar. O pinheiro abriu os braços ou melhor, os ramos, e deixou o vento brincar por entre as suas ramagens. E a ventania esqueceu-se que era ventania e transformou-se numa brisa menina e redescobriu os brilhozinhos do Mundo. Estava feliz, tinha feito um amigo. Ainda teve tempo para olhar para as outras árvores, as flores, que não tinha reparado, descobrir os seus cheiros e os seus encantos.

Mas chegou a hora de partir, a Vida chamava. O vento começou a correr, cada vez mais rápido para se ir embora. Não parava em nenhuma árvore nem em nenhuma flor, era a brisa a ganhar forças para se tornar vento outra vez. E partiu.

Quem a ouvisse rir, rolando pelas planícies abaixo, parecia que nada se tinha passado com ela. Mas o segredo que ela transportava, só a Vida o conhecia: A ventania também tinha um coração e nele morava agora um jardim encantado com muitas árvores e um amigo, o seu pinheiro azul.





Quando a saudade era muita, a ventania transformava-se em brisa e esta quando entrava pelas janelas abertas, transportava um cheiro especial, o do pinheiro azul.

Alunos de cinema aplaudidos na Índia

“Querido Carlos Alberto”, um filme imaginado, produzido e realizado por um grupo de alunos finalistas do curso de cinema da Escola Superior de Teatro e Cinema, venceu o Festival Internacional de Filmes de Estudantes “Mise-en-Scene” que decorreu em Nova Delhi, capital da União Indiana.

Texto de Sofia Gomes

O FESTIVAL é uma iniciativa do Colégio Indraprastha, a instituição mais antiga da capital indiana, pioneira na educação de mulheres. O objectivo dos organizadores é fomentar o contacto dos estudantes indianos com os seus colegas de outros países, encorajando o aparecimento de novos talentos no cinema.

No âmbito do seminário de produção de filmes os alunos das diferentes opções de Cinema – Imagem, Montagem, Produção e Som – deram os seus contributos, sob a orientação do realizador e professor Joaquim Sapiinho, para o sucesso deste trabalho.

A fita inspira-se num episódio da vida de Flávia Lombardi, a argumentista, contando a história da paixão de Esmeralda, uma rapariguinha do 7º ano, por Carlos Alberto, dois anos mais velho. Ao acordar de um sonho, ela sente que tem de se declarar, mas a coisa não fica fácil. Ao longo do filme Esmeralda tenta várias vezes, sem sucesso, assumir a paixão. Flávia é apologista de que se escrevam argumentos sobre experiências de vida, o que facilita a narração. E foi isso que aconteceu. Um bom relacionamento entre argumentista e realizador é decisivo, diz ela, para o sucesso de qualquer filme. Neste caso, Aurora Ribeiro, a realizadora, tinha vivido um caso idêntico. O que tornou tudo mais fácil.

“Querido Carlos Alberto” foi filmado no liceu Gil Vicente, na Graça. A panorâmica que dali se avista sobre o Tejo e monumentos como o Panteão e a igreja de São Vicente de Fora foi decisiva para a escolha do local. O desempenho dos actores (não profes-



A história de uma paixão ingénuo e de um amor impossível encantou o público

sionais) surpreendeu toda a equipa, com o Director de Produção, Gil Gelpi, a explicar que o orçamento não permitiu pagar a actores profissionais.

Depois da experiência a equipa tem ideias mais claras sobre mudanças a introduzir no cinema português. Auro-

ra Ribeiro sugere que se pense mais no público. Flávia Lombardi lamenta que não se façam filmes sobre a História do país (a começar pelos Descobrimentos). Gil Gelpi diz que em Portugal existem boas ideias e bons profissionais, e o que falta são produtores.

Os malefícios da desinformação

A Escola Superior de Dança, por razões históricas e funcionais, tem mantido uma estreita relação com as escolas vocacionais de dança. A formação aí efectuada (ensino básico, secundário e profissional), acaba por ter um reflexo imediato na caracterização do corpo discente da ESD, e consequentemente nos programas e metodologias aplicadas nas diversas unidades curriculares. O crescimento da oferta formativa e o aumento da qualidade do ensino praticado nas escolas vocacionais de dança é verificado anualmente nos candidatos a uma formação superior.

Por esta razão, e pela informação e percepção que possuímos do ensino vocacional da dança praticado em Portugal, não pudemos deixar de nos surpreender com o “Estudo de Avaliação do Ensino Artístico – Relatório Final” encomendado pelo Ministério da Educação e que se encontrou em discussão pública no mês de Abril.

A nossa primeira surpresa reside no facto de este estudo não analisar os resultados das formações praticadas nos contextos educativos em análise. Se os cursos vocacionais e profissionais de nível secundário se definem como uma formação terminal de acesso à profissão, seria importante verificar se isto tem sucedido e qual a percentagem dos diplomados integrados no mercado de trabalho. Estes dados encontram-se disponíveis nas escolas, mas os relatores não os recolheram. Da nossa parte podemos dizer que absorvemos, nos últimos cinco anos, 21% dos diplomados da Escola de Dança do Conservatório Nacional, única escola pública de dança no ME. E que registámos, no ano lectivo 2006/7, que 35% dos novos alunos possuem formação básica e/ou secundária ou profissional em dança.

A articulação entre o ensino superior e o ensino básico e secundário, referido como manifestamente carente, surpreende-nos igualmente. Duvido que exista noutro contexto educativo uma relação tão forte e



Fernando Crespo *

Duvido que exista noutro contexto educativo uma relação tão forte e actuante como a que existe entre as instituições de ensino da dança e destas com as do ensino regular

actuante como a que existe entre as instituições de ensino envolvidas na formação em dança e destas com as do ensino regular.

Primeiro, porque se verificam traços hereditários no corpo docente de todas as instituições. Docentes do secundário que já leccionaram no superior, docentes do superior que já leccionaram no secundário e docentes que leccionam ou leccionaram noutras escolas vocacionais, básicas ou secundárias. Esta permuta de docentes, proporciona uma visão mais alargada do contexto de trabalho aos agentes envolvidos e, nos momentos de avaliação, uma auto regulação do sistema. Auto regulação referida no relatório mas, carente de sugestões para a efectivação da mesma.

Segundo, porque as acções conjuntas criadas pelas escolas vocacionais, nos domínios da formação (cursos breves de formação de docentes, workshops de técnicas e composição, aulas) e das dinâmicas culturais (espectáculos, apresentações públicas,

concretização de projectos específicos), demonstram a criação espontânea de uma rede de articulação e que integra em diversos projectos, autarquias e instituições culturais e recreativas.

Terceiro, porque justamente a ESD tem efectuado uma formação nos domínios metodológicos, pedagógicos e didácticos da dança que em muito tem contribuído para uma expansão da oferta educativa e para a qualidade do ensino aí proporcionado. Registe-se o aumento de 200% de escolas de ensino básico da dança, ao abrigo da Experiência Pedagógica do Despacho nº 25549/99. Registe-se ainda que nas oito escolas criadas desde 1999/2000, diplomados da Escola Superior de Dança integram o corpo docente e em pelo menos cinco são directores pedagógicos.

As escolas vocacionais de dança têm sido pólos de dinâmicas culturais para além da natureza e dos contextos atrás referidos. A produção de espectáculos de criação própria ou de outras escolas, companhias ou projectos, tem sido em alguns contextos sociais a única actividade cultural e artística em oferta.

Talvez a Escola Superior de Dança seja a única escola do ensino superior que se encontra agradavelmente surpreendida com a evolução que tem vindo a ocorrer no ensino básico, secundário e profissional da dança. E por estarmos implicados neste crescimento ficamos surpreendidos, por tão pouca informação recolhida, por um tão grande desconhecimento, por uma tamanha má vontade em reconhecer todo um trabalho exemplar realizado pelas escolas vocacionais de dança. Talvez o que nos motiva e caracteriza seja uma daquelas “especificidades” que os relatores não gostam de reconhecer nesta actividade de docência artística – a singularidade, desde a sua primeira abordagem, de ser um tipo de educação e formação não obrigatória.

Presidente do Conselho Directivo da Escola Superior de Dança